

5

A Defesa Nacional



JULHO
1950

NÚMERO
432

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
 - 2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.
-

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1950	N. 432
------------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — VI — Cel. Niso Montezuma.....	5
Os projetores anti-aéreos — Maj. Floriano Moura Brasil Mendes.....	11
Accionadores brasileiros para armadilhas — Cap. Ivan de Souza Mendes....	17
Ordens verbais de combate — Tradução — Cap. Murilo Gomes Ferreira....	23
Algo mais sobre Cavalaria e Mecanização — Tradução — Cap. Stoessel G. Alves.....	31
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — III — A política de círculos de defesa que se am- pliam — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	39
A Pátria e o Oficial — Ten.-Cel. Aluizio de M. Mendes.....	47
O civil e o militar — Maj. Napoleão Nobre.....	61
Economia e Finanças :	
Política monetária e o custo da vida... — Cel. J.B. Magalhães.....	65
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Vertentes hidrográficas do Atlântico e do Pacífico — Ten.-Cel. Antônio de Brito Júnior.....	69
Algumas observações sobre as comunicações na América do Sul — Maj. João Baptista Peixoto.....	73
A Hileia à luz da Geopolítica — Cap. Germano Seidl Vidal.....	77
A retirada da Laguna — Cap. Henrique Oscar Wiederspahn.....	81
OPINIÕES	
As promoções no Exército e a sua lei — Gen. Theodureto Barbosa.....	85
Tática de torna-viagem — Cel. Renato B. Nunes.....	107
Estatística e planejamento — Ten.-Cel. Antônio M. Coimbra.....	111
Equitação — Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia.....	113
O fator econômico na seleção dos oficiais — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	116
DIVERSOS	
Notícias Militares.....	117
Noticiário & Legislação.....	139

EDITORIAL

Para sobre as nações um grave perigo quando os governos se isolam do contacto directo com o povo, cujas tendências, anseios e necessidades, acabam por ignorar quase completamente, ou por não lhes dar a atenção e o aprêço que merecem.

Não raro, o contacto indirecto, estabelecido por agentes intermediários é, via de regra, mais prejudicial do que a observação própria, embora mais ou menos superficial: é que tais intermediários nem sempre são fiéis, deturpam os fatos, encobrem as realidades, mais atentos às suas conveniências e interesses particulares do que aos reclamos legítimos da coletividade nacional.

Estabelecem-se, então as desarmonias e os antagonismos, as desconfianças e as hostilidades que, por muito contidas e vigiadas que sejam, acabam por expandir-se, quer sob a forma de resistências passivas, quer em explosões violentas, destruidoras da ordem e do progresso.

É o 14 de julho, é a queda da Bastilha simbólica, é a revolução que tudo incendia e destrói, para só se extinguir quando nada mais existe para ser destruído. Feliz do povo que, como a Fênix, consegue renascer das cinzas para uma vida melhor.

Nos regimes democráticos, a maior autoridade dos governos resulta da compreensão mútua, da confiança reciproca entre os que mandam e os que obedecem; do respeito aos direitos e deveres de uns e de outros; da estrita obediência à lei e da distribuição imparcial da justiça, perante as quais não pode haver discriminações nem preferências, porque todos são iguais.

Mesmo nos regimes monárquicos, a força coercitiva que emanava da mística do soberano e da essência divina do seu poder, já não garante mais a ordem e a harmonia, a autoridade e a obediência, porque a humanidade não aceita mais a classificação dos indivíduos em senhores e escravos.

Esta ilusão primária só se encontra no espírito dos que ainda pretendem esmagar a consciência e a dignidade dos povos por

meio da força material, que domina mas não convence, nem consegue brutalizar os homens, reduzindo-os à qualidade de animais destituídos de vontade e de ideais.

Governar é hoje, mais do que nunca, arte e ciência. Exige cultura sólida e objetiva, mais discernimento e bom senso do que teorias e força material, mais tacto do que energia, mais persuasão do que imposição.

Nada disso importa, entretanto, na exclusão da firmeza das atitudes e atos, no enfraquecimento dos princípios da autoridade e da responsabilidade emanados da lei, quando outros meios se revelarem inoperantes.

A autoridade legítima do governo emana da confiança da opinião pública, livre e esclarecida que, por isso mesmo, deve ser informada, auscultada e respeitada no mesmo grau em que o povo deve respeitar e obedecer os governos.

É nesse ambiente de compreensão e respeito mútuos que se fortalece a ordem e se intensifica o progresso. Fora disso, a democracia é pura ficção.

Dias de graves apreensões se aproximam. O Exército não "faz" política, mas não pode desinteressar-se dela, porque é seu instrumento, dentro da lei, da moral e da razão. É o guardião da ordem e das instituições nacionais, firmemente obediente aos seus chefes legais.

Mas, quando a ordem se subverte, quando a lei se torna inoperante, quando se atenta contra a disciplina e a hierarquia da autoridade, a lei suprema é a vontade legítima do povo, é a dignidade nacional.

Assim foi na Independência, na proclamação da República, na consolidação da República e na expulsão do usurpador, redenção do fatídico equívoco de 1937.

E assim como na guerra o conhecimento o quanto possível exato das situações atuais é condição essencial para o acerto das ações futuras, também na paz, ante as perspectivas de graves lutas políticas, nenhum chefe militar, seja qual for o seu escalão de comando, deverá alhear-se dos acontecimentos e manifestações do presente, se não quiser ser apanhado de surpresa pelas eventualidades que possam surgir.

A previsão, baseada na informação, constitui a vanguarda mental dos chefes. A situação é de alerta para os espíritos.

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA

VI

8. "Art. 139. Ao fazer a remessa dos autos de inquérito ao juízo competente, a Autoridade Militar oficiará ao Instituto, Serviço ou Gabinete de Identificação ou repartição congênera, mencionando os dados relativos ao crime e à pessoa do indiciado".

Trata-se de outra inovação, também imprópria ao meio militar, copiada do art. 23 do Código do Processo Penal Comum (Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941), que não visa a individual dactiloscópica mas, sim, fôlha de antecedentes.

Mais uma vez cabe lembrar que os Comandantes de Corpo têm inúmeras atribuições e não devem ser transformados em delegados de polícia nem sobrecarregados com pormenores que ficariam melhor se atribuídos aos auditores.

Trata-se de exigência processual e, por conseguinte, parece caber mais ao auditor — juiz processante — que deverá ser mais hábil na armação do respectivo processo. O fôro militar abrange civis e militares e não se justificaria a intromissão de autoridade militar, principalmente em se tratando de acusado civil.

O inquérito policial-militar é um processo sumário que comporta atos limitados inclusive exames e diligências necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

Seria, entretanto, recomendável

— no caso do acusado ser militar — que além da remessa de um extrato dos assentamentos contendo as datas de nascimento, praça, engajamento, promoção e alterações que possam influir no julgamento fossem, também proporcionadas informações contendo o juízo do Comandante da Subunidade e, sempre que possível, do Comandante do Corpo, sobre o acusado; o conceito que ele goza na unidade, utilidade que nela tem e como foi nela interpretado o ato delituoso. Isto, aliás, poderá ser incluído no anteprojeto mediante a seguinte redação:

"Art. 137. Sempre que necessário, o encarregado do inquérito deverá averiguar a vida pregressa do indiciado sob o ponto de vista individual, militar, familiar e social, sua condição econômica, sua atividade e estado de ânimo antes e depois do crime e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

§ 1º. Esses esclarecimentos, que deverão constar dos autos, poderão ser obtidos principalmente com os Comandantes de Subunidade, sem prejuízo do conceito que sobre o acusado o Comandante do Corpo puder externar, particularmente sobre sua utilidade e sobre como foi, na unidade, interpretado o ato delituoso".

9. *Prisão em flagrante:*

"Art. 315. Apresentado o prêso ao Comandante ou ao Oficial de dia ou de serviço, ou de autoridade correspondente, ouvirá este o condutor e as testemunhas que o acompanharem e interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, lavrando-se auto que será por todos assinado".

"Art. 317. O auto de prisão em flagrante deverá ser presidido por oficial e de posto superior ao do prêso".

O Código atual, acertadamente, não impede o aspirante a oficial de presidir a lavratura de auto de prisão em flagrante. Nem é justo nem conveniente que o anteprojeto modifique essa situação.

O Estatuto dos Militares (arts. 17 e 20) dá precedência aos aspirantes a oficial e aos guardas-marinha sobre as demais praças e os coloca no círculo de oficiais subalternos.

O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, além de incluir o aspirante a oficial na escala de serviço de Oficial de dia (art. 199), estabelece:

"Art. 159. Os aspirantes a oficial exercem as funções inerentes aos oficiais subalternos com atribuições e deveres semelhantes, respeitadas as restrições previstas em leis e regulamentos especiais".

O Código de Processo Penal Comum estabelece:

"Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito".

O próprio anteprojeto prescreve:

"Art. 313. Qualquer pessoa poderá e os militares deverão prender quem for insumisso ou desertor ou estiver condenado pela prática de crime militar, ou, ainda, quem seja encontrado em flagrante delito".

Nestas condições parece não haver motivo para se fazer aquela restrição quanto ao aspirante a oficial e, talvez, também quanto ao guarda-marinha.

Assim sendo o art. 317 poderá ter uma redação mais ou menos nos seguintes termos:

"Art. 317. O auto de prisão em flagrante deverá ser presidido por oficial, aspirante a oficial ou guarda-marinha, de posto superior ao do prêso".

Com tal redação por certo se evitará a delonga de muitos inquéritos, que serão substituídos pela prisão em flagrante.

10. *Prisão preventiva:*

"Art. 322. A prisão preventiva será decretada nos crimes a que for cominada pena privativa da liberdade por tempo, no máximo, igual, ou superior a dez anos, ou nos crimes de revolta, motim e de violência contra oficial general, comandante, oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou de sentinela, vigia ou plantão".

A despeito dos arts. 136 e 137 do Código Penal Militar e ainda que a violência praticada contra aquelas autoridades deva ser apreciada como agravante especial, não parece hábil, nesta época, restringir a prisão preventiva àqueles casos porque o Regulamento Disciplinar do Exército estabelece que, mesmo não estando de serviço, o militar é obrigado a reprimir o subordinado na prática de ato irregular. Meditem bem os legisladores sobre a época em que vivemos e sobre o meio para que legislam e pensem na repercussão que terá na disciplina o fato de uma praça agredir a um superior e permanecer em liberdade aparecendo aos olhos das demais com ares de "herói".

A punição não tem por objetivo, apenas, corrigir; também visa o exemplo. Isso pode ser teoria moderna. Mas, na prática, a teoria é outra...

11. O anteprojeto — no Livro II, Título II, arts. 129 a 150 — despreza, mais uma vez e inexpli-

cavelmente, úteis preceitos de subordinação militar constantes do Código atual, tais como:

"Art. 116. Os comandantes de região, divisão, brigada guarnição e unidade, e os de forças navais são responsáveis pela polícia na unidade de seu comando.

§ 1º. Sempre que um comandante de unidade instaurar um inquérito, fará comunicação, por via hierárquica ao comandante da região, divisão, brigada ou da força naval a que estiver subordinado, com sucinto relato do fato e designação do encarregado.

§ 2º. Os comandantes de região, divisão e brigada e os de forças navais poderão avocar a solução do inquérito."

Desprezando tais dispositivos vai o anteprojeto alijando as altas autoridades e subordinando, diretamente, à Justiça os elementos de execução. Senão vejamos:

1º. Entre os arts. 151 a 166 não consta nenhum que dê à autoridade militar as atribuições conferidas pelo atual Código, isto é:

"Art. 191. Qualquer pessoa que tenha interesse direto pode representar por escrito à autoridade militar competente, fornecendo-lhe todas as informações relativas ao fato criminoso e suas circunstâncias, com especificação de tempo, lugar e testemunha, fazendo acompanhar a representação, sempre que for possível, de documentos comprobatórios. Recebida a representação, ordenará a autoridade militar a abertura do inquérito policial".

A inconveniência da orientação do anteprojeto é bem ressaltada no seguinte expediente do Comando da 4ª Região Militar em 5-IX-946 ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra:

"I — O fato que vai ser tratado teve início num comando que não foi o meu e se relaciona com um oficial que não mais está sob a minha jurisdição.

Todavia a virtude funcional obriga, muitas vezes, a defender os bons princípios, como o da mentalidade conveniente e o do respeito à autoridade, onde e sempre que contra eles se atentar.

Ademais suponho que a Justiça Militar existe para servir, defendendo, as Instituições Militares.

II — Em ofício n. 1.326, de 29 de agosto último o Sr. Dr. Auditor desta Região comunicou que havia aceitado a denúncia oferecida pelo Dr. Promotor contra o 1º Tenente F... e solicitou as necessárias providências no sentido de que, em dia e hora mencionados, o referido oficial comparecesse àquela Auditoria a fim de se ver processar e julgar".

"1. O fato constituiu objeto de Inquérito Policial-Militar, feito por um oficial superior, foi solucionado por um General que, então, comandava esta Região e foi julgado sem irregularidades pelo Dr. Auditor Corregedor.

Estas circunstâncias foram, em tempo, lembradas ao Sr. Dr. Auditor.

2. Entretanto acaba de ser oferecida e aceita aquela denúncia com fundamento em inquérito feito pela Polícia Civil e remetido, diretamente, à Justiça Militar, com demora notável (cerca de um ano) e muito depois de ter sido solucionado o Inquérito Policial-Militar".

3. Estabelece o nosso atual Código de Justiça:

"Art. 114. O inquérito pode ser instaurado:

a) "ex-officio" ou em virtude de determinação superior;

b) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente;

c) em virtude de requisição do Ministério Público, nos termos da letra a) do art. 103 deste Código (ao promotor incumbe solicitar à autoridade militar competente inquérito policial, desde que encontre nos processos submetidos ao seu conhecimento indício de outro crime).

§ 1º. O procedimento "ex-officio" compete à autoridade sob cujas ordens estiver o acusado, logo que ao conhecimento dela chegue a notícia do crime que a este se atribui".

§ 2º. A determinação para instauração do inquérito compete, observada a ordem hierárquica ou administrativa, ao Superior ou à autoridade a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º. O requerimento e a requisição de que tratam as letras b) e c) serão dirigidos à autoridade a que se refere o parágrafo anterior".

"Art. 115. A polícia militar será exercida pelos Ministros da Guerra e da Marinha, Chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada, inspetores e diretores de Armas e Serviços, Diretor Geral do Pessoal da Armada, comandantes de regiões, divisões, brigadas, guarnições e unidades e comandos correspondentes da Marinha, chefes de departamentos, serviços, estabelecimentos e repartições militares e navais por si ou delegação oficial".

"Art. 116. Os comandantes de região, divisão, brigada, guarnição e unidade, e os de forças navais são responsáveis pela polícia na unidade de seu comando".

"Art. 191. Qualquer pessoa que tenha interesse direto pode representar por escrito à autoridade militar competente, fornecendo-lhe todas as informações relativas ao fato criminoso e suas circunstâncias, com especificação de tempo, lugar e testemunha, fazendo acompanhar a representação, sempre que for possível, de documentos comprobatórios. Recebida a representação, ordenará a autoridade militar a abertura do inquérito policial-militar".

Pelo transcrito vê-se pois, que a ação policial é privativa da autoridade militar: seja espontânea, por determinação superior, a requerimento da parte ofendida ou

em virtude de requisição do Ministério Público; *mas sempre da autoridade militar.*

E esse dispositivo atual não foi feito por acaso. Resultou da experiência, modificando por completo o texto anterior do Código de 1926. Retirou do Ministério Público as atribuições de, mediante representação de qualquer pessoa, pedir a abertura de inquérito ou promover desde logo a ação penal, à vista das provas que lhe fôsem apresentadas.

Essas atribuições competem, agora, à autoridade administrativa militar.

4. Por outro lado, ainda de acordo com o Código da Justiça Militar:

"Art. 103. Ao promotor incumbe:

h) requisitar das repartições e autoridades competentes, dos arquivos e cartórios, as certidões, exames, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções.

5. Pelo exposto não parece estar certo que o promotor:

a) ao receber o inquérito feito pela polícia civil e advertido de que outro militar, já fôra feito e solucionado há muito tempo, tivesse oferecido denúncia sem, sequer, aparentar o cuidado de ver o anterior;

b) deixasse de levar o fato ao conhecimento do Comando da Região;

c) se limitasse a apreciar o inquérito feito pelos civis, permitindo que este preponderasse sobre o militar, esquecendo-se de que ainda há punidor militar, desprezando a consideração que, sem favor, deve dispensar ao encarregado do inquérito, enfim, revelando mentalidade inadequada às funções que exerce;

d) demonstrasse tão pouco apreço à própria Justiça Militar deixando de ligar importância ao pronunciamento havido do Sr. Dr. Auditor Corregedor;

e) permitisse que, dessa forma houvesse contra um militar um

recurso extralegal, desmanchando, sem maior exame, um julgamento anterior e — o que é pior — burlando a ação da autoridade militar à qual cabe o exercício e a responsabilidade da Polícia Militar.

III — “Eis porque — na convicção de que tal procedimento trai a finalidade da Justiça Militar, desserve o Exército e abre perigoso precedente — submeto o caso à consideração de V. Excia. para que providências possam ser tomadas no sentido de melhor ajustar a atividade da Justiça Militar às ineludíveis necessidades do Exército.

Deixei de atender a requisição feita porque o referido oficial já não está sob a jurisdição deste Comando.

(a) Gen. Div. Renato Paquet — Comandante da 4ª R.M.”

Entretanto, esse ato exequido levou o oficial à contingência de impetrar uma ordem de habeas-corpus, que obteve por unanimidade. Mas os militares ganham muito pouco para poderem enfrentar esses... extraordinários, com espírito esportivo...

2º. Deixar o Comandante de unidade de comunicar, por via hierárquica, ao Comandante de Região que instaurou um inquérito, com sucinto relato do fato e designação do encarregado importará, no mínimo em privar a autoridade superior:

— do conhecimento oportuno da ocorrência;

— de saber que o oficial a quem tivessem sido delegadas atribuições policiais, está indisponível para certas outras missões.

E sem lhe ser feita a comunicação, como poderá a autoridade Superior avocar a solução do inquérito, na forma do art. 141 do próprio anteprojeto?

3º. Outra investida contra a autoridade militar e os princípios de subordinação e disciplina está no art. 138 e § 5º do anteprojeto, que abolem a remessa dos inquéritos por intermédio da autoridade militar mais graduada da Região.

Assim se procede sob o pretexto de que essa exigência, “considera especialmente, os territórios de certas Regiões, 3ª e 4ª, serve, apenas, para demorar a administração da Justiça Militar, e, mais ainda, a desnecessidade do pronunciamento do Comandante da Região sobre o fato que constitua crime militar”.

Preliminarmente: parece que à autoridade militar é que cabe decidir da “desnecessidade do pronunciamento do Comandante da Região sobre o fato que constitua crime militar”.

Mas não é só a necessidade do pronunciamento do Comandante da Região que faz os processos transitarem pelo seu Quartel-General; é, principalmente, a decorrente das suas atribuições gerais e disciplinares. Para isso a 1ª Seção dos Estados-Maiores, entre outras atribuições, tem a dos assuntos relativos à disciplina e à Justiça. Esse trabalho também constitui excelente e discreto meio de informação que permite ao Comandante da Região ter uma impressão do estado disciplinar, do ambiente e da ordem reinantes em cada corpo e nas diferentes guarnições, sem o alarde de pedidos de informes, mas, apenas pelo manuseio dos inquéritos e da anotação de adequadas observações proporcionadas por diferentes documentos... que, também, terão utilidade no serviço de contrastes e confrontos com informes de outras procedências...

Além disso poderá ele, através desses documentos julgar da orientação dos diferentes Comandantes de Corpo, e, mesmo, se fôr conveniente, atenuar ou agravar certos pontos de vista apaixonados ou expendidos sob a influência de certos acontecimentos...

Parece que estes esclarecimentos também bastariam para mostrar que as razões de subordinação e de ordem compensariam a demora conseqüente das distâncias, mas, além disso, forçoso é reconhecer que, a despeito de nem sempre os nossos meios de transporte proporcionarem a rapidez desejada e do nosso Serviço de Correios não primar pela presteza, não chegam a

ponto de poderem ser, normalmente, responsabilizados pelo retardamento da ação da Justiça... E ainda que a alegação fôsse procedente nesta época não devem ser

postergados os elementos que permitam aos Comandantes estarem informados para poderem manter suas tropas na mão.

(Continua)

OS MILITARES E A SITUAÇÃO POLÍTICA

Assinada pelos Ministros das pastas militares, acaba de ser divulgada a seguinte circular:

"Com a aproximação da campanha política, cujos vislumbres já se fazem notar, desejamos, como chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, valendo-nos de nossa experiência e de nossa autoridade apontar a nossos respectivos comandados, de todos os graus de hierarquia, o melhor caminho a seguir na luta que se prenuncia ardorosa e que, se palmilhado, nos levará por sendas largas e retas ao cumprimento exato da nossa missão constitucional, de nossos deveres, com a Pátria e de nossas obrigações com o povo brasileiro.

Nesta oportunidade, cumpre-nos advertir:

1) que é vedado o comparecimento de militares, quando fardados, a reuniões de caráter político-partidário, pois nenhuma ligação é admissível entre a corporação a que pertencem e o jogo de seus interesses pessoais, bem como nenhuma relação deve haver entre as responsabilidades de um uniforme e as franquias reconhecidas ao indivíduo;

2) que se abstenham de declarações públicas, faladas ou escritas, envidando todos os meios para que não sejam envolvidas as Forças Armadas em assuntos estranhos à sua missão, perfeitamente caracterizada pela Constituição e leis do País;

3) que assumam, como cidadãos inteira responsabilidade de seus atos, evitando acobertar suas atitudes pessoais com o prestígio da classe em que estão integrados;

4) que a participação em atividades político-partidárias não é negada ao militar, que, no gozo das prerrogativas outorgadas pela Constituição a todos os brasileiros, pode nelas intervir, mas desde que se encontre, nas condições fixadas nas letras "d" e "f", do artigo 47, do Estatuto dos Militares.

O fortalecimento do regime depende da conduta imparcial e discreta das Forças Armadas que necessitam, particularmente, da plenitude de seu poder moral para neutralizar a ação daqueles que pretendam interromper a prática da democracia no Brasil que, se é ainda falha, apenas incipiente e talvez tímida, precisa ser corrigida, intensificada e revigorada, mas nunca interrompida ou sequer ameaçada.

A Nação confia em que as Forças Armadas cumpram sua sagrada missão. Para corresponder a tão dignificante confiança, a cooperação de todos militares é imprescindível. Nossa união precisa ser indissolúvel. Qualquer fissura na coesão das Forças Armadas permitirá a penetração dos germes da discórdia, capazes nos seus efeitos de ameaçar o País, atingindo-o no mais poderoso dos seus órgãos legais.

Desvelemo-nos, pois, numa vigilância contínua para que o Brasil se possa engrandecer, permanecendo a altura das grandes nações do mundo com a consolidação do regime restabelecido a 29 de outubro de 1945".

OS PROJETORES ANTIAÉREOS

Maj. FLORIANO MOURA BRASIL MENDES,
do 1/4º R.A.A.Aé.

Suas possibilidades no emprego da caça e da artilharia A. Aé. à noite. Necessidade de modificação dos Projetores anteriores a 1942 para sua melhor utilização atual. Transformação de suas funções eventuais para normais em face do emprego do radar.

A 1ª Grande Guerra deixou claro entre os estudiosos de assuntos militares que à Aviação caberia papel de extraordinário relevo em qualquer outro conflito armado entre nações.

O emprego dos Gothas pelos alemães, sobretudo a partir de junho de 1917 e os seus efeitos sobre a Grã Bretanha, causando inúmeras baixas e afetando seriamente o moral da população, não podiam deixar dúvidas sobre o que seria a arma aérea após mais alguns anos de progresso industrial.

Verificado foi que essa nova arma com o desenvolvimento das características que já a notabilizavam — facilidade de penetração no território inimigo, rapidez de deslocamento, possibilidade de ação diurna e noturna mantendo o adversário em constante inquietação, etc., — seria fator decisivo para a vitória. A 2ª Grande Guerra confirmou plenamente tais prognósticos.

Como sempre acontece, em contraposição a todo poder destruidor, surgem engenhos com finalidade de se lhes contrapor, anulando-os ou atenuando seus efeitos. Contra os navios de superfície surgem os submarinos e as minas; contra o poderio arrasador das armas automáticas surgem os blindados, numa imitação grosseira ao que já fôra feito na Idade Média onde as armaduras haviam sido criadas para

se contraporem às armas brancas; contra o emprego dos gases, surgem as máscaras e vestuários adequados. Contra a Aviação, portanto, deveriam surgir os elementos que vimos serem fartamente utilizados: a própria aviação (caça) e a artilharia antiaérea, coadjuvados de perto pela utilização de princípios de guerra que a perspicácia aconselhava (disfarce, construção de falsos objetivos, etc.)

Antes da última guerra, enquanto de um lado técnicos e estudiosos conjecturavam a respeito do que seria a aviação de ataque, de outro lado procuravam-se organizar as linhas mestras da melhor defesa aérea.

A solução julgada mais conveniente foi a de distribuir o encargo da defesa a elementos no ar e em terra. Os primeiros, aptos a perseguir os elementos atacantes e infringir-lhes perdas capazes de afetar o seu potencial de ataque e os segundos, em condições de defender pontos vitais e causar diminuição também ao poderio aéreo inimigo quando empreendesse ataques diretos aos objetivos defendidos.

Qualquer desses meios, porém, para ser utilizado iria depender de uma importante rede de vigilância em condições de impedir que uma das principais características da aviação de ataque — a rapidez de deslocamento — fôsse utilizada

pelo inimigo para conseguimento da surpresa. É que, obtida esta, jamais seria possível a ação das defesas, ainda que bem equipadas e em excelente estado de adextração. Além disso, para o emprego à noite, haveriam, ambas as modalidades de defesa, de ficar na dependência de um outro elemento que lhes permitisse ver e acompanhar o deslocamento no espaço do inimigo a ser atacado. Iriam depender dos PROJETOES ANTI-AEREOS.

Os primeiros projetores construídos após a guerra 14-18 eram aparelhos de grande peso, manejo nem sempre simples e alcance pouco condizente com as finalidades a que se destinavam. Também em compensação, os aviões então construídos, em confronto com os de hoje, eram lerdos e seu teto bem baixo.

Ao vertiginoso progresso da aviação devia corresponder acetuado avanço nas características dos projetores. E foi, sem dúvida, o que de fato aconteceu. A solução, que já não andava longe do que devia ser (uma poderosa fonte luminosa — arco voltaico — no foco de um espelho parabólico) foi satisfatoriamente atingida com os estudos de Beck, na Alemanha, relativos à luz solar e à razão de ser de sua elevada intensidade luminosa. Concluiu ele, completando estudos anteriores, que essa intensidade era consequência da presença de elementos com lantânio, sérium, etc.

Imaginou em face disso, a construção de carvões para o arco voltaico onde tais elementos fossem convenientemente distribuídos. E assim surgiram os atuais carvões positivo e negativo com capacidade de fornecer em um ponto excessivamente pequeno, uma fonte luminosa cuja intensidade atinge 800.000.000 de velas!

Essa fonte, colocada no foco de um espelho parabólico que tanto pode ser prateado, dourado, como de cristal, medindo pouco mais de metro e meio entre seus bordos, constitui, em última análise, os atuais Projetores.

Completando sua construção, existem os maquinismos que irão

permitir seu fácil acendimento, seu rápido movimento quer horizontal, quer verticalmente, etc.

O Projetor N.A. Sperry, por exemplo, que é o atualmente adotado no nosso Exército, é de 152 mm, tipo cilíndrico, com espelho metálico. Possui movimento em azimute de 6400" e em sítio de — 200 a + 2300", podendo mover-se com a velocidade máxima de 700" por segundo. Possui comando manual e elétrico à distância, por meio de uma "estação de controle". O facho normal, podendo divergir até 1°15', ilumina uma zona de pouco mais de 300 m de diâmetro a uma distância de ordem de 13 km, isto em condições favoráveis (ausência de bruma, noite sem lua, etc.) A energia elétrica para funcionamento da lâmpada de arco voltaico é fornecida por um gerador acionado por um motor de 6 cilindros. O Projetor é transportado num reboque, tracionado por uma viatura de 2,5 toneladas.

A fim de permitir a utilização dos projetores, isto é, para que eles pudessem acender exatamente sobre o avião a ser iluminado, imaginou-se, de início, a sua conjugação a um aparelho de escuta. Este, em linhas gerais, nada mais é do que um conjunto de células amplificadoras dos ruídos do motor e que são manejadas por dois operadores um em sítio e outro em azimute. Com a ajuda desse complemento, enquanto a velocidade dos aviões era pouco superior a uma centena de km/h, era possível aos operadores de um projetor apontá-lo para o avião e acendê-lo sobre ele ou, pelo menos, tão próximo dele que poderia ser facilmente iluminado por uma simples "varredura".

Apareceram, então, principalmente na Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos, projetores e aparelhos de escuta a eles associados, cujas características eram mais ou menos comparáveis entre si.

A última guerra encontrou ainda as Forças Armadas desses países dotada desses equipamentos. Entretanto, logo após as primeiras hostilidades aéreas, foi observado

que os aparelhos de escuta não mais preenchiam as suas finalidades, em face da grande velocidade de que já eram dotados os aviões.

Com efeito, admitindo-se um avião com 360 km/h (bem comuns em 1939/40), ou sejam 100 m/seg., surgindo a mais ou menos 12 km da posição, veremos que enquanto a guarnição dos aparelhos de escuta procura obter a sua direção exata (aproximadamente 2 minutos), este percorrerá 12 km, isto é, voará até sobre a posição. Considerando ainda que, após a iluminação do objetivo, os canhões necessitarão acompanhá-lo alguns segundos para que seja resolvido pelo Diretor o problema do tiro, isto é, para que seja calculado de quanto os canhões devem atirar à frente do avião para poder atingi-lo, concluiremos que, na ocasião em que for possível a abertura de fogo, já o alvo estará praticamente fora do alcance. Levando-se então em conta a velocidade atual dos aviões de bombardeio, bem próxima da velocidade do som e tendendo até a ultrapassá-la, verifica-se a completa impossibilidade de ainda tentar usar aparelhos de escuta para essas missões de antiaérea.

Com relação à caça, somente se dispo de grande número de projetores seria possível que o alvo se mantivesse iluminado de modo a permitir aos aviões a decolagem, ascensão e perseguição do avião atacante.

Essa situação desfavorável dos aparelhos de escuta, agravada pelo constante aumento de velocidade dos bombardeiros, determinou o seu completo abandono. Para substituí-la surgia, porém, uma aparelhagem que viria, não para reinado efêmero, como aconteceu aos aparelhos de escuta, e sim para se perpetuar a prestar à humanidade, na paz como na guerra, incalculáveis serviços — o RADAR.

O radar, cujo invento não se pode admitir a determinado pesquisador da propagação das ondas no éter, visto que é fruto de um conjunto de descobertas realizadas num e noutro país, veio, sem dúvida, alijar não só o aparelho de escuta, mas também o próprio pro-

jetor. Inicialmente, só o aparelho de escuta sofreu a concorrência. Tomou então o radar a incumbência de desvendar, para o projetor, a aproximação do avião inimigo, quer em benefício da caça, quer da Artilharia Antiaérea. E o fazia em condições extraordinariamente superiores aos aparelhos de escuta. Enquanto estes alcançavam pouco mais de uma dezena de quilômetros, o radar detectava os aviões a mais de uma centena, o que vale dizer que permitia à caça alçar vôo e "aguardar" o inimigo no ar, atacando-o no momento em que era iluminado, fazendo-o, portanto, em excelentes condições. Quanto à Artilharia Antiaérea, podia apontar suas peças desde muito antes do alcance do material, ficando apta a desencadear o fogo nas melhores condições possíveis e antes mesmo do lançamento das bombas, vantagens esta de grande valor.

Para tal, os projetores que antes eram desdobrados em longas faixas, passaram a ser em círculos, ficando na parte externa do dispositivo os projetores associados aos radares e na parte interna, os projetores de acompanhamento e que se deveriam acender após o acendimento dos primeiros, denominados guias, sobre o objetivo.

O acelerado desenvolvimento do radar durante o desenrolar da última guerra, não iria causar, como já foi dito, apenas o alijamento do aparelho de escuta. Foi muito além, afastou o próprio projetor. Em lugar de designar, no espaço, a posição do objetivo para o projetor acender sobre ele, iluminando-o, passou a indicá-lo ao próprio avião de caça ou ao próprio canhão, em dados precisos.

Podia então o avião de caça alçar vôo e, conduzido por estações de terra, efetuar a intercepção.

Quanto aos canhões, graças à precisão dos dados fornecidos aos aparelhos calculadores, podiam executar a modalidade de tiro que passou a ser conhecida como "tiro contra objetivo não visto". Indiscutivelmente essa modalidade de ação traz grandes vantagens, avultando entre elas a da surpresa. O

inimigo não tem nenhuma indicação prévia a respeito do tiro que contra ele se prepara, como acontecia na ocasião em que era iluminado, o que lhe facultava manobrar para dificultar o trabalho dos aparelhos calculadores das Bias.

O emprêgo, contudo, da caça exclusivamente com o radar, isto é, sem a dependência dos projetores, se condiciona na existência também de radars de tipo especial a bordo dos aviões de caça. Nesse caso, o avião de caça seria conduzido por estações de terra até o alcance do seu radar, o que equivale a dizer até às proximidades do avião alvo, visto que o radar de bordo apenas podia detectar alvos a muito curta distância (< 10 km.) Há, também, uma outra circunstância desfavorável à caça noturna à base de radar. Trata-se do próprio avião que, deixando de ser monoplace pela necessidade de conduzir a bordo, além do piloto, o operador de radar, vê diminuídas algumas de suas importantes características: velocidade de ascensão, manevrabilidade, etc.

Foi talvez esse fato que deu margem a que o emprêgo da caça à noite, com o auxílio portanto de projetores, não fôsse totalmente abolida.

Tendo em vista que, para o uso da caça se torna necessário iluminar grande área, a unidade de emprêgo dos projetores para esse fim é o grupo, sendo mesmo preciso vários deles, constituídos em grupamentos, para perfeita coordenação do binômio caça-projetores.

Nos trabalhos de cooperação com os canhões ou com os canhões automáticos a unidade de emprêgo dos projetores é também o grupo. Excepcionalmente, porém, é possível, quando se trata de objetivo defendido apenas por uma bateria de canhões automáticos, empregar também uma bateria de projetores. Neste caso é imprescindível que os projetores sejam do fecho divergente.

Com esse mínimo de uma bateria (12 projetores e 8 radars), é possível assegurar a iluminação em uma zona de 2 a 3 km de diâmetro. Os projetores serão então desdo-

brados em círculos concêntricos em torno do ponto a defender, por exemplo, dois círculos de raios 1,5 e 3 km, sendo que os projetores guias, isto é, os dotados de radar, pertencerão ao círculo externo. A distância entre os projetores não deve ultrapassar de 3 km sendo, entretanto, profundamente influenciada pelo terreno, pela necessidade de obtenção de posições que permitam iluminar o objetivo qualquer que seja a sua direção de ataque, durante tempo suficiente para que as guarnições dos canhões automáticos possam apreendê-lo e abrir fogo na distância máxima eficaz.

Não foi somente nesse gênero de operações militares, isto é, iluminação de aviões inimigos em proveito da caça ou da artilharia anti-aérea, que os projetores foram utilizados. Tiveram, na última guerra, largo emprêgo em missões de relevância apesar de, no quadro de sua utilização serem catalogadas como eventuais ou secundárias. Como as mais frequentes dentre estas devem ser citadas:

- a) auxílio a aeronaves amigas, funcionando como faróis de orientação;
- b) iluminação de pistas de aterragem;
- c) criação de barragens brilhantes a fim de encobrir pontos importantes impossibilitados de permanecer em "black-out";
- d) iluminação de falsos objetivos provocando ilusões às tripulações dos bombardeiros inimigos;
- e) iluminação do espaço por ocasião de ataques de forças aeroterrestres;
- f) iluminação de unidades navais inimigas;
- g) iluminação direta, ou de preferência (até para própria proteção dos projetores) por meio de reflexão nas nuvens de forças terrestres inimigas auxiliando operações das forças terrestres amigas;
- h) iluminação de pontos onde sejam executadas obras de engenharia;
- i) iluminação de locais necessários para assegurar a carga e descarga de navios.

Além dessas missões secundárias não deve ser esquecido o efeito moral exercido sobre as tripulações dos aviões de bombardeio quando se sentem apanhados pelo fecho luminoso. O piloto particularmente sofre um efeito de deslumbramento que lhe dificulta o desempenho da missão. Quando no cruzamento de dois ou mais fechos, a visada para o bombardeio se torna sobremaneira difícil e aviões em voo baixo são mesmo forçados a ganhar altura para evitar encontros com obstáculos.

A simples enumeração dessas

missões evidencia a importância de que se revestem. Têm tal influência no desenrolar das operações militares, mesmo futuras, que se justificou plenamente a construção de projetores para elas especialmente destinados.

Assim sendo, podemos admitir que o radar não afastou o projetor do campo de batalha. Transformou apenas em principais certas missões que lhe eram secundárias. Hoje em dia, por exceção, serão organizadas unidades de projetores para o cumprimento de missões atinentes à defesa antiaérea.

"QUER O EXÉRCITO MANTER SUA ÚNICA REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES?"

Como resposta à pergunta acima recebemos, até 31-VI-950, mais as seguintes listas de assinaturas:

Listas já publicadas.....	692
Secretaria Geral do Ministério da Guerra.....	1
Batalhão de Guardas.....	22
2º Regimento de Infantaria.....	24
4º Regimento de Infantaria.....	4
12º Regimento de Infantaria.....	7
15º Regimento de Infantaria.....	2
3ª Divisão de Infantaria.....	4
4ª Divisão de Infantaria.....	5
19º Batalhão de Caçadores.....	8
4º Regimento de Cavalaria.....	2
3º R.A.M.-75.....	7
5º R.A.M.-75.....	7
1º Regimento de Obuses-105.....	1
1º/5º Regimento de Obuses.....	1
1º/7º Regimento de Obuses.....	1
2º G.A.Cav.....	2
7º G.A.Cav.....	4
1º/4º G.A.C.M.....	2
20ª C.R.....	1
20º Regimento de Infantaria.....	8
III/13º Regimento de Infantaria.....	1
Polícia Militar do Distrito Federal.....	10
Soma.....	816

ACIONADORES BRASILEIROS PARA ARMADILHAS

(Nota de Instrução da Escola de Sargentos das Armas)

Cap. IVAN DE SOUZA MENDES

1 — Generalidades. Definições

A *armadilha* é uma carga explosiva destinada a ser acionada acidentalmente por pessoal, pela perturbação de objetos vários, aparentemente inofensivos, deixados nas zonas de combate ou na retaguarda.

Accionador é o dispositivo usado para fazer explodir a carga. Para aumentar a segurança em seu manuseio, são inseridos no accionador dispositivos especiais, denominados *seguranças*, que impedem seu funcionamento prematuro.

Armar uma armadilha é a operação de retirar suas seguranças, deixando-a em condições de funcionamento. A operação inversa denomina-se *desarmar*.

Neutralizar uma armadilha é a operação que consiste em separar o accionador da carga explosiva. Para ser neutralizada uma armadilha deve ser previamente desarmada.

A sucessão de operações que ocasionam a detonação de uma armadilha denomina-se *circuito de fogo*. Compreende os seguintes elementos:

- ação exterior de iniciação
- accionador
- espoleta
- carga

Interrompido o circuito de fogo a armadilha não funcionará. As seguranças, interrompendo o circuito,

impedem o funcionamento da armadilha e se diferenciam conforme sua posição: as que separam a ação exterior de iniciação do accionador denominam-se *seguranças obturadoras* e as que separam o accionador da espoleta denominam-se *seguranças positivas*.

No Brasil são fabricados atualmente três tipos de accionadores para uso na instrução da tropa e que são o objeto desta Nota.

2 — Accionador de Tração M-1

a) Descrição

O accionador de tração M-1 se divide em quatro partes: *corpo*, *conjunto percursor*, *base* e *seguranças*.

O *corpo* é um tubo cilíndrico de cor verde-oliva, tendo externamente um *arame de ancoragem*, para fixação do accionador a uma estaca e, internamente, um *ressalto de retenção* para prender o percursor.

O *conjunto percursor* consiste do *pino de retenção* com *mola* e *anel de tração* e do *percursor* com *mola*. O percursor é aberto e flexível no topo, dividido em quatro segmentos, cada um com uma flange em cada extremidade. O percursor é mantido preso contra o ressalto de retenção pelo pino de retenção, que afasta os segmentos, conforme indica a figura.

NOTA — A demora na publicação do Manual C-5-31 levou-nos a iniciar a divulgação destas Notas, na presunção de serem úteis aos subalternos e sargentos da tropa.

estaca e em seguida ao anel de tração.

7 — Retire a segurança obturadora. Se não sair com facilidade, provavelmente o arame de tração estará muito tenso: afrouxe-o; continuando o incidente, desmanche a armadilha e verifique o acionador. Se tiver defeito, troque-o.

8 — Retire a segurança positiva. Se não sair com facilidade, provavelmente o percursor já está solto e exerce pressão sobre ela. Verifique o acionador e troque-o, se necessário.

9 — Complete o disfarce da armadilha.

e) Neutralização

Uma armadilha com acionador de tração é neutralizada realizando-se as seguintes operações:

1 — Recoloque a segurança positiva.

2 — Recoloque a segurança obturadora.

3 — Retire o arame de tração.

4 — Separe a espoleta da carga.

5 — Retire a base do acionador, destruindo-a ou guardando-a em lugar seguro. Não tente retirar a espoleta que foi estriada na base do acionador.

f) Acondicionamento

Os acionadores de tração M-1 são fabricados na Fábrica de Bonsucesso, sendo acondicionados em caixas de papelão contendo dez acionadores.

3 — Acionador de compressão M-2

a) Descrição

O acionador de compressão M-2 divide-se em quatro partes: corpo, conjunto percursor, base e seguranças.

O corpo é um tubo cilíndrico, de cor verde-oliva, com uma placa com dois orifícios para fixar o acionador a uma superfície plana.

O conjunto percursor consiste do gatilho com mola e do percursor com mola. O gatilho tem externamente o botão de compressão, onde se exerce a ação exterior de iniciação e internamente um olhal em

forma de fechadura. O percursor perto de sua extremidade tem uma porção mais fina, para prendê-lo ao gatilho. Quando o acionador está armado, o percursor é mantido prêsso, com a mola comprimida, pela porção inferior do olhal em fechadura do gatilho.

A base é do tipo "standard", já descrito.

São duas as seguranças: um "clip", como segurança obturadora, impede que o botão de compressão desça, quando comprimido; a segurança positiva é um pino semelhante ao do acionador de tração.

b) Funcionamento

1 — Uma pressão de 10 kg no botão de compressão faz descer o gatilho.

2 — Baixando o gatilho, a porção maior do olhal em fechadura se apresenta diante do percursor e por ser de maior diâmetro solta-o.

3 — Sob a ação de sua mola o percursor, livre, provoca a detonação da cápsula de percursão.

c) Verificação

A verificação deste acionador consiste resumidamente das seguintes operações:

1 — Retire e inverta a base, de modo a receber o impacto do percursor.

2 — Retire as seguranças.

3 — Comprima o botão de compressão. Deve sentir na base, invertida, o impacto do percursor.

4 — Recoloque o percursor com sua mola, empurrando-o para dentro com um lápis e ao mesmo tempo comprima o botão de compressão, para que a parte maior do olhal em fechadura permita a passagem do percursor.

5 — Solte a pressão sobre o botão de compressão para que a parte menor do olhal em fechadura prenda o percursor.

6 — Recoloque as seguranças.

7 — Recoloque a base.

d) Instalação

1 — Retire a base.

2 — Coloque uma espoleta comum na base, estriando-a com um alicate de estriar.

- 3 — Recoloque a base.
- 4 — Coloque o acionador sobre uma base plana, firmando-o convenientemente.
- 5 — Introduza a espoleta na carga.

f) Acondicionamento

Os acionadores de compressão M-2 vêm acondicionados em uma caixa de papelão, contendo cinco acionadores.

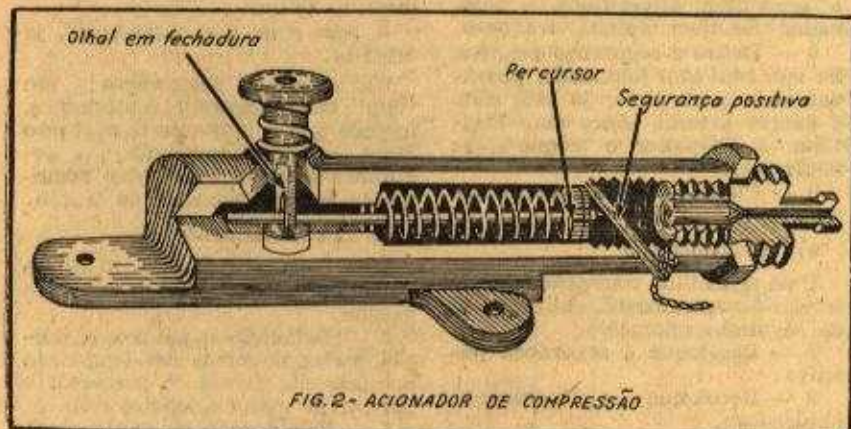


FIG. 2 - ACIONADOR DE COMPRESSÃO

6 — Coloque uma pequena tábua ou folha de madeira sobre o botão de compressão. Prepare o disfarce da armadilha.

7 — Retire o "clip" de segurança obturadora. Se não sair com facilidade, examine a instalação da armadilha, para verificar se não há peso excessivo sobre o botão de compressão. Se continuar com defeito, troque o acionador.

8 — Retire a segurança positiva. Se não sair com facilidade, provavelmente o percursor está solto e exerce pressão sobre o pino. Verifique o acionador e se apresentar defeito, troque-o.

9 — Complete o disfarce da armadilha.

e) Neutralização

1 — Recoloque a segurança positiva.

2 — Recoloque a segurança obturadora.

3 — Separe o acionador da carga.

4 — Retire a base do acionador, destruindo-a ou guardando-a em lugar seguro, para empregá-la novamente. Não tente separar a espoleta da base do acionador.

4 — Acionador de decompressão M-3

a) Descrição

O acionador se divide em quatro partes: corpo, conjunto percursor, base e seguranças.

O corpo é uma caixa de alumínio com uma tampa, tendo uma orelha com dois orifícios para pregos, que facilitam a colocação do acionador e dois orifícios para a introdução da segurança positiva.

O conjunto percursor consiste de uma aldraba, uma alavanca com mola e um percursor. Quando o acionador está armado, a aldraba prende a alavanca, comprimindo a mola desta.

A base é do tipo já descrito.

As seguranças são duas, sendo que a obturadora impede que a aldraba se levante para soltar a alavanca e a positiva impede que a alavanca vá atingir o percursor.

b) Funcionamento

1 — Uma carga superior a 0,5 kg colocada sobre a aldraba mantém-na em sua posição normal, prendendo a alavanca.

2 — Se a carga for removida a alavanca deixa de prender a alavanca, deixando-a livre sob a ação da mola.

3 — Sob a ação de sua mola a alavanca vai bater no percussor que acionará a cápsula da base.

c) Verificação

1 — Retire a base.

2 — Segurando o acionador com uma das mãos, faça pressão sobre a aldraba.

3 — Retire as seguranças.

4 — Solte a pressão sobre a aldraba. A alavanca, livre, deverá bater no percussor.

3 — Recoloque a base no acionador.

4 — Prepare um local e coloque cuidadosamente o acionador.

5 — Introduza a espoleta na carga ou ligue-a ao cordel detonante.

6 — Coloque um peso sobre a aldraba. Esta operação deverá ser feita com cuidado, para evitar que o peso, incorretamente colocado, exerça pouca pressão sobre a aldraba, o que poderá ocasionar o funcionamento prematuro do acionador.

7 — Suavemente retire a segurança obturadora.

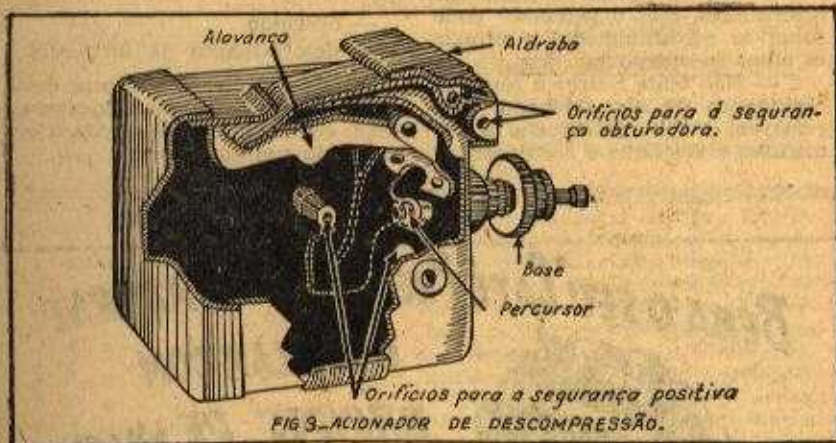


FIG. 3—ACIONADOR DE DESCOMPRESSÃO.

5 — Para rearmar, retire a tampa e puxe a alavanca para trás, prendendo-a com o gancho da aldraba e em seguida abaixe a aldraba, levando-a à sua posição normal.

6 — Coloque a segurança obturadora, para prender a aldraba.

7 — Recoloque a tampa e a segurança positiva.

8 — Recoloque a base.

d) Instalação

A instalação de uma armadilha com um acionador de descompressão consiste resumidamente das seguintes operações:

1 — Retire a base.

2 — Coloque uma espoleta na base, estriando-a com o alicate de estriar.

8 — Se não escutar nenhum ruído, retire a segurança positiva. Se não sair com facilidade, provavelmente a alavanca já foi liberada e exerce pressão sobre o pino. Verifique o acionador e se apresentar defeito, troque-o.

9 — Complete o disfarce da armadilha.

e) Neutralização

1 — Recoloque a segurança positiva.

2 — Recoloque a segurança obturadora.

3 — Remova o peso colocado sobre a aldraba.

4 — Separe a espoleta da carga explosiva.

5 — Retire a base do acionador e destrua ou guarde-a em lugar seguro.

1) Acondicionamento

O acionador de descompressão M-3 vem acondicionado em caixas de papelão contendo dez acionadores.

5 — Regras de segurança

Para evitar acidentes no manuseio dos acionadores, seja durante a realização de sessões de instrução, seja no seu emprêgo em campanha, devem-se observar as seguintes regras de segurança:

1 — Não olhe para o interior dos acionadores, pois o percussor pode soltar-se acidentalmente e atingir os olhos do operador.

2 — Não tente retirar a força as seguranças de um acionador. Se custarem a sair, desmanche a armadilha e verifique o acionador.

3 — Ao desarmar uma armadilha coloque sempre em primeiro lugar a segurança positiva.

4 — Não tente neutralizar uma armadilha sem conhecer perfeitamente o funcionamento do acionador.

5 — Não tente remover a espoleta comum da base de um acionador. Se não puder guardá-la em lugar seguro, destrua-a.

6 — Não coloque armadilhas em locais não autorizados ou locais que possam ser acessíveis a pessoas ou animais.

Os acidentes que ocorrem no manuseio deste material são sempre consequência de:

- descuido
- desobediência às instruções.

Estude o material e não se descuide, para não causar acidentes a seus companheiros, que não têm culpa de sua desatenção.

BEBA O SEU "CAFÉ PREDILETO" E ADORNE O SEU LAR COM BRINDES DE VALOR



PREPARADO pelos mais modernos processos de Torrefação e Moagem o "CAFÉ PREDILETO", contém as substâncias, por muito tempo, as mais apreciadas de PUREZA, SABOR e AROMA.

ESCOLHIDO entre os melhores tipos de "CAFÉ PREDILETO", proporciona um café realmente delicioso.

Por isso a dona de casa que o tem diz:

O "CAFÉ PREDILETO" RENDE MAIS E É MAIS GOSTOSO

CAFÉ PREDILETO

ORDENS VERBAIS DE COMBATE

Traduzido do Boletim de Treinamento n. 2, da
Escola de Infantaria do Exército dos EE.UU.,
pelo Cap. MURILO GOMES FERREIRA

Parte I

NOTAS

A finalidade deste boletim é explicar o emprego das ordens de operações.

As várias decisões tomadas pelo Comando e seus subordinados, antes e durante a emissão de uma ordem de operações, são apreciadas em detalhes.

Exemplos de ordens de operações verbais são incluídos como guias, para a preparação de ordens satisfatórias.

A matéria contida aqui foi transcrita dos seguintes manuais:

F.M. — 100-5;

F.M. — 101-5;

F.M. — 7-10;

F.M. — 7-15;

F.M. — 7-20;

F.M. — 7-40.

Durante a instrução, os instrutores podem praticar na emissão e recepção de ordens verbais de operações usando os exemplos dados na 2ª Parte deste boletim.

Outras situações preparadas e controladas pelo instrutor devem ser usadas semelhantemente; obrigando o aluno a resolver as mesmas, oralmente, no campo ou em sala.

O preparo de croqui de operações deve também ser uma parte desta instrução.

Particularmente valiosas para a instrução, são as situações apresentadas no terreno, com incidentes que obriguem o aluno a preparar cartas de operações ou croqui e notas para as ordens verbais.

Os instruendos para esta instrução devem ser divididos em pequenos grupos.

SECÇÃO I

INTRODUÇÃO

1. Generalidades:

a) A técnica da guerra moderna requer que todas as operações militares sejam conduzidas com velocidade.

Por causa do aumento da mobilidade das forças aéreas e terrestres, as situações táticas são passíveis de mudar rapidamente. As regras adotadas na confecção de todos os tipos de ordens de combate, podem ser resumidas de modo a assegurar brevidade, simplicidade, direta e rápida transmissão.

"As ordens de operações serão, normalmente, orais ou sob a forma de mensagem para todos os elementos das Divisões e freqüentemente para os Corpos".

b) A habilidade na preparação de ordens concisas e compreensíveis é uma arte, que não pode ser adquirida senão com a prática.

A despeito de cansaço, fome, sede, carência de sono e da excitação e confusão da batalha, o comando e seu E.M. devem preparar instruções com perfeita clareza. O grau de clareza com o qual as ordens são preparadas, sob quaisquer condições, estarão na razão direta da eficiência alcançada, através de anteriores, treinamento e prática.

2. Definições:

a) Ordens de combate são todas aquelas que dizem respeito às operações em campanha. As or-

dens de combate são classificadas em:

- ordens de operações;
- ordens administrativas; e
- documentos de instrução.

Ordens de operações dirigem operações ou previnem eminentes operações (ordens preparatórias). Como qualquer ordem, as ordens de operações podem ser de forma escrita ou falada. As ordens de operações escritas variam de uma apressada nota num pedaço de papel, a uma completa e formal expressão do que o comando deseja, dactilografada, mimeografada ou impressa. As ordens de operações usadas sob a forma falada podem variar em extensão, de uma simples palavra ou duas, a uma longa declaração ditada.

Nas pequenas unidades, as *instruções administrativas* são incluídas no Corpo das Ordens de Operações, ou são emitidas separadamente.

Os *documentos de instrução* ou Circular de instrução pertencem somente aos altos comandos.

b) Ordens verbais e ditadas são semelhantes, pois ambas são ordens faladas.

Quando forem emitidas ordens verbais, são tomadas anotações tanto pelo comandante que emite a ordem como pelo subordinado que a recebe.

As ordens ditadas são registradas, ao pé da letra, pelo destinatário; sendo que, uma cópia completa da ordem ou das notas é guardada pelo comandante que emite a ordem.

c) O fator mais importante que influencia na forma e no processo de distribuição de uma ordem é o tempo disponível para a sua preparação e distribuição.

Uma ordem deverá chegar ao seu destino a tempo suficiente de evitar que as tropas façam alto, enquanto aguardam instruções.

Se possível, o tempo deve, também, ser suficiente para permitir que o comando subordinado, do mais baixo escalão interessado na sua execução, possa fazer reconhecimento, colocar sua tropa em posição, tomar outras medidas necessárias e dar suas ordens antes da

hora marcada para o início da ação.

d) Um intervalo de tempo de cerca de 1 1/2 hora é normalmente necessário entre o recebimento da ordem de ataque do Regimento e a hora do ataque. Cinquenta minutos são normalmente necessários para a emissão de uma ordem de ataque verbal de Batalhão ou Regimento.

Ordens para defesa, normalmente necessitam mais tempo do que para um ataque.

Nas unidades menores, menor tempo será necessário para a emissão de ordens.

e) O número necessário de detalhes a incluir numa ordem depende da experiência e do treinamento dos comandos subordinados, do grau de confiança que o comando neles deposita e da clareza da situação.

Uma ordem menos detalhada poderá ser dada para um experimentado subordinado, no qual o superior tem toda confiança e que esteja comandando uma unidade numa missão independente.

Uma mais detalhada ordem deverá ser dada no caso de um ataque altamente coordenado por tropas inexperientes, cujos comandantes não tenham ainda tomado parte em combate.

f) As ordens devem prescrever somente o que for possível prever.

As ordens que procuram regular assuntos muito distantes no tempo, dão em resultado freqüentes modificações. As freqüentes modificações nas ordens sobrecarregam os meios de transmissão; geram confusão e equívocos, impõem fadiga desnecessária à tropa e prejudicam o seu moral. As ordens dadas pelos subordinados não devem ser mera repetição das que foram recebidas da autoridade superior, com acréscimos pessoais.

Novas ordens são mais claras e satisfatórias:

3. Os três Fatores Essenciais:

Uma ordem de operações contém sempre três fatores: a *situação*, a *missão* e o *plano do comando* para o cumprimento desta missão.

O comando informa seus subordinados, numa avaliação útil para

êles; da situação do inimigo e das tropas amigas.

Ele anuncia sua decisão num plano geral.

Distribui tarefas para seus cmts. subordinados e meios que lhes são destinados, além dos que estão orgânicamente sob seu controle.

Não os sobrecarrega com decisões que são de sua responsabilidade, nem tira sua iniciativa prescrevendo detalhes de execução que escapam a sua alçada.

Ele não tenta prescrever detalhes da ação para seus subordinados. Em muitos casos, o terreno e a observação serão tais que somente o comandante subordinado, que estiver no terreno em questão, poderá julgar corretamente as condições e tomar uma decisão própria, quando uma mudança na situação ocorrer.

É essencial que os chefes e comandos operem à frente de modo que tenham de primeira mão um conhecimento real de semelhante mudança na situação e possam confrontar as suas ordens.

4. Sequência padrão :

Para assegurar que os desejos do comando são compreendidos rapidamente e para prevenir omissões, toda ordem verbal de operações — completa ou resumida — segue a sequência padrão das ordens de operações escritas.

Esta sequência divide a ordem nas seguintes partes principais: *Cabeçalho*, *Corpo* (incluindo distribuição de tropas em certas ordens) e *Fêcho* ou *Terminação*.

a) *Cabeçalho* — O cabeçalho contém a designação do cmt. da unidade que emite a ordem, local, hora e data da emissão, número de série, da ordem e referência a carta ou cartas utilizadas.

b) *Distribuição de tropas* — A distribuição das tropas mostra os grupamentos táticos em que se divide a unidade — (vanguarda, grosso etc.) — e as tropas pertencentes a cada um dêles.

Em geral o seu emprêgo é limitado às ordens de marcha; de vanguarda, retaguarda, de P.A. e a primeira ordem de operações

expedida por um cmd. recém-criado.

Quando é incluída uma distribuição da tropa, ela é intitulada "Tropa" e se segue ao § 2° da ordem, sem número.

c) *Corpo* — O corpo consiste de 5 parágrafos numerados como se segue :

(1) Informações sobre o inimigo e tropas amigas.

(2) Decisão do comando (ou missão das unidades) e plano para a coordenação da operação.

(3) Missões táticas das unidades subordinadas.

(4) Assuntos relativos ao serviço.

(5) Prescrições para transmissões, incluindo a localização e o deslocamento dos Postos de Comando.

* Muitos destes parágrafos podem ser resumidos com o uso de uma carta de operações ou calco.

O corpo de uma ordem de operações verbal contém exatamente a sequência de uma ordem de operações escrita.

O comando, ao emitir semelhante ordem, não deve indicar onde um parágrafo termina e outro começa.

Entretanto a sequência padrão será cuidadosamente seguida.

Se os destinatários de uma ordem estão já inteiramente familiarizados com a situação a respeito do inimigo ou das tropas amigas, o comando não necessita repetir esta informação.

Ele deve dizer "Situação sem alteração", ou perguntar, "Há alguma pergunta a respeito da situação?" depois ele prossegue com a ordem.

Parágrafo (1).

O parágrafo contém as informações sobre o inimigo e as forças amigas, que os subordinados devem conhecer para que possam cumprir suas missões. É consagrado exclusivamente às informações e não contém nenhuma parte referente ao plano ou instruções do Comando.

Informação já distribuída não deve ser repetida nas ordens de operações, muito embora deduções baseadas numa informação já dis-

2. Postos de Comando (inicial e sucessivos postos de comando de quem emitir a ordem, e dos principais comandos subordinados). Muitas destas informações podem ser dadas gráficamente, o que serve para encurtar este parágrafo.

d) *Fêcho* — O fêcho de uma ordem escrita completa, contém a assinatura, o confere (escrito no original), uma relação de anexos, se houver e os destinatários.

Normalmente o único anexo para o R.I. e unidades menores é a Carta de Operações.

SECÇÃO II

ORDENS VERBAIS DE OPERAÇÕES

5. Preparação:

a) A preparação para a emissão de uma ordem verbal de operações, consiste de: *primeiro*, o estudo da operação no terreno, numa carta ou croqui; *segundo*, tomada de notas com todos os detalhes dispostos na sequência própria; *terceiro*, revisão final para completá-la.

Se o tempo fôr suficiente, os diversos parágrafos na sequência padrão devem ser anotados no papel, assinalando em cada um as informações ali obtidas.

Depois, se o tempo permitir, a ordem deverá ser escrita completa.

b) As notas preparadas pelo comando antes da emissão de uma ordem, facilitam a emissão da ordem e asseguram que nenhum item essencial seja omitido.

Só excepcionalmente, oficiais hábeis podem emitir ordens satisfatórias sem preparo prévio.

Anotações para uma ordem, se bem que escritas em linguagem abreviada usando abreviaturas, devem ser legíveis e completas, e devem permitir fácil entendimento das palavras para a emissão da ordem pelo próprio comando ou seu representante.

A matéria contida nestas notas deve ser selecionada a fim de assegurar ao comando, que emitiu a ordem, que cada subordinado ao recebê-la, possua todas as informações necessárias para que a uni-

dade subordinada possa cumprir sua parte na operação.

Todas as informações desnecessárias devem ser emitidas. Como também em todas as comunicações com as unidades na área de batalha, deve ser empregado o código ou cifração para precaução contra o serviço de informações inimigo.

Uma carta de operações ou croqui distribuído para os subordinados antes da emissão de uma ordem verbal, oferece facilidades no entendimento da mesma e economiza tempo.

6. Reunião de Destinatários.

a) A reunião dos comandos ou seus representantes para o recebimento de ordens de operações, não é aconselhável, desde que a unidade esteja empenhada; porque ela priva as unidades de seus comandantes num caso de crise; retarda as operações e oferece ao inimigo um valioso alvo.

Em tais condições, as ordens devem ser enviadas aos comandos subordinados por intermédio de oficiais de ligação e mensageiros.

Extrato de um documento de instrução do Q.G. das Forças Terrestres:

"A prática de reunião dos subordinados para emissão de ordens é perniciosa, porque afasta os comandantes de suas unidades nos momentos críticos e retarda as operações de modo intolerável. Oficiais de ligação devem ser empregados na disseminação das ordens".

b) Antes do combate, entretanto, quando a unidade está protegida por tropas de cobertura, ordens verbais ou ditadas são emitidas de preferência pelo próprio comando, diretamente a seus subordinados ou seus representantes. Neste caso, num local de reunião e a uma determinada hora os cmis subordinados são reunidos. Sempre que fôr possível o local escolhido deve permitir uma visão de conjunto do terreno da operação, mas deve-se tomar cuidado para não expor o grupo num ponto que esteja sob o fogo ou observação aérea do inimigo.

O grupo deve permanecer disperso, de tal modo que cada homem possa ouvir a ordem do comando.

Quando os comandantes são separados de sua unidade, o subcomandante ou o mais graduado assume o comando de modo que a falta do cmt. não cause retardo no preparo da unidade para a ação.

7. *Orientação no Terreno:*

Se o cmdo. tiver chegado recentemente na área e os subordinados não estejam familiarizados com o terreno; o cmt. antes de emitir sua ordem, deve orientar o grupo no terreno, e na carta, se possível. Esta orientação deve começar com a determinação do ponto de reunião e referenciá-lo com os quatro pontos cardiais.

Os acidentes do terreno que tenham de ser referidos na ordem, devem ser designados, apontando, pela indicação da agulha, pelo nome, por uma letra arbitrária ou designação numérica, se o nome for desconhecido, ou por uma combinação destes métodos.

Esta orientação poupa tempo, eliminando a necessidade de apontar os acidentes do terreno durante a emissão da ordem.

Para certificar-se da orientação de seus subordinados, o cmt. deve, antes de prosseguir na sua ordem, inquiri-los a cerca dos acidentes do terreno referidos na mesma. O cmdo. pode designar um membro de seu E.M. para conduzir esta orientação.

8. *Técnica de Emissão:*

a) Após a orientação no terreno, o cmdo. está pronto para emitir sua ordem de operações. Ele deve prevenir seus subordinados que uma ordem oral de operações é iniciada por uma expressão tal como: "Tomem nota".

Ele deve falar mais rapidamente do que ao emitir uma ordem ditada, mas deve falar compassadamente de modo a permitir que tomem notas. É essencial que os comandos empreguem poucas palavras e que possam ser entendidos por todos os subordinados.

b) As ordens devem ser claras e explícitas e tão breves quanto for

compatível com a clareza. Frases curtas são de fácil compreensão. Clareza é mais importante que técnica. Quanto mais urgente for a situação, tanto maior é a necessidade de concisão na ordem. Qualquer esclarecimento sobre medida adotada deve se limitar ao que for necessário para obter a cooperação inteligente dos subordinados.

Instruções detalhadas para uma variedade de contingências ou prescrições, que são assuntos de regulamentos não inspiram confiança e não devem ser incluídos numa ordem.

Expressões vagas e sem significação dividem a responsabilidade e levam os subordinados a adoção de medias-medidas.

Frases exageradas e bombásticas produzem o ridículo e diminuem a força de uma ordem. Expressões tais como "atacar vigorosamente" quando usadas nas ordens são não somente fúteis e inexpressivas, como forma de diminuir a força das ordens subsequentes, nas quais tais expressões não aparecem.

c) Após ter completado sua ordem o cmt. permite perguntas, respondendo-as pacientemente e de modo completo. Após certificar-se da compreensão de todos, dá a hora oficial e os relógios são acertados.

9. *Registro de Notas:*

a) Ao receber uma ordem verbal, o destinatário faz um registro completo, para futuras referências caso necessário. O registro deve ser completo e legível afim de possibilitar o sucessor a ter uma clara compreensão da ordem, quando o comandante for ferido ou morto.

Estes detalhes podem ser registrados totalmente ou em parte nas cartas disponíveis — ou podem ser completados com notas tiradas das cartas. A facilidade, na abreviação de palavras e frases e o uso das abreviaturas e símbolos militares, asseguram velocidade e precisão no registro das notas.

b) As ordens verbais ou ditadas não têm um cabeçalho e fêcho padrão. Entretanto, o subordinado que recebe uma ordem verbal ou ditada deve registrar em suas no-

tas para fins de identificação e referência no futuro, a parte essencial do cabeçalho ou do fêcho de uma completa ordem escrita de operações.

Este registro deve incluir :

O nome e o título do emissor da ordem.

O local e data da emissão. A hora em que a ordem foi terminada. Em adição aos itens acima, os seguintes devem ser incluídos ; quando apropriados : Of. de Estado-Maior e subordinados presentes, Carta de referência, quando uma carta de operações ou croqui não for emitido com a ordem.

10. Ordens Particulares :

As ordens fragmentárias são usadas quando a vigência na entrega e na execução é imperativa. Ordens particulares são emitidas sucessivamente conforme a situação se desenvolve e as decisões vão sendo tomadas.

Compreendem instruções separadas a uma ou mais unidades subordinadas, prescrevendo a parte que cada uma deve tomar na operação ou em dadas fases da mesma. Este procedimento será normal em Divisões e unidades menores. Ordens particulares podem ser verbais ou escritas ; elas podem ser acompanhadas de cartas, com instruções nelas contidas.

Devem ser concisas mas não com prejuízo da clareza e omissão de informações essenciais. As instruções dadas em ordens particulares podem ser repetidas numa ordem geral de operações ou de um anexo, se isto for aconselhável.

11. Cartas de Operações :

a) Diversas formas de cartas de operações são comumente empregadas em anexos com as ordens verbais ou ditadas, elas podem ser um simples croqui num pedaço de papel. O tempo dispendido no preparo de tais cartas, ou croqui, será compensado com a simplicidade e clareza que resultam para as ordens emitidas.

Se uma carta ou croqui puder ser preparado para distribuição aos subordinados, servirá como um re-

gistro permanente de todas as ordens. Se o tempo só permite o preparo de um exemplar, os subordinados devem ser chamados a examinar esta cópia, antes da ordem ser emitida ; sua atenção deve ser chamada para os itens essenciais ali existentes.

b) Uma carta de operações ou croqui simplifica a necessidade de repetir numa ordem informações que a carta ou croqui dão graficamente, exceto se a repetição for necessária para assegurar a compreensão.

Quando um número suficiente de cópias pode ser distribuído para os subordinados que recebem a ordem, referências a carta de operações ou croqui em parágrafos curtos e apropriados simplificam a ordem, economizando tempo e evitam erros. Isto é particularmente verdadeiro nas ordens ditadas e verbais. Uma carta de operações bem preparada é clara e um meio mais preciso para um combatente do que as muitas palavras de uma ordem. Entretanto o conjunto de detalhes incluídos em uma carta de operações ou croqui deve ser tal que não confunda o desenho, eles dependem muito da habilidade do construtor.

c) Uma carta de operações é de grande valor para o Comando subordinado. Frequentemente, se nenhuma foi emitida, ele deve preparar uma antes de dar sua ordem.

Uma carta de operações é também valiosa como um meio de encurtar e precisar uma ordem de operações e tornam seu sentido inconfundível, podendo ser empregadas habitualmente sob a forma mais apropriada (carta, fotografia, fotografia aérea, calco ou croqui) como um anexo às ordens de operações emitidas por unidades maiores que a Cia.

Cartas detalhadas ou fotografias aéreas para determinadas ações frequentemente não podem ser distribuídas às pequenas unidades, mas croqui da operação, podem sempre ser preparados sob quaisquer condições e constituem um substituto valioso.

A informação que poderá ser dada em uma carta de operações é limitada pelo tipo do terreno representado. Por exemplo, terreno plano tendo poucos acidentes importantes impede a referência

de posições em relação a configuração do terreno. Nestes casos, a localização pode ser indicada pelo azimute e distância de um ponto conhecido P.

(Continua)

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, diminuir o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

ALGO MAIS SOBRE CAVALARIA E MECANIZAÇÃO

Ten.-Cel. D. JOSÉ MARIA MENENDEZ

Tradução do Cap. STOESEL G. ALVES,
da E.I.E.

Nota do tradutor: O presente artigo, traduzido do original em espanhol, publicado na "Revista Militar", do "Círculo Militar" Argentino (julho de 1948), focaliza um aspecto atual e sobretudo interessante da organização dos exércitos modernos. A opinião do autor, fundamentada em brilhante argumentação, assume particular importância porque espelha o pensamento de um oficial do Exército de uma Nação cujos problemas industriais e econômicos têm muitos pontos de semelhança com os nossos.

A organização bélica dos povos está condicionada às possibilidades de cada um e ao tipo de guerra que tenham de fazer. Do balanço de suas forças e possibilidades é que deve resultar a idéia geral de ação. Neste ponto de vista, é muito diferente a situação de um país, de grande potencialidade bélica, que aspire defender e até mesmo impor sua doutrina e seus interesses no mundo inteiro da de outros, de precárias possibilidades, seja por já se encontrarem em decadência, seja por não terem, ainda, alcançado a plenitude de seu poder.

A potencialidade e a organização dos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, não podem ser as mesmas dos pequenos países em formação, com população reduzida, sem maiores reservas metálicas e nos albores de sua organização industrial.

Assim como antipatriótico e inconveniente será, sob qualquer ponto de vista, abandonar a preparação para a guerra, eventualidade sempre possível, também o será pretender uma potencialidade armada demasiadamente grande em relação ao país. Insistir-se

nesse propósito principalmente com armas sujeitas às grandes despesas e restrições da importação, poderá acarretar o comprometimento da economia nacional, caso em que todo o esforço resultará inútil, porque a debilidade econômica conduzirá à impossibilidade bélica.

Vive-se, hoje, a febricitante era do Dólar. Até mesmo os países mais ameaçados pela guerra se desesperam no afan de restringir suas importações. Todos economizam as divisas disponíveis e condicionam sua produção e seu comércio de forma a aumentá-las, ainda que com risco de passarem por egoístas ou de se privarem de elementos essenciais.

Desta forma, não parece lógico que povos carentes de indústria automobilística ou mesmo de materiais tão importantes, como o combustível ou a borracha, insistam em manter, durante os longos períodos de paz, uma excessiva mecanização de suas forças armadas, ou mesmo de seus transportes e da vida econômica em geral, empenhando-se numa contraproducente política de importação.

Quando, já em 1938, os militares que se dedicam a estes estudos, pressentiram a iminência de uma guerra longa e esgotante, cuja repercussão política e econômica haveria de sacudir o mundo, alguns governos providentes, dentro da própria Europa, recorreram a um maior emprêgo da tração animal e ao conseqüente fomento da criação equina. Tivessem sido mantidas tão sensatas medidas e intensificado o refflorestamento ao longo das vias de comunicações econômicas, e não se teria agora a lamentar a grande escassez de combustível que se observa em toda a parte e a evasão de dinheiro que disso decorre.

Mas, ainda que se dispusesse dos melhores créditos e dos mais saneados meios financeiros, seria inconveniente o critério de dedicar acentuada preferência por armas que tenham que ser adquiridas no estrangeiro, sobretudo quando dentro do próprio território existem outras, que, embora não sejam tão potentes, poderão ser úteis, se reforçadas convenientemente. Não será possível, nas cruciantes horas da guerra, viver exclusivamente na dependência de algo cuja posse esteja subordinada à vontade alheia.

Ninguém que tenha idéia do que seja a guerra moderna, poderá negar o extraordinário esforço a que serão obrigados os veículos automóveis para atender, dentro da zona do Interior, à redobrada distribuição de meios, para as forças armadas e para o povo em geral. Ninguém poderá ignorar o enorme consumo de combustível, não só para os veículos como também para a movimentação da indústria e das atividades totais da nação. E, se a isso se juntar o fabuloso consumo de uma poderosa e penetrante aviação somado ao das forças blindadas e mecanizadas dentro das zonas de operações, e agravado pela vulnerabilidade das vias férreas aos ataques aéreos, obrigando a cobrir muitos setores com o transporte automóvel, fácil será deduzir quão rapidamente ver-se-ão esgotadas as existências automobilísticas e seus correspondentes acessórios, de quem haja feito abun-

dante e desproporcionado emprêgo das mesmas desde o tempo de paz e dos primeiros momentos da guerra.

Se as poderosas forças germânicas, apesar dos grandes estoques previamente feitos e de suas medidas previsões, se viram obrigadas, em certos momentos da campanha da frente oriental, a deter suas operações por falta de gasolina e de sobressalentes para os veículos; se nem sequer puderam manter o terreno cobquistado frente a um inimigo de forças mais ou menos equivalentes, fácil será imaginar o pavoroso problema que constituiria, para países de fraco poder industrial, fazer uma guerra em territórios tão extensos como aqueles.

Se fôsse possível acumular, desde o tempo de paz, uma enorme quantidade de aviões, veículos blindados e caminhões, o problema seria de certa forma solucionado. Entretanto, tal coisa seria quase impossível. Seu financiamento alcançaria a cifras astronômicas, não existindo país no mundo capaz de suportá-lo. Além disso, leve-se em conta que no momento decisivo, o mais provável seria que não se pudesse contar com os meios calculados. Tudo estaria convertido em material obsoleto. A maior parte inutilizar-se-ia durante a paz ou seria destruída nas operações iniciais e o problema seria mais grave quando a guerra se desenrolasse em territórios extensos e despovoados, onde as hostilidades podem ter prolongada duração. Somente os países fortemente industrializados poderão manter o ritmo do progresso automobilístico e aéreo, preparando-se adequadamente para a mobilização e as necessárias reposições durante a guerra.

O dilema, portanto, para os pequenos países em formação, reveste-se de características angustiosas. Se não possuírem, no momento decisivo, as forças aéreas e blindadas indispensáveis, estarão condenados à derrota. Por outro lado, criá-las artificialmente e a custa de sacrifícios, muito antes de serem rompidas as hostilidades,

com prejuízo para as energias físicas do país, equivale a causar o esgotamento econômico e por conseguinte, a derrota.

Trata-se de um dos muitos complexos inerentes ao estudo das questões orgânico-estratégicas. Só poderá resolvê-lo com acerto o Estado que contar com administradores e soldados capazes de perceber quando a guerra se torna inevitável, para fazer, às suas vésperas, a mais conveniente concentração de meios. Será preciso, ainda, encarar o problema com espírito prático, analisá-lo detidamente sem perder tempo na procura de ambiciosas possibilidades, buscando, enfim, o equilíbrio dos fatores e dos meios.

Em primeiro lugar, deve se esclarecer que não se pretende que aqueles que não se encontrem na privilegiada situação das grandes potências, devam renunciar às armas modernas, trata-se da mecanização aérea ou terrestre. Não se pretende, tampouco, que se deva levá-los a um estado de inconveniente debilidade em relação aos seus inimigos prováveis. Longe da lógica, semelhante critério. Não é possível ficar demasiadamente retardado em face do movimento geral. Mesmo à custa dos maiores sacrifícios e chegando até à indigência em alguns casos, devem contar com as armas necessárias à guerra que tenham que enfrentar.

O que se afirma é que estes países que ainda não atingiram suficiente poder industrial e financeiro, deveriam proceder com a máxima cautela, sem desperdício de esforços. Deveriam evitar o deslumbamento das coisas aparentemente formosas, mas irrealizáveis na prática, manter adequados núcleos mecanizados, sustentados por grandes reservas potenciais. Calcular a exata quantidade de meios e forma de obtê-los no momento decisivo.

A situação se complica até ao desespero para os pequenos povos, como os europeus, que tiveram e têm em sua imediata vizinhança, a poucos quilômetros dos seus centros vitais, o perigo de uma po-

tência de grande superioridade mecanizada e de espírito nitidamente expansionista. Entretanto, para os que se encontram rodeados de potências pacifistas, ainda que o sejam apenas momentaneamente e sob o império das circunstâncias, ou para os que tenham, conforme o caso de enfrentar forças mais ou menos equivalentes, o problema perde boa parte de sua gravidade, principalmente se a isso se juntar a vantagem de territórios extensos e descobertos, que restrinjam a possibilidade da surpresa e onde a distância viesse a constituir um fator para o ganho do tempo e conclusão dos aprestos de mobilização.

O Japão, malgrado seu poderio mecanizado, nada pôde fazer nos amplos teatros da China, frente a um inimigo primitivo, mas disposto à resistência. A Alemanha, não obstante a formidável proporção de armas blindadas que possuía, fracassou nas geladas estepes russas, frente a um adversário valeroso que sabia aproveitar, flexível e inteligente, a desmesurada profundidade do seu território. Tanto uma como a outra, a Rússia mais do que a China, porque contou, além de tudo, com o auxílio de uma forte mecanização, embora menor que a do seu oponente, souberam aproveitar a vastidão de seus respectivos territórios para anular a possibilidade da surpresa e da "Blitzkrieg" concebida.

Por isso — repetimos — cada qual deve amoldar-se à sua situação particular. Compensar a carência do que não produz e que tanto custaria obter nas horas difíceis da guerra, com o incremento da produção do que possui, dentro das próprias fronteiras ou em vizinhança acessível. Utilizar de preferência o que puder ser obtido, em abundância, a qualquer momento e não o que precisar importar de longe, a custa de dispendioso consumo de divisas e sem a segurança de chegada em tempo oportuno.

Os cavalos e as forragens, tão escassos na Europa Ocidental, não o são, pelo contrário, na Oriental, nem em certas regiões da China,

nem tampouco na América do Sul, onde existem países que sofrem a penúria de automóveis, combustível e pneumáticos, razão pela qual ser-lhes-á conveniente criar uma reserva suficiente destes meios, não abandonando, todavia, os meios hipomóveis nos transportes lentos e a curta distância, nem a cavalaria montada nos seus exércitos.

Nenhum país de limitada potencialidade bélica poderia realizar a façanha de manter o domínio dos mares e acumular em plena guerra a força mecanizada que lograram os britânicos, por exemplo nas vésperas da memorável e decisiva batalha de El Alamein. Entretanto, para os que dispõem de extensos e férteis campos, como de quantidade suficiente de equídeos, será relativamente fácil reunir os animais necessários para repor as numerosas baixas da guerra.

Um distinto militar norte-americano, referindo-se a estes países de grandes possibilidades agro-pecuárias, acabou de emitir uma opinião que é toda uma advertência. "Há menos distância — disse ele — dos campos de pastagem ao estômago do cavalo, que dos poços petrolíferos aos tanques de abastecimento". Como se vê, trata-se de um chamado à realidade por parte de quem observa a situação com a sabedoria e a experiência que lhe conferiu uma vitoriosa participação na maior das guerras mecanizadas.

Não resta dúvida que se deve evoluir para a mecanização; mas evoluir bem. Não proceder precipitada e irrefletidamente. Não copiar, e sim adaptar de acordo com a provável guerra que se tem de fazer e não com as alheias. Assim fazem os povos que compreendem o problema da própria defesa.

Para mencionarmos um exemplo nosso, no que diz respeito à evolução para a mobilidade por meio do automóvel, temos o "raid" tático realizado precisamente pela nossa cavalaria há quatorze anos, quando, já nessa oportunidade, todas as suas colunas de abastecimentos eram motorizadas, o que

proporcionou aos seus integrantes um impulso e um vigor, que lhes permitiram chegar e operar oportunamente sobre a retaguarda inimiga.

Sabia-se, e aplicava-se praticamente, que todo trabalho estratégico e de operações perde o valor se não for feito com base em minuciosos cálculos sobre as possibilidades de transporte e abastecimento da zona de interior e do próprio teatro de operações. Tal se fez na referida viagem, para a qual foram preparados croquis e planos especificando até aos mínimos detalhes a progressão das ditas colunas.

A cavalaria que se mantiver em dia com a evolução da guerra, aumentando sua potência de fogo e mantendo sua mobilidade, será sempre uma excelente arma. Assim ficou ultimamente provado na própria Europa, apesar dos deslumbramentos da mecanização. Recorde-se seu emprego na Espanha e na Grécia; as queixas de Patton, lembando o que poderia ter feito no sul da Itália "se tivesse uma divisão completa de cavalaria, com artilharia de montanha"; recorde-se, sobretudo, o brilhante desempenho dos cavaleiros soviéticos, que tanto contribuíram para a derrota das famosas unidades blindadas do Reich.

Obstinar-se em desconhecer esta evidência, não nos parece sensato. Afirmar que a cavalaria seja a primeira arma a desaparecer, mesmo nos países de precário desenvolvimento industrial, parece demasiadamente temerário.

O caso dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha onde a cavalaria já quase não existe, parece obcecá-los alguns observadores. Não conseguem compreender a enorme diferença entre uma guerra extra continental de países super-povoados e de pecuária reduzida, e outra realizada dentro do próprio continente, dotado de boas pastagens e excelentes cavalhadas.

É natural que os Estados Unidos, em sua longa e difícil viagem através dos mares que os separem dos prováveis teatros de operações, pre-

firam levar, em lugar de cavalaria, outras armas, sempre que 5 ou 6 infantas corresponderem a cada cavalo com a respectiva forragem. Mas, onde se disponha destes meios, não há razão para abandonar uma arma tão útil como a cavalaria.

Para os sul-americanos e para alguns povos europeus, do Próximo ou Médio Oriente, melhor será seguir a conduta da Rússia que, aproveitando sua exuberância agro-pecuária e as características do seu extenso território, resolveu manter uma forte cavalaria, com o êxito conhecido, não obstante seu poder industrial e a segura e inesgotável ajuda em armas mecanizadas que lhe prestaram seus aliados ocidentais.

Ao que já foi dito no volume 292 da "Biblioteca do Oficial" poder-se-ia acrescentar, entre os tantos episódios conhecidos mais tarde, o da Batalha de Moscou, descrito na "Revista Militar", de abril de 1948, e o do Corpo de Cavalaria "Cossacos do Kuban", na de maio de 1948, onde se demonstra como fracassaram as unidades blindadas alemãs nos extensos campos russos, em contraste com o êxito que obtiveram frente às mal armadas forças da Polônia, Bélgica, Holanda e França, durante as trágicas campanhas de 1939-40.

Jamais se havia visto, até essa época, uma tão elevada proporção de divisões blindadas, como a exibida naquela gigantesca batalha. Das doze divisões empregadas no desbordamento de Moscou pelo norte, sete eram blindadas, duas motorizadas e apenas três, de infantaria. E, apesar disso, foram derrotadas. Canalizadas até onde haviam sido construídas importantes e disfarçadas organizações de barragem, levadas até onde se encontrava concentrada a artilharia anticarro, foram totalmente aniquiladas, enquanto a cavalaria e a aviação agiam contra os elementos mais avançados de suas destróidas colunas.

É, que, além de outros inconvenientes, a Alemanha não contava com cavalaria. Faltava-lhe a arma com que poderia acudir rapi-

damente em apoio de suas divisões blindadas. Não tinha com que desbordenar, com rapidez, as zonas mais fortificadas da barragem.

Todavia, para que possam reproduzir-se estes fatos demonstrativos da vulnerabilidade mecanizada, será preciso contar com boas e numerosas armas anticarro destruidoras e serenamente manejadas. Armas móveis, que acompanhadas de forças blindadas, motorizadas e de cavalaria, para proteger seus deslocamentos e impedir os desbordamentos de suas posições, possam alcançar rapidamente as regiões mais indicadas do ponto de vista tático e operativo.

Quanto ao corpo de cavalaria "Cossacos Kuban", sua destacada atuação constitui um notável exemplo da maneira eficiente com que pode conduzir-se a nobre arma nas operações de ruptura e em sua subsequente exploração. Sua indiscutível demonstração de eficácia em ação combinada com os carros de combate em outras ocasiões, repetiu-a também em todos os encontros em que lhe foi dado contar com o inestimável apoio da Aviação.

Os pântanos e os grandes rios favorecem a canalização dos carros para lugares onde sua derrota possa ser relativamente fácil, como aconteceu na referida batalha de Moscou. Nos desfiladeiros dos terrenos montanhosos, igualmente, podem ser colocadas armadilhas mortais para os veículos blindados, como se viu nos Balcãs, na Itália e na Índia.

Por isso, os povos cujos teatros de operações tenham essas características, disporão de uma grande vantagem para sua defesa contra aquelas armas, sempre que o adversário não possuir uma esmagadora superioridade nesse sentido. até os mais ferrenhos defensores dos tanques, duvidam que possam eles atravessar rios com essas características, fora de determinados pontos de passagem.

Mas o assombroso é que os que assim duvidam continuem a estimular um desproporcionado desenvolvimento destas armas blindadas, não obstante terem que operar sô-

bre terrenos semelhantes aos que foram anteriormente mencionados. Em outras palavras: fomentam o engrandecimento de uma arma às vezes em detrimento de outras embora reconhecendo que a mesma tem limitadas possibilidades nos cenários da guerra provável.

Por outro lado, é comum verem-se exercícios de tática blindada, nos quais se planeja e estuda a destruição dos carros inimigos depois de se ter conseguido atraí-los para onde se encontrava concentrada a artilharia anticarro, com o que os próprios chefes da arma retificariam o conceito sobre a vulnerabilidade desses veículos uma vez encurralados em zonas que possam ser facilmente batidas.

Por isso, nos países em que se conseguiu compreender essas verdades, não se abriu mão da cavalaria, principalmente naqueles de pequeno desenvolvimento industrial e dispondo, pelo contrário, de abundante e selecionada cavalaria. Mas não basta ter cavalaria. É, preciso possuí-la com os efetivos e a potência necessários, de acordo com a força dos prováveis adversários. Do contrário, correr-se-á o risco de pouco converter-se em nada, aos primeiros encontros com a arma adversária.

Se a idéia é aumentar as forças mecanizadas, na presunção de receber durante a guerra, toda ajuda exterior que permita fortalecê-la e mantê-la, aumentem-se as mesmas, mas sem esquecer as velhas armas que tanto fizeram de útil onde não se havia chegado a uma densa potencialidade industrial. De qualquer maneira, dever-se-á ter sempre em vista não prejudicar a cavalaria. Admitindo-se que seja preciso evoluir em busca de maior mobilidade, o natural seria motorizar quem se desloca a quatro quilômetros por hora e não quem o faz a oito. Conduzir em automóveis quem se move mais lenta e penosamente e não quem o faz mais rápida e confortavelmente.

Por outro lado, não é preciso ser muito perspicaz para compreender que um homem que marcha a cavalo quarenta quilômetros, terá que chegar mais descansado que

outro depois de percorrê-los a pé. Chegará mais apto fisicamente, mais lúcido e com maior energia para a luta. Assim o têm demonstrado nossas manobras, a começar pela de Entre-Rios, em 1914, e nas demais até a de La Paz, em 1946.

Esta última, principalmente, pôs em evidência que, salvo os automóveis com tração especial, nada se movimentou mais segura e ininterruptamente que a cavalaria. Foi ela a arma de atividade inalterável, deslocando-se por seus próprios meios e nas piores condições climáticas, do Uruguai ao Paraná, e regressando ao ponto de partida depois de haver participado ativamente de todos os exercícios, muito embora não contasse com as reposições que teria em tempo da guerra.

Quanto ao valor combativo da cavalaria, não há dúvida que será igual ao da infantaria, desde que se lhe proporcione a potência de fogo há tanto recomendada e sempre que se dedique maior tempo à sua instrução de combate, ainda que em detrimento da limpeza da cavalaria. Sua mobilidade e sua maior integridade física farão o resto, compensando a relativa inferioridade de fogo que porventura haja subsistido. Assim o demonstraram os Russos em suas gloriosas experiências da última guerra.

Por isso, é interessante que se proclame a necessidade de maior instrução de combate, ainda que se "roube" parte do tempo destinado à limpeza. Não se deve pensar numa cavalaria em que os cavalos adoecem ou se enfraqueçam por falta de asseio; devemos antes dotá-la de animais rústicos e sóbrios, como fizeram os russos. Animais que, com 5 ou 10 minutos de limpeza antes e depois do trabalho sempre mantenham-se em boas condições. Cavalos que, na paz, permitam mais duas horas de instrução diária e que, na guerra, proporcionem ao soldado maior descanso aumentando-lhe a aptidão para o combate. Cavalos, finalmente, que nasçam, vivam e trabalhem sob o sol e as estrelas.

Se com os delicados mestiços da atualidade nossa cavalaria tem

demonstrado sua grande capacidade combativa, que não fará quando dispuser de resistentes cavalos "crioulos", que ignoram o que sejam capas e nada sabem dos sofrimentos causados pelas privações, pelo calor, pelo frio ou pelas chuvas?

Em sua mobilidade e no menor desgaste do pessoal, repetimos, residem as grandes vantagens da arma. Vantagens que até mesmo os mais descrentes terão que reconhecer, desde que examinem o assunto detida e desapassionadamente, como o fazem os cavalariários em relação ao fulgurante progresso da mecanização. E tanto é assim que, desde o princípio, considerou-se a mecanização como um meio de reforçar a cavalaria e multiplicar suas possibilidades, sem prejuízo, naturalmente, de sua grande função independente, dentro das características de cada país.

É sabido que se deve olhar mais para o futuro que para o passado que, a adotar os sistemas consagrados nas últimas guerras, é preferível pensar nos que melhores resultados produzirão nas operações do futuro, baseando-se, claro está, na experiência adquirida e na provável evolução bélica. Nessas circunstâncias, admitindo-se a possibilidade da guerra atômica ou da bacteriológica, da baseada nos projetis dirigidos ou em qualquer outro meio ultramoderno não será apenas a cavalaria que desaparecerá, mas todas as armas tradicionais, e, com elas as próprias forças blindadas e mecanizadas, prevalecendo unicamente a aviação se é que não se chegue também a dirigir os projetis e a defesa contra os mesmos por meio de observatórios distantes e invulneráveis. Por conseguinte, o futuro da guerra estaria, mais do que na mecanização terrestre, na aviação e mais ainda, no aperfeiçoamento dos mais científicos meios de destruição.

Mas, se para o bem da Humanidade, houvesse um acordo sobre o emprego dessas armas mortíferas, ou se os beligerantes chegassem a temer efetivas represálias, naturalmente que elas seriam postas

à margem, tal como ultimamente aconteceu com os gases.

Ante tais perspectivas, os Estados mais fortes se previnem para as duas possibilidades. Sem deixar de prosseguir em suas investigações científicas, para tomar eventualmente represálias e adotar as mais indicadas medidas de defesa, ou mesmo para assestar um golpe decisivo no momento culminante, como o que aplicaram os Estados Unidos contra o Japão cambaleante e debilitado, continuam com o aperfeiçoamento de suas antigas forças armadas, convencidos de que as mesmas serão chamadas a agir, se houver compreensão da cruel inconveniência de uma guerra terrorífica.

Os países menores, ou os que não tenham alcançado a devida maturidade, terão que conformar-se apenas com o melhor aproveitamento das experiências científicas alheias. Não poderão nem mesmo organizar a própria defesa, tomando como base um amplo desenvolvimento mecanizado tanto no ar como em terra, por que fomentar na mesma escala estes dois meios, conduziria à desvantajosa situação de ser fraco em ambos.

Então, tendo que decidir-se por um deles, não é difícil concluir que a escolhida será a aviação, por ser a que promete maior eficiência, seja qual for a guerra do futuro, pois tem os caminhos do ar, livres dos obstáculos que tanto entorpecem e canalizam o avanço terrestre.

A maior dificuldade, por outro lado, estará em saber determinar a devida proporção entre ela e a mecanização terrestre, sendo mister o mais acurado exame da potencialidade e características próprias em relação com as dos prováveis adversários.

No que se refere, entretanto, à proporção entre as forças mecanizadas do exército e as tradicionais armas do mesmo, não há dúvida que aquelas, e mais as motorizadas que as blindadas, ficarão em visível inferioridade em relação à infantaria, à cavalaria e à artilharia, dada que seja à aviação

essa proeminência que aconselham as prováveis características das guerras de amanhã, mesmo na hipótese de conflito entre pequenos países.

A compensação inicial dessa relativa escassez de mecanização terrestre, estará em procurar-se melhores guarnições de paz, nas proximidades dos prováveis teatros de operações, de maneira a que possam ser aproveitadas, com menos desgaste possível e sem os longos e difíceis transportes de concentração, as melhores oportunidades de ação nos primeiros momentos da guerra.

Finalmente, dentre as armas terrestres e sempre no caso de países agro-pecuários e de extensos territórios, não será conveniente, de modo algum, enfraquecer a cavalaria, que, de acordo com a sua moderna evolução, tornar-se-á ar-

ma de grande utilidade principalmente para operar onde a infantaria não possa chegar.

Com uma numerosa e potente cavalaria, impulsionada pela velocidade de suas colunas motorizadas de abastecimentos e fortalecidas com o reforço de suficientes armas blindadas, principalmente para operações a longa distâncias, seja antes, durante ou depois da batalha; com uma cavalaria cuja artilharia pesada, antiaérea e anti-tanque fosse motorizada, assim como seus sapadores, contar-se-ia com uma arma capaz de contrabalançar, de certo modo, a carência de um verdadeiro poder mecanizado, e de realizar a guerra flexível e móvel que mais convém aos teatros de operações extensos, tal como demonstrou a cavalaria soviética nas árduas e esgotantes campanhas da Europa Oriental.

INDEPENDÊNCIA

"Cremos axiomáticas as seguintes verdades: que todos os homens foram criados iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, de liberdade, e o de procurarem a própria felicidade; que, para assegurar esses direitos se constituíram entre os homens governos cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados; que sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-lo ou abolí-la, instituindo um novo governo cujos princípios básicos e organização de poderes obedeçam à norma que lhe parecer mais própria a promover a segurança e felicidade gerais."

(Trecho básico da Declaração da Independência dos Estados Unidos, em 4 de julho de 1776.)

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS, S. A.

SEDE — SÃO PAULO

Rua Álvares Penteado, 164-180

FILIAL — RIO DE JANEIRO

Rua 1º de Março, 45

64 AGÊNCIAS NOS ESTADOS DE S. PAULO, PARANÁ E RIO DE JANEIRO

PAGA E RECEBE, ININTERRUPTAMENTE, DE 9,30 AS 18 HORAS

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

III

A POLITICA DE CÍRCULOS DE DEFESA QUE SE AMPLIAM

INTRODUÇÃO

Sob a pressão da guerra no Pacífico, os Estados Unidos obtiveram do Equador, em 1942, concessão para o uso de bases em Salinas, no território metropolitano desse país e no arquipélago de Galápagos, situado a 864 milhas a Sudoeste do canal do Panamá e também pertencente àquela república andina. A concessão foi obtida por um simples "acôrdo entre cavalheiros" e foi logo seguida por um desembarque de tropas americanas em Galápagos. Seja porque a presença dessas tropas, no arquipélago, causasse incômodo aos equatorianos, ou seja pelo fracasso das negociações que o governo do Equador tentou levar a efeito com o dos Estados Unidos, numa tentativa para negociar um acôrdo escrito, regulando, em termos precisos, a questão, o fato é que houve grande celeuma no Congresso do Equador, na época, a respeito da cessão dessas bases. Chegou-se a exigir a presença do Ministro das Relações Exteriores no Congresso, em sessão secreta, a fim de dar explicações pessoais sobre o caso.

A imprensa de Quito secundou a ação dos congressistas e foi até ao ponto de bradar contra o "imperialismo Yankee". A solução do caso foi adiada e o representante equatoriano, em Washington, recebeu instruções do seu governo para não

ceder mais territórios equatorianos aos Estados Unidos. Parece que os americanos, em troca de um empréstimo de 15 milhões de dólares ao Equador, para melhoramentos sanitários e de estradas, pleitearam a cessão de bases aéreas em Galápagos, operadas em conjunto e permanentemente. Procuremos compreender a razão desses fatos.

É inútil declarar, antes de tudo, que a posterior devolução dessas bases, ao Equador, em nada modificou a posição dos Estados Unidos na questão. A devolução se efetivou em consequência da derrota do Japão, isto é, a maior potência do Pacífico ocidental capaz de constituir uma ameaça à segurança do canal. Para bem compreendê-lo, vejamos em primeiro lugar, o que são as ilhas Galápagos e qual a sua situação geográfica. Desde logo perceberemos a razão do interesse americano por esse arquipélago, ligado à defesa do canal do Panamá. Em seguida, penetremos um pouco mais no âmago da questão e observemos o que tem sido, através da História, a ação dos americanos na política de defesa de sua "artéria vital". Finalizaremos por tirar conclusões, baseadas nos fatos e na História, sobre as proporções que aquela política, eventualmente, poderá assumir, no futuro, em termos de guerra moderna, e quais as repercussões que poderá acarretar para nós, brasileiros.

O ARQUIPÉLAGO DE GALAPAGOS

O arquipélago de Galápagos, como expressão geográfica, pouca coisa vale. É um grupo de ilhas do Oceano Pacífico, de origem vulcânica, situado sob a linha equinocial, a cerca de 950 km a Oeste das costas do Equador, ao qual pertence desde 1832. Não tem mais do que 7.640 km² de superfície, em conjunto e 2.000 habitantes. É conhecido também por "Arquipélago das Tartarugas", por causa das tartarugas gigantes que ali vivem e que causam a admiração de todos os viajantes. Algumas, avalia-se, possuem mais de 200 anos de idade. As principais ilhas chamam-se Santa Cruz, San Salvador, San Cristobal, Fernandina, Santa Maria e outras, sendo a maior batizada com o nome de Isabela. Sua for-

mação geológica é recente e análoga à da cordilheira dos Andes. É erigido de crateras, alcançando algumas 1.200 metros de altitude. Seu clima, apesar da latitude quase zero, é temperado pela corrente polar do Sul, porém é extremamente seco e quase desértico nas partes baixas. Sua fauna se assemelha à da América Meridional e sua flora é limitada a plantas de bosques e alguns cactos.

A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DO ARQUIPÉLAGO

Se, como dissemos cima, o arquipélago de Galápagos quase nada representa, como expressão geográfica, possui, contudo, um grande valor estratégico em relação à defesa do canal do Panamá (Ver figura n. 1).



FIG. 1

Na imensidão do Oceano Pacífico são, dentre as ilhas fronteiras ao canal, as mais afastadas (864 milhas) e as primeiras que se encontram, num raio de 4.700 milhas, com o centro no canal, no caminho de uma potência asiática na direção da zona do Panamá. É pois de ver que tal grupo de ilhas, nas mãos de uma potência asiática hostil aos Estados Unidos e em termos de autonomia aérea moderna, representaria uma ameaça vital para o canal. Equipado como base aérea, serviria aos Estados Unidos para combater contra aviões providos das profundezas do Pacífico no limite de voo; nas mãos de uma potência asiática, serviria para hostilizar a zona do canal com poucas horas de voo. Nas mãos dos Americanos, constituiria ainda um posto de larga vigilância e patrulhamento, não só contra a marinha como, principalmente, contra a aviação asiática baseada em porta-aviões.

A POLÍTICA AMERICANA DE DEFESA DO CANAL

Os Estados Unidos sempre mantiveram uma política firme na defesa de sua "linha vital". Poder-se-á objetar hoje, com a criação de sua esquadra para dois oceanos, que a importância do canal diminuiu. Isso só poderá passar pela cabeça de uma criança, pois se, em qualquer época, o canal lhes permitir dobrar as suas forças, num dado oceano, nunca o deixarão de fazer e a sua importância se manterá sempre grande. Observemos, numa época em que não existia aviação, ou quando ela estava ainda na sua infância, o que já faziam os norte-americanos para proteger a sua "artéria vital".

Em 4 de novembro de 1903, o Panamá separou-se da Colômbia, em consequência de um movimento revolucionário e proclamou-se República. Dois dias depois, o governo de Washington reconhecia a nova república e, passados 12 dias, assinava com o Panamá um tratado que concedia aos Estados Unidos o direito de construir um canal. Theodoro Roosevelt, então na presidência da América do Norte, decla-

rou, nessa ocasião, que tinha "um mandato da civilização" para construir o canal e que a Colômbia não devia pôr-se no caminho dessa iniciativa. Os trabalhos de construção foram imediatamente encetados e, desde então, a proteção dessa obra ciclópica passou a constituir uma das pedras angulares da política externa dos Estados Unidos.

Já em 1904, Theodoro Roosevelt enunciava o seu célebre corolário intervencionista à Doutrina de Monróe. Significava intervir eles próprios, os Estados Unidos, sempre que fôsse necessário, para evitar a violação da Doutrina de Monróe. Esse corolário se ajustava perfeitamente à política de defesa do canal.

Abramos aqui um pequeno parêntese para explicar a elasticidade que os norte-americanos têm dado à Doutrina de Monróe. Passemos a palavra a um filho ilustre da própria terra de Tio Sam, o professor Thomas A. Bailey, detentor da cadeira de História da Diplomacia na Universidade de Stanford. Escreveu ele, em livro sobre a política externa dos Estados Unidos: "A Doutrina de Monróe foi uma doutrina de autodefesa de longo alcance. Foi uma exposição da política externa do Presidente Monróe. Outros presidentes poderiam ignorá-la e o fizeram. Outros poderiam estendê-la e o fizeram. Elasticidade é, de fato, a mais distinguível qualidade da Doutrina. Acrescentando vários corolários, temos podido fazê-la significar, praticamente, qualquer coisa que temos querido. Ela tem, conseqüentemente, crescido com nosso crescimento e mudado para se adaptar às condições mutáveis".

Mas vejamos a aplicação do corolário intervencionista.

Em 1904, a República Dominicana estava em má situação financeira. Corriam rumores de que potências européias, principalmente a Alemanha, viriam cobrar as suas dívidas à força. Se viessem, argumentaram os norte-americanos, poderiam ficar e, se ficassem, violariam a Doutrina de Monróe e poriam em risco a segurança do canal. Assim, raciocinaram, a coisa mais

prudente a fazer seria intervir, eles próprios, cobrar o dinheiro e conservar afastadas as nações européias.

Seguindo a ação ao raciocínio, desembarcaram naquela república, tomaram a seu cargo as receitas das alfândegas locais e satisfizeram os credores europeus.

Logo depois, desembarcaram fuzileiros na Nicarágua e no Haiti, com o fim de restaurar a ordem, proteger as vidas e as propriedades dos súditos americanos e salvaguardar os acessos para o canal.

Taft, mais tarde, inaugurou a chamada "Diplomacia do dólar", que tantas críticas levantou, dentro mesmo dos Estados Unidos. Consistia em bombear dinheiro para dentro das repúblicas latino-americanas, de forma a deslocar investimentos estrangeiros que, de outra sorte, poderiam comprar bases potenciais perto do canal, ou exercer perigoso controle sobre os governos das falidas "Banana Republics" (países da América Central e do canto Noroeste da América Meridional, grandes produtores de bananas). Era o dólar protegendo a linha vital do canal do Panamá. Essa política foi aplicada em relação à Nicarágua, país vizinho do Panamá e sob alegação de que "a nossa zona perigosa deve ser protegida por qualquer preço". Em 1915, já sob o governo de Wilson, explodiram desordens no Haiti. Era demasiado próximo do canal para que se as encarasse com indiferença.

Não intervindo nós próprios, alegaram os americanos, algum poder estrangeiro o poderá fazer. Assim, os "Marines" ali desembarcaram e ao preço de 2.000 vidas haitianas restabeleceram a ordem. O período de ocupação durou até 1934.

Em 1916, desordens similares levaram os fuzileiros de "Oncle Sam", novamente à República Dominicana, onde permaneceram durante 8 anos. Em 1917, os "Yankees" compraram da Dinamarca as pequenas ilhas Virgens, a Leste de Porto Rico, por 25 milhões de dólares, ou mais do que pagaram por toda a Luiziana (15 milhões). Motivo: receio de que a Alemanha as

pudesse obter e ameaçar a sua "linha vital".

Já não falemos de Cuba, a "pérola das Antilhas", que os americanos sempre olharam com cobiça e por eles tornada independente da Espanha, porém com a hipoteca da "emenda Platt", em sua Constituição e que permitia aos E.E.UU. intervirem, sempre que fôsse preciso, para restabelecer a ordem. Essa emenda foi retirada no governo do presidente Franklin D. Roosevelt, porém os americanos conservaram a base de Guantánamo, que guarda o estreito de Windward. Em consequência da guerra com a Espanha, obtiveram ainda Porto Rico, sentinela do estreito de Mona. Na última grande guerra, tirando partido das dificuldades da Inglaterra, obtiveram, em troca de 50 "destroyers" de idade ultrapassada, a concessão, por 99 anos, de bases em Bermudas, nas Pequenas Antilhas, em Trinidad e até em Georgetown, em plena América Meridional. Mais ainda. Estabeleceram-se em Ascensão, ilha pertencente à Inglaterra e situada a meio caminho entre a América do Sul e a África e na Libéria, na própria África.

Finalmente, no outro lado do canal, no Oceano Pacífico, desembarcaram no arquipélago de Galápagos, como vimos. Quem contemplar a figura n. 2 verificará que as bases de Guantánamo, Porto Rico, Pequenas Antilhas e Trinidad formam um círculo em torno do canal do Panamá. São as suas defesas externas, impedindo o acesso ao mesmo, através dos estreitos. Esse papel de defesa externa foi representado, no Pacífico, pelas ilhas Galápagos.

CONCLUSÃO

A consideração de todos os fatos históricos acima está provando, à sociedade, que a política de defesa do canal de Panamá, pelos norte-americanos, é uma política elástica, porém em marcha contínua. O círculo de bases, que transformou o mar das Caraíbas num lago americano, de um lado e o arquipélago de Galápagos, durante o último conflito, de outro, não constituem

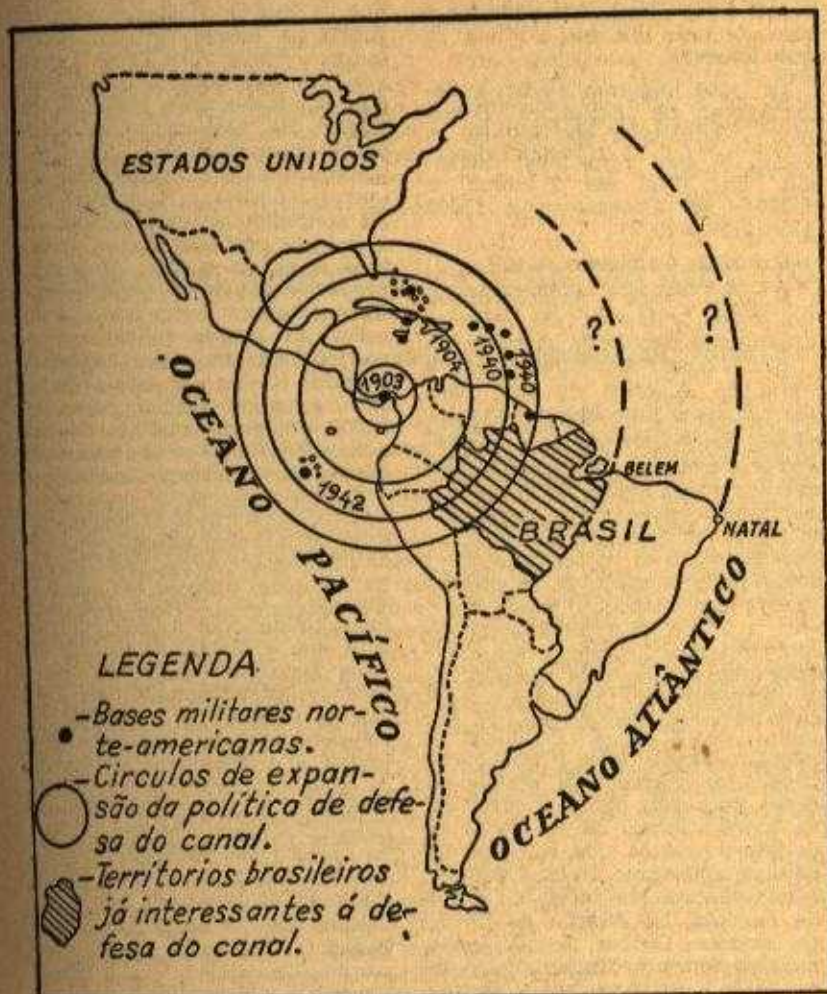


Fig. 2

mais do que um único e mesmo problema, o da defesa do canal, para cuja solução os americanos têm trabalhado infatigavelmente, através do tempo, desde a sua construção, iniciada em 1903 e abertura, realizada em 1914. Deve notar-se, somente, que o problema, na atualidade, ganhou novos dados, ampliou-se, formula-se em termos mais fortes, tornou-se mais agudo com a expansão da Aviação, porém, no fundo, per-

manece o mesmo e é aqui onde queremos chegar, na parte que interessa a nós, brasileiros. Dissemos que a política de defesa do canal é uma política em marcha contínua. Se, no tempo, em que apenas as forças navais constituíam motivo de preocupações para os "Yankees", já seguiam eles uma política tão objetiva em relação aos países vizinhos do canal, é o caso de se perguntar hoje, na era da Aviação ultramoderna,

o que farão eles? Até onde irá o raio de ação de sua política de autodefesa?

Em 1904 julgaram inadiável desembarcar na República Dominicana, situada a 800 milhas do canal, já uma respeitável distância. Em 1940, em Trinidad, a 1.200 e em Georgetown a 1.600 (Ver figura n. 2).

Em 1942, Galápagos, a 864.

E hoje, quando a Aviação tomou um surto fantástico, até onde se estenderá o círculo de proteção?

Basta lançar um olhar sobre a carta da América do Sul, para vermos como o problema nos interessa particularmente. O Brasil possui territórios situados a apenas 900 milhas do canal. Manaus, base potencial, está situada a 1.600 milhas dele e Belém, base já equipada, a 2.300, ou seja 1,5 e 2,3 horas de vôo, respectivamente, à base da velocidade dos modernos aviões a jato. Belém e Manaus, principalmente, para só falar nas bases mais próximas, estão, portanto, francamente, dentro da política de interesses americanos. Já não falemos de S. Luiz, Fortaleza e Natal, mais distantes e que constituem um corredor de ataque ao canal, para uma potência européia. Ousamos afirmar, na era do avião de jato-propulsão, que, sob o ponto de vista americano, Natal é o posto mais avançado da defesa do canal de Panamá, na direção de Leste. Os Estados Unidos já não estão mais na época do "imperialismo de expansão", dizia-se, antes do último conflito mundial. Enveredaram francamente pela trilha de um "imperialismo de conservação". Mas o fato é que Pearl Harbour pôs em perigo a segurança da grande República do hemisfério Norte. Hoje será preciso avançar além do Hawaí. Isso no Pacífico. No Atlântico, a queda da França pôs em evidência Dakar e Natal. O que será preciso fazer para conjurar o perigo dêsse lado, tanto hoje, como amanhã? Principalmente quando novas potências se preparam para tomar o caminho da Alemanha? Os fornecimentos

que os Estados Unidos fizeram ao Brasil na passada guerra, calculou-os o "New York Times", certa vez, em 375 milhões de dólares. São equipamentos e materiais de guerra de toda a sorte. Além disso, concederam-nos vários empréstimos para o equipamento de nossas indústrias. Nada disso nos foi concedido de mão beijada. É o próprio professor Bailey, já citado atrás, quem diz: "Interesse próprio é a base de qualquer política externa. É um princípio de ação. As Nações ordinariamente, não conferem favores substanciais a outras Nações por pura amizade. Elas esperam alguma coisa em troca. É sempre prudente, quando outras Nações procuram trazer-nos presentes, investigar o motivo".

Devemos portanto ter o nosso espírito alerta e saber discernir os verdadeiros fins que subordinam os atos das Nações que tratam conosco. Em relação aos Estados Unidos, vale a pena recordar aqui que a tão falada política de "Boa Vizinhança" só muito recentemente foi inaugurada pelo presidente Franklin D. Roosevelt, em consequência da amplitude que tomou o problema da defesa da América do Norte e do reconhecimento do fracasso de sua "self-sufficiency", o que a obrigou a apelar para todas as nações latino-americanas. Ficaram para trás a "Diplomacia do dólar", de Taft, a política de "Bengala grossa" de Theodoro Roosevelt, etc., mesmo porque, "em diplomacia, a rigidez é morte e a flexibilidade é vida".

Sejamos, pois, vigilantes. Este após-guerra poderá trazer-nos muitas surpresas. Os principais tratados de paz ainda nem foram assinados. O Brasil tem, nas suas bases estratégicas do Nordeste e na sua política externa de comunicações aéreas comerciais, interesses delicados, que deverão ser preservados com mão firme e patriótica.

Não cedamos uma polegada sequer de nosso território a quem quer que seja e a qualquer título. Não façamos concessões perma-

nentes. Não atemos as próprias mãos. Saibamos ir até onde exigem a cooperação internacional, a defesa do Continente e os interesses do Brasil, porém fiquemos hoje, em relação aos países d'quem e de além-mar, dentro do espírito da máxima de Washington, enunciada

nos tempos em que os Estados Unidos eram fracos:

"Conservar-se afastado das complicações européias e não fazer senão temporárias ligações para extraordinárias emergências"

(Continua)

GRÊMIO BENEFICENTE DE OFICIAIS DO EXÉRCITO

(Alguns dados do último relatório de seu presidente)

Na qualidade de presidente do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede em Porto Alegre, o Coronel Luiz Carlos de Moraes apresentou, em 31 de dezembro de 1949, a todos os associados daquela benemérita instituição o relatório das atividades sociais no decurso do ano passado. Trata-se de um documento longo, em que são apreciados todos os atos de interesse da sociedade, discriminados em capítulos distintos, abrangendo: movimento econômico e de sócios, falecimentos, pagamento de pecúlios, pensionistas, processos de habilitação a pensões e considerações gerais, além de uma notícia sobre os trabalhos da Tesouraria, Secretaria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Conforme é salientado no relatório de seu presidente, o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, antigo Grêmio de Oficiais Reformados, alcançou, no ano de 1949, o seu maior saldo até então, na importância de Cr\$ 1.321.899,30, o qual permitiu elevar o patrimônio social para 1950 à apreciável cifra de Cr\$ 4.398.414,70. E isso a despeito dos pecúlios pagos no ano passado, no total de Cr\$ 1.740.000,00, sendo 28 à razão de 60 mil cruzeiros, 3 a 40 mil e mais 3 no valor de 20 mil cruzeiros. Desde sua fundação até a data do relatório último, o Grêmio já pagou, em pecúlios, a quantia de Cr\$ 4.652.000,00.

O quadro social existente em 31 de dezembro de 1949 era de 4.890 associados, dos quais 4.673 da categoria A (mensalidade de Cr\$ 50,00); 211 da classe B (mensalidade de Cr\$ 20,00) e 6 ainda sem pecúlio.

As duas categorias de sócios, indicadas acima, correspondem a pecúlios de dois valores, sendo o dos sócios da categoria A na importância de Cr\$ 62.500,00 e o da categoria B de Cr\$ 25.000,00.

De acordo com as condições constantes dos respectivos Estatutos, podem ser sócios do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército:

a) Oficiais das Forças Armadas da ativa, da reserva de 1ª classe (R-1) e da reserva de 2ª classe (R-2), reformados e funcionários civis assemelhados;

b) Subtenentes e sargentos das Forças Armadas, — ativa, reserva, reformados e funcionários civis dos Ministérios Militares, assemelhados;

c) Espôsas e filhos (filhas) maiores de 18 anos, dos militares previstos nas letras a) e b).

Quanto às condições para aceitação de sócios são as seguintes:

1º) ser proposto por outro sócio, ou por solicitação do próprio interessado;

2ª) documentos exigidos :

a) Prova de idade — Aos oficiais da ativa, que têm sua data de nascimento no Almanaque Militar é dispensada essa prova ; aos sub-tenentes e sargentos da ativa, se sua idade constar no Anuário dos Sub-tenentes e Sargentos, devem os mesmos solicitar aos respectivos comandantes que atestem dia, mês e ano do nascimento no verso da proposta, ou em documento à parte. Os demais candidatos deverão remeter ao Grêmio prova de idade (certidão de nascimento, casamento ou caderneta de identidade), cujos documentos serão devolvidos imediatamente após registro.

b) Aos oficiais da reserva de 2ª classe, reformados, espôsas e filhos (filhas) de sócios e assemelhados aos militares, serão exigidos os seguintes documentos :

1 — prova de que gozam dessa situação ;

2 — prova de idade ;

3 — exame de boa saúde, passado : em Pôrto Alegre, pelo médico indicado pelo Grêmio, e, fora daquela capital, por médico do Exército, de preferência sócio do Grêmio, com firma reconhecida.

Além de sólidos depósitos nos principais bancos da capital sul-rio-grandense, o atual patrimônio do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército é constituído de 2.438 apólices diversas, estaduais e de várias municipalidades gaúchas, e de dois imóveis, um dos quais constituindo sua sede própria, o Edifício Tuiuti, à rua Caldas Junior, n. 377, em Pôrto Alegre.

A atual diretoria do Grêmio está assim constituída :

Presidente — Coronel Luiz Carlos de Moraes ;

1º Secretário — Tenente-Coronel Alfredo Gonçalves Vieira Filho ;

2º Secretário — Tenente-Coronel Antônio Fernandes Lima ;

1º Tesoureiro — 1º Tenente Vicente Giralt Filho ;

2º Tesoureiro — Tenente Catarino Pires de Araujo ;

Preparador de processos de habilitação — Capitão Otávio Medeiros e Albuquerque ;

Pagador dos pensionistas — Tenente Mário Silveira ;

Conselho Fiscal :

General Luiz Gaudie Ley ;

Coronel Odorico Orestes Tôrres ;

Tenente-Coronel Wanderley Francisco Gonçalves.

Apresentamos, assim, aos leitores de "A Defesa Nacional" os dados mais importantes do último relatório dessa diretoria do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército e que bem evidenciam o alto índice de seu desenvolvimento e os inestimáveis serviços que vem prestando aos militares seus associados, nos longos anos de sua existência, graças aos esforços continuados e ao zelo e honestidade de seus dirigentes, tornando-se uma entidade realmente benemérita às classes armadas do País.

Atualmente e por uma gentileza para com a diretoria do Grêmio, tem este como seu correspondente na Capital Federal o Tenente-Coronel Olyntho de França de Almeida e Sá, servindo no Departamento Geral de Administração do Exército, onde prestará os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos interessados ou candidatos a sócios aqui residentes, bem como nas guarnições vizinhas.

A PÁTRIA E O OFICIAL (*)

Ten.-Cel. ALUIZIO DE M. MENDES

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.
(Olavo Bilac).

I — GENERALIDADE

O nome que nos faz lembrar os verdes campos de nossa terra natal, o campanário da aldeia distante e pequenino, o perfume agreste de nossos grotões profundos e solitários, a solene magestade do Amazonas, a suntuosidade de Paulo Afonso e das Sete Quedas; o Parnaíba "as barbas brancas alongando e ao longe o mugido dos bois de nossa terra", o silêncio e a suavidade de nossas imensas florestas; o borborinho áacre e ativíssimo das nossas grandes cidades, cercadas de conforto e de civilização; o linguajar brejeiro de nosso povo e dos nossos sertanejos; enfim, o "nosso céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados: a comunhão da lei, da língua e da liberdade" — este nome caro e bendito — é um nome de sorte, é um talismã! Brasil! Pátria querida! Eis um nome que nos eletriza e nos enche de entusiasmo e de fé.

Lembra-nos árvores alinhadas cheias de frutas em fileiras múltiplas, que se sucedem nos cafeais infinitos e nos laranjais em flores, tributo do solo onicolor em hinos de triunfo à majestosa natureza. Exibição de frutos da colheita, que prodigaliza o domínio da terra, da

nossa terra exuberante e fértil, desta terra dadivosa de tal maneira graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo... Verdes prados salpicados de animais robustos: exposição ante o mundo da multiplicação das espécies devidas à seleção feita pelo homem. Lagos de rutilante beleza, refletindo montanhas e grandes edifícios em sua superfície tranqüila. Imensas e fecundas planícies das mais variegadas culturas, repletas de magníficos rebanhos, que pascem na suave tranqüilidade da paz. Vales e montanhas serpeados de estradas, que sobem aos píncaros ou que baixam das cumieiras. Palácios e grandes edifícios, verdadeiros poemas de arquitetura, reveladores da Vitória do espírito em lutas de cálculos e de resistências. No meio de tudo isto o Homem de todas as cores, de todas as religiões e de todas as latitudes da terra, que se cruzam e se entendem num labor perene, cheio de promessa e de esperança. Em toda variedade ou multiplicidade, mas, por toda parte, ventura e felicidade. Enxameiam-se escolas como se fossem colméias. Varões com arados ou com enxadas e machados sobre os ombros. Ombros roliços, musculosos, atestando vigor, desafiando vendavais e perseguindo ta-

(*) Instrução ministrada aos Oficiais, Subtenentes e Sargentos do III/1º R.O. em 14 de maio de 1949 em virtude de determinação contida nas Diretrizes de Instrução de 1º D.I.

Nota — A fim de evitar constantes citações encontrará o leitor no fim uma notícia bibliográfica com o nome e obra dos autores consultados.

As citações em línguas estrangeiras que se vêm no texto foram traduzidas durante a conferência.

refas. Fábricas e motores em sua dinâmica sinfonia da grande produção. Por toda parte máquinas que resfolegam, em terra, no ar e no mar. E por cima de tudo a plenitude mental: Música e poesia, filosofia e ciência. Liberdade de pensamento: homens sem tortura nem inquietações em busca da verdade e de brilhantes orientações. Liberdade de associação: grêmios, clubes e partidos políticos. Liberdade de palavra na tribuna e no púlpito, na imprensa e no rádio, no lar e nas câmaras, nas praças e nas ruas; cada qual enfim destruindo o dom divino, de dizer o que lhe apraz e incitar que se faça o que se deve, dentro dos justos limites da ordem e da lei. Liberdade de consciência e de culto para que cada um adore seu deus a seu modo. Em suma, meus Senhores, tudo o que se necessita para uma paz robusta, uma paz de luta e de trabalho fecundo, mas, uma paz sem sangue e sem desarmonia. Eis a nossa Pátria.

Olhai atentamente para o mapa que aí está e contemplai a grandeza da Pátria que nos coube por dote. Maior do que a Europa, representada pela Grã-Bretanha, Irlanda, Islândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Suíça, Dantzig, Áustria, Hungria, Polónia, Tcheco-eslováquia, França, Bélgica, Holanda, Portugal, Espanha, Itália, Iugoslávia, Grécia, Bulgária, Roménia, Ucrânia, Turquia, Letónia, Estónia e Lituânia. Somos o terceiro país do mundo em extensão territorial e afigurai-vos a imensa responsabilidade que tão vasto legado nos acarreta. Dentro desta vastidão sem fim agitam-se quarenta e seis milhões de brasileiros, que lutam e trabalham, pensam e produzem.

Mas, em suma, que é pátria? — É um sentimento onipresente que se não define; berço sorridente e imperecível da existência humana, como embalou a rósea e frágil vida da infância, encanta sempre e nobilita a robustez da idade madura e nos recebe, finalmente, misericórdiosa no final dramático, quando a lei circular nos impuser a volta ao

mundo invisível da eternidade. É uma imagem indelével que se reflete necessariamente no coração e na consciência do homem. A pátria é indefinível, porém, podemos senti-la, compreendê-la, concebê-la e amá-la... Quem há de definir o desespero, a ira, o asco mudo e as confissões de amor que morrem na garganta? Quem há de...? E a amizade, a bondade e Deus enfim? Direis que são imagens abstratas, que escapam à ação direta de nossos sentidos. Mas, a electricidade e o calor, como defini-los? Assim também é a pátria. Amal com fé e orgulho a terra onde nasceste e basta, porque:

"Patriotismo é amor, civismo é respeito. Um prende o homem à Pátria pelo coração, outro pelo dever. O primeiro é a religião da qual o segundo é o rito".

(Coelho Neto, in Breviário Cívico).

Amai e dignificai vossa terra porque a grandeza de uma nação se revela na glória fulgente das suas tradições que, no decurso dos anos e das gerações, imprimiram caracteres indelévels nos sólidos monumentos, levantados no solo da Pátria, pela inteligência, pela virtude e pela atividade dos seus filhos. De fato, uma nação é como um grande rio, que vem não se sabe donde e engrossando, daqui e dali, com os pequeninos córregos que correm de todos os meandros da terra, vai avolumando o grande caudal que, ali toma o nome de Amazonas e, acolá, o de São Francisco. Mirai a correnteza que desliza diante de vossos olhos e vereis milhões e milhões de moléculas de águas que passam serenas e laboriosas sem atropelo, sem desunião, amaldiçoação ou perseguição. Todas uniformes, todas semelhantes e todas economicamente ativas. E assim vão todas passando, passando... e o rio permanece sempre o mesmo no álveo leito que a Natureza lhe traçou. E a pequenina molécula, que vêdes agora, rolou de cascalho em cascalho; vinda de longe, desfila perante vossos olhos em sua faina obscura e silenciosa para ir,

finalmente, num último e desesperado arranco, lutar com o mar imenso e vencê-lo para se projetar no infinito oceano do nada. A semelhança dos rios deslizam os povos no soberano leito da pátria e os que vêm depois gozam do labor realizado pelos que se foram. Eis por que as tradições recontam a predestinação da Pátria: o nosso Brasil teve seu berço embalado pelas nobres e valorosas mãos da gente lusitana, sob as refulgências desta Cruz de estrêlas, que recamam o azulino límpido de seus páramos; na melodia dos cânticos das canções guerreiras.

"Mas cá onde mais se alarga, ali
[tereis
Parte também co pao vermelho
[nota;
De Sancta-Cruz o nome lhe
[poreis;
Descobri-la há a primeira vossa
[frota."

(Camões — in *Lusiadas*
Canto X, 140).

Assim, na região mais larga da América do Sul tiveram parte também os portugueses; terra que será conhecida com o nome do pau vermelho que produz, e a qual denominaram de Santa-Cruz. Por onde se vê que o próprio vate lusitano profetizava o nome futuro desta terra encantada, que há de deslumbrar o mundo inteiro.

"Que le mot de Brésil ait pour origine le nom d'un bois de teinture ou qu'il soit l'écho d'une vieille légende, nous rangerons cette contrée parmi les îles fantastiques, ou plutôt parmi ces terres voyageuses dont le souvenir s'est perpétué par la tradition, et qui n'ont conquis qu'à une époque relativement moderne la certitude de leur existence."
(Gafarel — in *Histoire de la Découverte de l'Amérique*).

E vindo da imensidade atlântica ou mesmo do longínquo Oriente,

Brasil cognominava o pau vermelho, que tanta cobiça provocava nos arrojados nautas. Porém os nativos chamavam-no de *ibirapitanga* (*ibirá* — pau; *pitanga* — vermelho). Eis o nome e eis a formosa Terra da Ibirapitanga (1) cuja beleza de seus monumentos e das suas catedrais, da cultura e valor de seus filhos, testificam a imensa energia de seus avoengos, conservada com ávida e pura fibra pelos coevos e sucessores.

Mas, haverá, por desventuras, quem não a sinta, nem a ame ou não a compreenda? Alguns — bem poucos, é verdade — não a amam; poucos não a sentem e muitos não a compreendem embora a sintam e amem-na com fervor. Em geral são os que estão possuídos, no todo ou em parte, dos sentimentos de desunião, de inimizade, de retaliação, de amaldiçoação e de perseguição. Estes nunca poderão amar e sentir a Pátria nem compreender o seu verdadeiro conteúdo.

A questão é óbvia. Primeiramente, falta-lhes a curiosidade para problema de tamanha relevância; depois, questão de concepção, como veremos mais adiante. Sim, porque:

"O sentimento que divide, inimiza, retalia, detrai, amaldiçoa, persegue, não será jamais o da pátria. A pátria é a família amplificada. E a família, devidamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. E' uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegação, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Multiplicai a célula, e tereis o organismo. Multiplicai a família e tereis a pátria."

(Ruy Barbosa — in *Elogios e Orações*).

Que magnífica concepção! Indubitavelmente a pátria é tudo isto, e mais alguma coisa, que transborda os horizontes da família am-

(1) A propósito vide a bela obra de autoria de meu eminente amigo e colega Cel. A.L. Pereira Ferraz — *Terra da Ibirapitanga*, ed. 1939).

plificada, da harmonia instintiva de vontades, do entrelaçamento das almas e da multiplicação da família. Seu conteúdo é mais rico e mais complexo e por isso mesmo necessita dum estudo minucioso e completo.

Meditai comigo no que dizem os entendidos.

Com efeito, a pátria se nos apresenta, assim, objetiva quanto subjetivamente, como um todo, um verdadeiro organismo, dotado de corpo e alma que se fundem num ser imenso — pátrios lares — caracterização por uma nitida e definida personalidade. Porém, se de um lado, há quem a conceba vivida e palpitante, real e idealmente, na existência cotidiana dos sentimentos e paixões; de outro, há quem negue, renegue e amaldiçoe a mãe-gigante, a mãe-imensa, este pequeno recanto da Mãe-Terra, proclamando de mitômanos os que a afirmam e a sentem. Láí, meus Senhores, as duas atitudes antipodas, que se poderia encarar perante esse nobre sentimento, pondo em presença dois mundos opostos e antagonicos: um, cheio de luz e de beleza; outro, repleto de trevas e de misérias! A claridade de um há de necessariamente vencer o obscurantismo do outro, porque o primeiro, reconhecendo a existência da pátria, afirma a perenidade da família, a propriedade legitimamente adquirida, as liberdades essenciais do homem e seu direitos sagrados, o Estado e Deus; os segundos, negando a pátria, proclamam a falência total de todas essas grandiosas conquistas da humanidade e instituem um regime escravocrata, baseado no puro materialismo e no egoísmo. Uns, são os patriotas; os outros, os patriófobos, isto é, os preceitos da humanidade.

Assim, no que tange ao magno problema da pátria, o mundo moderno divide-se em concepcionistas e negativistas ou anti-concepcionistas.

Os militares, maximé, nós — os Oficiais — somos por princípio, e princípio de honra, sacramentado num compromisso solene, visceral-

mente patriotas, isto é, visceralmente concepcionistas.

Mas, então, como compreender a situação dos militares pertencentes aos povos negativistas? Nós — os patriotas — possuímos sentimentos que unem, santificam, bendizem e protegem como parte que somos de uma família imensa, cujos elementos essenciais são — no dizer de Ruy — a honra, a disciplina, a fidelidade, o sacrifício e vivemos como se fôssemos uma grande solidariedade, dentro duma sociedade, onde há uma desestudada permuta de abnegação. Somos homens livres e livremente unidos, formando uma imensa família, santificada pela consciência de um berço comum. Somos, em última análise, elementos dum poder público legitimamente constituído pelo livre consentimento de homens absolutamente independentes e donde emana toda a nossa soberania. Estamos reunidos pela firme determinação de vivermos juntos e de juntos prosseguirmos uma tarefa coletivo. Eis o valor da nobreza do amor da pátria; eis porque ninguém se esquece de sua própria pátria; eis porque permanece a preferida e a amada à vista das pátrias estranhas; eis porque também seu amor vitaliza e engrandece os surtos das ações humanas. Seja que tremule hasteada no bastião das fortalezas, ou no mastaréu dos navios; seja que se desfralde à testa dos exércitos nas pelejas e nas vitórias, a Bandeira do Brasil fala a história da Pátria; canta a epopéia de suas façanhas: proclama a honra inviolável de nossa nação. Os outros, não. Elementos desarraigados, que têm verdadeira aversão ao berço comum, vivem onde lhe são satisfeitas as duras necessidades do estômago. Estes apregoam princípios dissolventes contra as leis intangíveis da natureza da família, com a negação da autoridade paterna; — estes se tornam arautos da heresia e do ateísmo, rompendo os laços divinos, que prendem o homem a Deus, denegando as verdades, que dirigem a harmonia dos atos humanos, apagando a luz da

esperança confortadora nas lutas da vida; — estes atentam contra a estabilidade jurídica e legal da forma constitutiva de governo, aceita e acatada pela nação, para introduzir um regime estrangeiro, detestado pela civilização do universo cristão, causador de esmorecimento das bases vitais da sociedade: estes meus Senhores, são os máximos traidores da Pátria, porque aniquilam o patrimônio das tradições; vendem a liberdade dos seus concidadãos; conspurcam a pureza das famílias; escravizam todas as atividades da inteligência e do coração. Estes nunca poderão ser verdadeiros militares e homens de bem. Suas forças armadas não constituem exércitos nacionais, como os nossos que são chamados pelos respectivos gentílicos. Quem quer que seja, rubro de alma e de corpo, pode servir (e a palavra "servir" empregada aqui apenas por eufemismo) no exército vermelho, onde encontrará sempre uma arma pronta para abater seus irmãos e destruir sua própria família. O exército vermelho não é o exército de uma pátria determinada; é uma força armada de aventureiros apátridas, cujo único objetivo é de favorecer a revolução universal, que tende a aniquilar os regimes livres dos povos independentes, para neles instituir uma ditadura de proletários de carácter ecuménico. Eis a diferença.

II — CONCEPCIONISTAS

Destarte, para quem examinar todos os aspectos d'este assunto de relevante atualidade, três modalidades bem diversas podem surgir no espírito dos que queiram conceber o conteúdo do nobre conceito de pátria:

- 1° — A concepção realista;
- 2° — A concepção idealista;
- 3° — A concepção real-idealista de pátria.

Decorre cada uma delas da maneira por que se encara a natureza de certos e determinados fatores e a organização social vigente. Ora, esta organização social é o resul-

tado da experiência adquirida durante milênios e não pode ser discutida com base apenas na pura dialética. Os patriófilos discutem-na, asseverando que o grande problema do nosso tempo não é o da organização da produção e, sim, o da distribuição, como se uma coisa não estivesse intimamente ligada à outra; e dizem que a causa da miséria, que eles nunca puderam resolver, é a da multiplicação rápida de novas forças produtoras, que a sociedade ainda não conseguiu útilmente aplicar ou dominar. Por isso e outras sem razões mais, negam o regime social atual, a propriedade, a família, o Estado e Deus.

A sociedade civil, tal como a concebemos, pode, com efeito, apresentar três aspectos bem distintos:

- "primeiramente, sob a forma de uma unidade política, jurídica e administrativa;
- em seguida, sob o aspecto mais amplo de um conjunto de condições materiais e espirituais, que determinam sua existência, na continuidade de suas tradições e de suas aspirações, as quais fazem da sociedade uma personalidade coletiva viva e durável;
- finalmente, assim encarada, pode a sociedade se tornar objeto de apêgo, de amor e de devoção por parte dos indivíduos."

Sob o primeiro aspecto a sociedade chama-se — o Estado —; sob o segundo denomina-se — a Nação —; e, sob o terceiro cognomina-se — a Pátria. Eis porque Paul Janet disse que a pátria "é o nome sentimental do Estado". Mas, na verdade, esta noção é uma realidade muito complexa e mais cheia de sentido do que a que nos induz essas breves definições. Para penetrar sua compreensão e verdadeira extensão insta examinar detidamente todos os fatores que a podem determinar.

Vejamos, pois, em que consiste cada uma das modalidades de concepção d'esse alto conceito.

1° — A Conceção Realista

Com a intenção, sem dúvida, de melhor esclarecer a realidade do fato nacional, certos pensadores se esforçaram por mostrar, no genuíno conceito de pátria, uma espécie de necessidade natural, e foram assim conduzidos a insistir, sobretudo, nos fatores objetivos da nacionalidade. Vejamos em rápidos traços, cada um destes fatores.

A) O Solo Nacional.

Dentre tais fatores há um que surge logo ao espírito do menos arguto dos pesquisadores. A nação não é, pois, em princípio "o país"? O território, o solo nacional, não é como que o próprio corpo da pátria? As fronteiras como que os limites da sua personalidade? Quem, porventura, confundirá a silhueta do Brasil com a de qualquer outro país?

Com efeito, não é de hoje que se tem mostrado a considerável influência do meio geográfico e do clima sobre as sociedades humanas. E' notável a influência da terra sobre o homem. Gravei bem este conceito: "Tal ninho, tal pássaro". De fato, sem base geográfica o povo — o ator histórico — consoante disse Cuvillier, não teria palco onde representar o grande drama da existência coletiva.

Qualquer que seja a importância que se atribua ao fator geográfico, seria contudo exagerá-lo demasiadamente, ver nele o elemento essencial, o elemento constitutivo das nacionalidades. Sabemos que, nas suas origens, a unidade social é de ordem puramente espiritual, conforme trataremos de provar mais adiante, e foi mui tardiamente que os agrupamentos humanos se fixaram no solo. Aliás, "em nenhum momento da história, a natureza se impôs assim, tão imperiosamente, como em geral se imagina". A vizinhança do mar, por exemplo, jamais criou, necessariamente, povos marítimos: os romanos outrora, os portugueses na Idade Média, os ingleses hoje em dia não foram senão mui tardiamente povos navegadores e colonizadores... Igualmente, a

vizinhança do deserto não foi também quem fez nômades os povos limítrofes. Ao contrário, foi sempre o homem quem renovou a face da terra e a transformou segundo seus desejos.

O solo não é, pois, tudo para que possamos definir a pátria pelo seu sentido; mas, será muito se for transformado conforme os nossos desejos, regado com o nosso suor e organizado segundo os ditames de nossa inteligência.

B) A Raça.

Outro dos fatores que nos vem logo à mente, é a raça. Se a nação não se pode explicar unicamente pelo solo — o meio geográfico — não repousaria ela, talvez, quem sabe, na unidade da raça?

E' sedutora a idéia da permanência da raça e forma a essência das concepções históricas de vários pensadores franceses, dentre os quais se destacam Gobineau e Lapouge, que exaltaram a pureza da raça em oposição à impureza crescente dos povos modernos.

Gobineau — francês — é o pai do racismo alemão. Escreveu seus famosos livros, quando Ministro de França junto do Governo Imperial do Brasil e pregou as teorias, que os teóricos do pangermanismo se apressaram em utilizar, concluindo — não se sabe por que e enfaticamente — acerca da superioridade dos germanos, sob o pretexto de que nêles sobreviveria a pureza do tipo ariano primitivo e, em nome desta suposta unidade racial, pretenderam justificar, primeiramente, a superioridade da nação alemã; depois, o domínio do mundo e as carnificinas que desencadearam durante a primeira metade deste nosso século.

Este fator é ainda mais frágil do que o precedente, máxime quando encarado isoladamente como o fizeram os nazistas, facistas e niponistas. Com efeito, a noção de raça é muito pouco clara e definida. Entretanto, cumpre não confundir-la com o hibridismo disparatado dos cruzamentos de tipos étnicos opostos, tão do sabor de nossos patrios, cujo horror inspirou Go-

bineau a escrever suas famosas teorias.

No sentido restrito — *strito sensus* — único legítimo, a raça é uma noção puramente biológica, que se define expressamente pelos caracteres físicos distintivos: talhe do corpo, forma do crânio e da face, cor dos olhos e dos cabelos, etc. Os especialistas na matéria, únicos competentes, estão todos de acordo em reconhecer que desde muito tempo não mais existe raça pura no mundo em que vivemos:

"Il y quinze ou vingt mille ans, alors que les derniers représentants d'une très ancienne humanité achevaient de s'éteindre à ce bout occidental du monde qu'est l'Europe, ce groupe hétéroclite de types humains que l'on confond sous le nom d'*Homo Sapiens* était déjà presque aussi différencié qu'aujourd'hui... le problème de l'origine des races devait donc, être aussi embrouillé qu'aujourd'hui."

(Breuil — *in* Les origines humaines et l'évolution de l'intelligence).

Se a amálgama das raças data de época assim tão recuada, é claro que sua confusão atual seja de ordem a não se poder fazer, sequer, a menor idéia. Destarte, raça e nação constituem noções diferentes cujo mistifório é impossível. Não há, pois, razão para que inda hoje autores dos mais eminentes, quando tratam dos grupamentos humanos, sirvam-se da palavra raça a torto e a direito num sentido absolutamente falso. E' preciso compreendarmos-nos de que a raça, representando a continuidade dum tipo físico, traduzindo as afinidades de sangue, representa um grupo essencialmente natural, não podendo ter, e não tendo geralmente, nada de comum com o povo, a nacionalidade, a língua, os costumes... E é assim que não há uma raça brasileira, mas, a nação, a pátria brasileira; uma raça francesa, mas, a nação francesa; uma raça ariana, porém, línguas arianas; uma raça latina, mas sim, uma civilização latina, consoante disse Boule.

Em definitivo e de conformidade com a abalizada opinião dos entendidos, não mais existe a fatalidade de raça como não existe a fatalidade do solo e do clima.

C) A Língua.

A comunidade de língua não será então um fator muito mais importante? Fichte, o famoso autor dos *Discursos à nação alemã*, via com efeito, na língua-mãe, o sinal mais certo da raça e agora sabemos que os pangermanistas sempre reivindicaram como alemães todos os países onde se falam dialetos germânicos. Idêntica é a opinião de um nosso patricio:

"Têm as coisas seus sons próprios, têm os animais as suas vozes, só o homem possui a palavra. Esta única contém alma e, pelo conjunto das sílabas, é um corpo, ainda que efêmero, vivendo no ar o tempo apenas bastante para enunciar a idéia: deflagra e morre.

Sendo a palavra comum ao Homem, varia de um a outro povo e, como o tipo físico denuncia a raça, a palavra acusa a nacionalidade.

Assim o idioma é a expressão oral de um país, a sua característica mais flagrante."

(Coelho Neto — *obr. cit.*).

Notamos aí dois cochilos: um no tocante à raça e o outro no concernente à língua. Não há dúvida de que a comunidade de língua é um elemento imprtante da unidade nacional. Porém, cabe notar: 1º — E' evidente que tal condição não é suficiente nem necessária. Os Estados-Unidos da América do Norte e a Inglaterra, os Estados Unidos do Brasil e Portugal, a América espanhola e a Espanha falam a mesma língua e não formam uma única nação. O Chile, a Argentina, o Peru e o México falam a mesma língua e, no entanto, formam nações diversas. Ao contrário, a Suíça e a Bélgica, ambas tão bem constituídas, porque foram feitas pelo consentimento de

suas diferentes partes, contam três ou quatro idiomas diversos.

2º — Mais ainda, a própria língua não é um fenômeno puramente nacional. Entra, sem dúvida, em todo idioma elementos de ordem fonético, que dependem de fatores fisiológicos. Mas, uma língua é também, e sobretudo, um fenômeno social, um resultado da vida coletiva. Quando vemos um inglês falar o português, ou quando aprendemos as línguas estrangeiras, temos logo a demonstração de tudo isso.

De fato :

"Cada língua é o produto duma evolução histórica, onde intervêm influências múltiplas e diversas. Mas que todas as outras instituições sociais, não comporta a língua, por conseguinte, uma explicação senão com a ajuda da história".

(Meillet — Do Método nas Ciências).

Por isso, longe de ser a língua o princípio da vida nacional, decorre dela e não se explica senão por ela.

D) Elementos políticos e econômicos.

Não resta dúvida que foi a conquistista romana que, unificando a Gália politicamente, deu-lhe o primeiro sentimento de sua unidade moral. Não foi, igualmente, a conquistista lusitana quem nos deu a primeira noção de nosso espírito nacional? Nestes dois exemplos intervêm apenas os interesses políticos. De fato, num deles, a organização das Capitânias Gerais e o Governo Geral do Brasil plasmaram no espírito dos nativos o sentimento de sua grandiosa unidade. Os interesses econômicos, por fim, criam laços muito fortes: A derrama e a devassa geraram a Inconfidência Mineira, fazendo germinar a idéia da Independência; o *zollverein* — a união aduaneira alemã — foi que precedeu e como que preparou a unidade política da Alemanha atual.

Cumpra não esquecer que :

"Dans la naissance des sociétés, ce sont les chefs des républiques qui font l'institution, et c'est ensuite l'institution que forme les chefs des républiques."

(Montesquieu — Considération sur les causes de la Grandeur des Romains et de leur décadence).

E por esta razão ninguém poderá negar a importância destes fatores no desenvolvimento da vida nacional. Contudo, é preciso que os Chefes façam muito bem feita a instituição para que esta de futuro possa fazer os futuros Chefes. Mas, serão estes fatores o seu princípio? Não resta a menor sombra de dúvida de que são as instituições a expressão da vida coletiva mas nunca o seu princípio constituinte. A comunidade de instituições e de governo pode mesmo existir, baseada exclusivamente em interesses políticos e econômicos, sem que haja propriamente uma pátria, uma verdadeira nação: porque nem todo Estado é uma pátria, como são testemunhas a Áustria-Hungria de antes da 1ª guerra mundial e a atual U.R.S.S.; a primeira com cinco nacionalidades diferentes e a segunda com quinze. Quanto à comunidade de interesses econômicos pode dizer-se que não é somente por si mesmo que ela age, mas, pelo sentimento que se tem dela. Se faltar este sentimento, estes interesses, longe de unir, opõem uns aos outros os diferentes membros da nacionalidade. Já o Brasil, formado por vinte Estados autônomos, forma verdadeira nacionalidade, porque ao lado dos interesses políticos e econômicos, existem — como veremos mais adiante — poderosos laços de coesão que permitem vivermos juntos numa indissolúvel união. A agitação política longe de enfraquecer estes laços os fortalece. Por isto não vos inquiteis com essas perturbações porque, como regra geral, todas as vezes que virdes todo mundo tranqüilo dentro duma república, podeis ficar certos de que nela não reina a liberdade. O que se chama de união num corpo político é coisa

muito equívoca; a real e verdadeira é a união de harmonia, que faz com que todas as partes, por mais opostas que pareçam, concorram para o bem geral da sociedade, como as dissonâncias na música contribuem todas para o acôrdo total. Daí a conveniência dos partidos políticos e de sua atuação, desde que não percam de vista o bem geral e não queiram subverter as instituições.

Há, entretanto, uma doutrina, fundada na ditadura do proletariado, como ela própria se intitula, que pretende unir os povos do mundo inteiro, única e exclusivamente, pelos interesses econômicos, os quais, como fatores de ordem puramente material, só podem conduzir à força ou por intermédio dos interesses de ordem inferior. A desigualdade econômica longe de ir aumentando sem cessar, trazendo consigo o recrudescimento dos conflitos entre classes diversas, como apregoam os adeptos de tais doutrinas, vai — ao contrário — paulatinamente nivelando todos os indivíduos na livre concorrência das competências e capacidades. Aqui é que reside o perigo dos regimes como o nosso. Diante dos aventureiros, que ostentam a aparência de mérito, invés do próprio mérito, as competências vão sendo postas de lado pela intriga ou pela corrupção. Nunca deis o vosso apoio aos aventureiros de qualquer espécie ou sob qualquer fantasia com que se apresentem, porque eles são, de certo modo, outros tantos traidores à Pátria.

Passamos assim em revista cada um dos fatores da concepção realista. Encarados em conjunto não podem constituir o fundamento do conceito de pátria e, muito menos, isoladamente porque são frágeis e inconsistentes muitos desses elementos. As pátrias que fossem apenas fundadas em tais conceitos poderiam subsistir muito tempo em sua mediocridade, porém, sua grandeza seria de pouca duração. Felizmente nossa Pátria já conquistou, mesmo no dizer de Gafarel no trecho citado, numa época relativamente recente, a certeza de sua

existência por forma mais nobre e elevada.

2° — A Concepção Idealista.

Em oposição a estas teorias outros pensadores viram na pátria um fato moral, resultante duma comunidade de recordações e de uma vontade comum imperecível e que domina tudo e a todos. O conjunto dessa doutrina forma a concepção idealista.

Este ponto de vista foi, sobretudo, desenvolvido por Renan e Ruy.

Após ter criticado as teorias que fazem do território, da raça, da língua, dos interesses políticos e econômicos o princípio a unidade nacional, Renan proclama:

"Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs; l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis... Dans le passé un héritage de gloire et de regrets à partager, dans l'avenir un même programme à réaliser; avoir souffert, joui, espéré ensemble, voilà ce qui vaut mieux que les douanes communes et les frontières conformes aux idées stratégiques; voilà ce que l'on comprend malgré les adversités de race et de langue. Je disais tout à l'heure: "avoir souffert ensemble," oui, la souffrance en commun unit plus que la joie. En fait de souvenirs nationaux, les deuils valent mieux que les triomphes; car ils commandent l'effort en commun. Une nation est donc une grande solidarité, constituée par le sentiment des sacrifices qu'on a faits et de ceux qu'on est disposé à faire encore."

Depois de ter mostrado que os sentimentos espúrios nunca serão os da pátria, disse Ruy que ela só pode ser a família amplificada,

uma harmonia instintiva de vontades e acrescentou:

"Multiplicai a família, e tendes a pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Diligis proximum tuum sicut te ipsum*.

Dilatai a fraternidade cristã, e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade.

Objetar-me-eis com a guerra? Eu vos respondo com o arbitramento. O porvir é assaz vasto, para comportar esta grande esperança. Ainda entre as nações independentes, soberanas, o dever dos deveres está em respeitar nas outras os direitos da nossa. Aplicai-o agora, dentro das raías desta: é o mesmo resultado: benqueiram-nos uns aos outros, como nos queremos a nós mesmos. Se o casal do nosso vizinho cresce, enrica e pompeia, não nos amofine a ventura, de que não campatilhamos. Bendigamos, antes, na rapidez de sua medrança, no lustre de sua opulência, o avultar da riqueza nacional, que se não pode compor da miséria de todos. Por mais que os sucessos nos elevem, nos comícios, no foro, no parlamento, na administração, aprendamos a considerar no poder um instrumento de defesa comum, e agradecer nas oposições as válvulas essenciais de segurança da ordem, a sentir no conflito dos antagonismos descobertos, a melhor garantia da nossa moralidade.

Não chamemos jamais de *inimigos da pátria* aos nossos contendores. Não verberemos jamais de *traidores à pátria*, aos nossos adversários mais irredutíveis. A pátria não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seu seio o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita,

nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o tûmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade."

Pela concepção idealista a pátria é uma alma, um princípio espiritual, uma grande solidariedade, vinda do passado e projetando-se no futuro com uma tarefa a executar ou um mesmo programa a realizar. É a tradição, a consciência, a vontade de continuar valer a herança que se recebeu una e indivisível como um legado de glórias e de sofrimentos. Por isso seus fatores principais são:

A) A Tradição Nacional.

A tradição para muitos é o passado nacional. Os tradicionalistas exageram ainda mais esta concepção, fazendo consistir o patriotismo unicamente na conservação dos valores espirituais legados pelo passado.

Há nisto, indubitavelmente, uma noção muito restrita da tradição: esta deve ser qualquer coisa de complexo e de vivo, que se amplia, se dilata e se expande. Ninguém tem o direito de detê-la num momento dado da história nacional. Ela não pode estratificar e evoluir naturalmente com a própria sociedade. Quem se despojando atentamente das paixões, apreciar o gigantesco patrimônio que recebemos do passado e não tiver confiança nos nossos destinos, é indigno do legado que recebeu. "A formação do Brasil vale pelo mais luminoso testemunho das virtudes de nosso povo, que se levanta neste rincão do planeta, em benefício da comunhão universal. Somos apenas o resultado de quatro séculos de energia perseverante que, através de lutas e sofrimentos, vencendo os óbices da natureza agreste e os entraves da ambição humana, vigiando, no litoral e nas fronteiras, as agressões estranhas, perseverando no interior a obra das gerações passadas, conseguiu conquistar um dos mais vastos impérios do mundo".

Nossa tradição invés de se cristalizar, é viva e ativa. Examinai um pouco a nossa história e vereis que desde o século XVII, depois das batalhas dos Guararapes, ganhas mercê da tenacidade, da coragem e do heroísmo dos brasileiros, o sentimento nacional veio crescendo em aludes sucessivas, desenvolvendo-se com firmeza e se expandindo através do tempo. A conquista do território, feita pelos arrojadados exploradores do Tietê, do Amazonas, da serra do Mar, do planalto Central; o ímpeto dos bandeirantes, que atravessaram o continente, foram empreendimentos da gente nascida neste torrão bendito. Este ímpeto culminou com a Independência, o Império, a batalha de Tuiuti, batalha do Riachuelo, Lomas Valentinas, o Passo da Pátria e Monte Castelo... Uma tradição constitucionalista exemplar, que data de mais de um século, constitui um padrão de honra para nossa terra, constantemente democrática.

B) A Vontade Comum e o Princípio das Nacionalidades.

Não há porque considerar o patriotismo unicamente voltado para o passado invés de estar orientado para o futuro. Não temos absolutamente nenhum dever de proceder como o fizeram os nossos avoengos. "Eles nos legaram tantas faltas a reparar quantos exemplos a seguir". Sonhar com o que vem, com o tempo vindouro, com o porvir, em suma, é tão patriótico quanto dedicar supersticiosa fidelidade ao culto do que já se foi.

Assim compreendida, a teoria idealista toma inteiramente outro aspecto. Faz passar ao primeiro plano a vontade comum de o povo viver junto e no futuro realizar um mesmo programa de grandeza e de glórias, a fim de prosseguir uma obra comum e útil a todos fazendo, destarte, repousar a nacionalidade no consentimento, isto é, na livre aceitação de obrigações comuns. O princípio das nacionalidades, proclamado desde o Congresso de Virgínia, em 1776, quer dizer, o direito de os povos disporem de seus próprios destinos, será — em

definitivo — o fundamento estrito e estreme de uma nação.

"Une grande agrégation d'homme, saine d'esprit et chaude de coeur, crée une conscience morale qui s'appelle une nation. Tant que cette conscience morale prouve sa force par les sacrifices qu'exige l'abdication de l'individu au profit d'une communauté, elle est légitime, elle a le droit d'exister".

(Renan — Conférence).

Assim completada a tese idealista parece-nos muito mais próxima da verdade que a teoria precedente, por fazer consistir, essencialmente, a noção de pátria num conjunto de fatores espirituais, em uma *alma comum*; e esta idéia está muito mais de acôrdo — conforme assevera Cuvillier — com os dados mais positivos da Sociologia do que os dados concretos e materiais. Insta, todavia, para que ela seja completa:

1º — Explicar preliminarmente com pode nascer e se desenvolver esta "alma comum" e, para tanto, é de mister considerar a nação, não abstratamente, porém, em sua plena evolução sociológica concreta.

2º — Mesmo assim completada faltaria à concepção idealista uma base sólida — o palco — onde se desenrolariam todos os acontecimentos sociais da vida nacional. A luta da pátria judia pela Palestina é a demonstração mais cabal desta necessidade.

3º — A Concepção Real-idealista.

Até agora viemos falando pela boca dos filósofos e dos mais notáveis escritores, tendo seguido fielmente o pensamento de muitos. Permitti, neste instante, que vos falemos a nossa linguagem — a linguagem dos soldados — mesmo que tenhamos, às vèzes, de nos valer dèste ou daquele filósofo ou escritor.

Misturai um pouco de tudo o que vos dissemos e tereis a concepção real-idealista de pátria. Nós, sol-

dados, só podemos conceber a pátria real e idealmente. Reconhecemos nela uma realidade e afirmamos o seu valor, um valor acima de todos os outros.

O apêgo ao solo da pátria, a defesa do nosso idioma, o culto das virtudes do povo, as nossas instituições, a tradição nacional, o direito de vivermos juntos e de juntos prosseguirmos uma obra comum, devem pairar muito acima dos interesses individuais, dos mesquinhos interesses de grupos ou de partidos e dos apetites gananciosos das grandes comunidades internacionais.

A nossa Pátria, meus Senhores, deve estar acima de tudo, mesmo acima do Direito e da Justiça se a isto formos levados na defesa e proteção de sua sagrada sobrevivência. Nossa concepção deve, pois, envolver ao mesmo tempo, num todo uno e indivisível, o solo nacional — o nosso território — com os seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados; o nosso povo — os nossos quarenta e seis milhões de habitantes e outros muitos milhões que já se foram e que hão de vir — cruzamento de três raças bem distintas, vindas dos pontos mais afastados do mundo; a nossa língua que, como disse o poeta:

“Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A-bruta mina entre cascalhos vela.

Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrôlo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo;
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!”;

as nossas instituições políticas e económicas — a nossa Constituição e o nosso modo de viver e de trabalhar — em suma — o nosso Direito, mas, também o direito de fazer valê-lo porque, como muito bem disse Stirner, temos o direito de fazer tudo o que temos o poder de fazer: *O tigre que se lança sobre mim tem razão; e eu, que o abato, o tenho também. Quem tem a Força tem o Direito; se não tiverdes uma, não tereis necessariamente o outro*; finalmente, a nossa tradição nacional, a vontade de vivermos juntos e o direito de dispormos de nossos próprios destinos. E assim consiste a realidade da pátria e o seu idealismo.

No entanto, há povos que querem restabelecer o direito natural como norma de relações universais. Aos valores inatos e incritos nos fastos

do direito natural, devemos entre-tanto opor os valores adquiridos e constituídos ao longo dêsse imenso progresso histórico que se chama a civilização. Valores adquiridos que são precisamente tanto mais caros e sagrados, quando sabemos que são obra secular de nossa espécie e testemunhas de seu formidável progresso. Como retroagir diante do direito da personalidade humana e da nacionalidade, perante a inviolabilidade de nossa justiça apesar do cortejo de suas imperfeições atuais, o respeito à promessa; são outras tantas conquistas penosas da humanidade sobre si mesma que, juntamente com o nosso território, devemos defender contra os que erigem o direito natural como base de vida dos povos.

A pátria é o maior de todos os valores e para que um povo tenha

o direito de se constituir em nação, é de mister que tenha sempre manifestado de maneira contínua e viva a vontade verdadeiramente coletiva de vida comum; que tenha sabido criar os órgãos indispensáveis à sua existência de nação; possua certa cultura e certa capacidade de se governar e de se administrar, sobretudo, de se administrar com probidade e eficiência.

Ora, sendo a nação um valor absoluto, não se pode admitir senão uma regra de direito, que presida às relações mútuas entre as diversas nações. Nas suas desavenças não se pode conceber entre elas senão relações de força. Tudo mais é onirismo ou quimera... Por isso, para nós militares, conceptionistas real-idealistas da pátria e seus defensores natos, o conceito de guerra está intimamente ligado ao da própria pátria.

Na verdade, o primeiro argumento da guerra é de ordem puramente biológico: O darwinismo mostra-nos, com efeito, que a guerra é a lei fundamental da natureza. Ademais, verificamos diãriamente que o "amor de luta", o instinto combativo são, na natureza do homem, como na de todos os outros animais, o principal móvel de vida. O segundo argumento da guerra é de ordem puramente moral. Disse de Moltke que: "As mais nobres virtudes do homem, a coragem, a abnegação, o espírito de sacrifício se desenvolvem no combate. Sem a guerra o mundo degeneraria e se precipitaria no materialismo". Enfim a guerra é a nossa mística, porque:

"Cette loi si terrible de la guerre n'est qu'un chapitre de la loi générale qui pèse sur l'univers... La terre entière continuellement imbibée de sang, n'est qu'un autel immense où tout ce qui vit doit être immolé sans fin, sans mesure, sans relâche, jusqu'à la concommation des choses... La guerre est donc divine en elle-même puisque c'est une loi du monde".

(Joseph de Maistre).

E para os que pensam no arbitramento disse o General norte-americano Hommer Lea:

"As unidades nacionais são regidas pelas mesmas leis que governam toda a vida: a lei da luta e a lei da sobrevivência dos mais fortes... A arbitragem internacional ignora a natureza inexorável das leis naturais".

Sim, o porvir humano é assaz vasto — vastíssimo mesmo — para conter tão grande esperança...

Não há dúvida de que, quando o tráfico pacífico não é bastante nem suficiente, a guerra se converte — como disse Emerico Amari — em terrível veículo das idéias e o progresso marcha com os exércitos. Deste modo, nos impenetráveis designios da Providência, o gênio do mal também, às vezes, serve para o bem da Humanidade. Eis por que Heráclito, na mais remota antiguidade, teve a coragem de afirmar que a guerra é o Deus e a origem de tudo no universo.

Vivemos, meus Senhores, num mundo em que há, por exemplo, um Grande Almirante, como Doenitz que, arengando às tripulações dos submarinos alemães, durante a última guerra, dizia:

"Matai! Matai! Matai! este é o vosso dever para com a pátria. Não tenhais humanitarismo. O humanitarismo significa debilidade".

Sim, vivemos num mundo onde René Quinton proclama:

/ "A natureza quer o reino dos fortes... A natureza gosta da luta e da morte... A guerra é o estado natural dos machos... A alegria de matar é profunda".

E neste monumento que é o Declínio do Ocidente, o grande Oswald Spengler sentenciou enfaticamente: "Só há uma realidade neste mundo e esta é a força". E esta deve ser também a nossa crença se desejamos realmente a sobrevivência integral de nossa Pátria no seu todo uno e indivisível.

Em face de nossos deveres para com o Brasil e dos compromissos que, voluntariamente, assumimos, nossa obrigação não é de provocar a guerra ou de fazer a sua propaganda, mas de nos preparar e de organizar a nação para a guerra e lutar... lutar contra tudo e contra todos, interna e externamente, para combater os que atentem contra a soberania, a integridade e as instituições de nossa estremecida Pátria. Não permitais que se venalizem as nossas instituições ou se corrompam os nossos costumes. Deixai berrar os falsos democratas, porque o vosso dever é de constante vigilância e de intransigente defesa das leis e da soberania da nação. Perante a Pátria

a atitude do Oficial não é a de um sacerdote; é a de um guerreiro bem armado e disposto a lutar. E por isso é que, se algum dia, os brasileiros mal inspirados elegeassem à suprema curul presidencial um patriófilo, nosso dever inconcuso é de morrer lutando para barrar-lhe o passo e impedir-lhe a posse, tal como teve a coragem de afirmar o nosso digno e ilustre Ministro da Guerra. Por isso também é que, se algum dia, nossa Pátria for atacada nossa obrigação é de morrer, agarrados ao solo pátrio, para impedir que ele seja violado. Lembrai-vos dos oitenta mil mortos da guerra do Paraguai e dos bravos de Pistóla.

(Continua)

SUCURSAL DE SÃO PAULO

Avisamos aos nossos camaradas, clientes e assinantes, que o Tenente-Coronel Manuel Stoll Nogueira, deixou de ser representante de "A Defesa Nacional" no sul do Brasil, ficando assim temporariamente extinta a nossa Sucursal que funcionava à Rua 7 de Abril, 112 — 4º andar — Conjunto 401 — São Paulo.

INDUSTRIAIS IMPORTADORES E EXPORTADORES ATACADO E VAREJO

Louças — Cristais — Vidros — Metais — Ferragens — Aparelhos para jantar, chá e café — Baterias de alumínio — Sortimento completo para Hotéis, Colégios, Botequins e famílias.

Fornecedores do Exército, Aeronáutica, Marinha e todas as repartições do Governo.

Rodrigues d'Almeida Comércio e Indústria S. A.
RUA CAMERINO, 97 α 107

FILIAIS — Rua Tupinambás, 643 — Sobreloja — Belo Horizonte — Minas Gerais
Rua do Seminário, 41 — 3º Andar — São Paulo

Telegramas: **RODACO**

Códigos: "Ribeiro e Mascote"

TELEFONES: 43-4542 — 43-6037 — 23-1238

RIO DE JANEIRO

O CIVIL E O MILITAR

Maj. NAPOLEÃO NOBRE,
Instrutor de Tática Geral da E.E.M.

O preconceito de que há entre o civil e o militar uma oposição profunda, tem merecido, através dos séculos, a atenção de estadistas e pensadores. Maquiavel combatia essa apregoadá opinião e afirmava que, se fôsse considerado o sistema de governo dos antigos, se verificaria que não havia modos de ser mais ligados e conformes do que os do civil e do militar.

A observação de Maquiavel era feita num período histórico em que as instituições políticas e os valores humanos, em crise, sofriam o re-exame que marcava o início da Renascença. O retorno aos antigos critérios de julgamento, que a religiosidade medieval manteve reprimidos, se caracterizou, no campo politico-militar, pela convicção de que a razão poderia estabelecer leis que permitissem a discussão, em bases científicas, dos problemas da guerra e de suas relações com o estado. Segundo um estudo crítico recente de Felix Gilbert, foi a crença na supremacia da razão a causa da admiração de Maquiavel pelas instituições militares dos romanos; a invencibilidade dos exércitos de Roma e a sua expansão vitoriosa pelo mundo conhecido de então eram a prova de que os romanos possuíam a melhor organização que a razão podia prover.

Na realidade, o exemplo histórico dos romanos mostra a influência que a solidez das instituições políticas e sociais exerce sobre o vigor e a eficiência das forças armadas de uma nação. A legião romana veio a se tornar o magnífico instrumento de guerra, que derrotou os cartagineses e manteve os bár-

baros à distância, quando a organização social e política de Roma permitiu a existência do cidadão livre. Os legionários eram submetidos a uma disciplina férrea e a um adestramento penoso e difícil, necessário às táticas da época. Porém, a sua eficiência não resultava apenas disso. A influência do fator moral na capacidade combativa do soldado sempre foi enorme; e o moral do legionário repousava na sua posição de cidadão livre da mais poderosa cidade do mundo. Quando as legiões do império deixaram de ser constituídas inteiramente por homens que pudessem dizer, como título de honra, "Sou um cidadão de Roma", então a sua decadência se tornou evidente e se foram transformando nas falanges de mercenários e desertores que não mais puderam resistir aos bárbaros.

De modo semelhante à decadência das instituições romanas, o período final da Idade Média se caracterizou, no campo militar, por um mercenarismo desenfreado. A Itália, pela riqueza comercial de suas cidades, se havia transformado na Meca dos soldados da fortuna; ali, a profissão militar passou a ser uma atividade própria e inteiramente separada de qualquer outra atividade civil. Não era por outro motivo que Maquiavel lamentava que a corrupção da disciplina militar houvesse gerado o ódio aos militares e a aversão dos civis por qualquer contacto com eles.

As transformações por que passa a organização política e social de uma nação tem repercussões profundas sobre a estrutura dos seus exércitos; à medida que muda a

cultura de um povo, modifica-se de igual passo a natureza do seu soldado. A transformação do exército feudal em um exército profissional e a do estado medieval no estado absolutista dos tempos modernos foi um processo lento que atingiu o apogeu no século dezoito. O desenvolvimento desse processo não se acentuou, como se poderia esperar, por uma tendência para relações mais estreitas entre civis e militares. As recomendações de Maquiavel, que dera ao estudo da guerra uma característica de ciência social, não foram aceitas como verdades finais; o propósito dominante de submeter os problemas da guerra e da política a uma solução científica trouxe como consequência a autonomia das atividades militares. Enquanto os generais davam à guerra o aspecto de jogo de xadrez, que se podia decidir tão bem sobre o papel quanto no campo de batalha, as forças militares, embora influenciadas pelas luzes do século, constituíam uma classe à parte, com o seu método, a sua moral e as suas condições sociais próprias.

Contudo, as inovações que então se introduziram nas instituições militares vieram de certo modo preparar o terreno para modificações radicais posteriores. Luís XIV alargou o âmbito das atividades militares no aspecto social, ao dar maior dignidade pública aos chefes do seu exército e ao transformar as suas forças armadas em servidasoras do estado. Ainda assim, era grande a distância entre os militares e os outros grupos sociais do estado. O exército se compunha de oficiais aristocratas e ambiciosos e de soldados sem expressão social, que combatiam como meio de ganhar a vida. O recrutamento se fazia nas camadas mais baixas da população; e como os exércitos eram dispendiosos, dava-se preferência aos elementos economicamente menos úteis. Em muitos países, tais como Rússia, Áustria e Prússia, empregavam-se, em grande número, servos e estrangeiros; Frederico o Grande herdou um exército respeitável, no qual se contava não pequeno número de homens de alta

estatura, recrutados por seu pai, a péso de ouro, em diversos lugares da Europa. De forças armadas, cuja massa era constituída por indivíduos de tão baixo nível social, sem possibilidades de acesso na escala hierárquica e nas quais o temor da deserção era a principal preocupação dos chefes, não se podia esperar um elevado moral nem uma comunhão de sentimentos com o restante da população. Os civis procuravam, por seu turno, manter os soldados à distância.

A grande transformação se fez com a Revolução Francesa, com o advento dos estados nacionais, que substituíram os estados dinásticos, e dos exércitos de cidadãos, que vieram tomar o lugar dos exércitos profissionais. O famoso decreto da Convenção, convocando o levantamento em massa da população, tem ainda hoje a eloquência de uma atualidade. Em seu artigo primeiro, dizia que, desde aquele momento (23 de agosto de 1793), até que todos os inimigos fossem expulsos do território da República, todos os franceses estavam permanentemente requisitados para o serviço das armas.

As consequências históricas dessa transformação não se fizeram sentir imediatamente. De fato, no período que se seguiu às guerras napoleônicas, o mercantilismo passou a ser a preocupação principal dos governos. Admitia-se com os liberais de então que o resultado natural do comércio seria a paz entre as nações. Argumentos não faltavam a favor da idéia de que exércitos cada vez menores seriam suficientes para a defesa nacional. Porém, esses ideais românticos se desfizeram com o aumento da riqueza e com a preponderância da indústria como base do poderio entre as nações. E o exército democrático, surgido da nação em armas, passou a ser o fundamento das instituições militares. O próprio movimento socialista, que se iniciou na segunda metade do século passado, se fundava, sob o ponto de vista político-militar, nessa doutrina.

Quando a forma democrática de governo e a nova filosofia da vida se tornaram os frutos maduros da Revolução Francesa, os problemas ligados à relação de dependência entre as funções militares e industriais puseram em evidência a crescente participação dos elementos civis da sociedade na preparação e na conduta da guerra. Longe de afastar o velho preconceito, a evidência daquele fato levou o civil a se introduzir na esfera de ação tradicional da profissão do soldado, abrindo-se um vasto campo para controvérsias e atritos. A guerra de 1914-18 está cheia de exemplos do que foram as continuas dificuldades e divergências entre os dirigentes políticos e os altos chefes militares aliados. A propósito, dizia Clemenceau que a guerra era uma coisa muito séria para que se a deixasse dirigir pelos militares. Na Inglaterra não eram as divergências entre Lloyd George e o Marechal Robertson menores do que as que haviam entre Clemenceau e Foch.

Mas, essas divergências entre dirigentes civis e comandantes militares existiram em maior ou menor grau sempre que o chefe político não esteve à frente dos exércitos. Tal problema não existiu com os príncipes e barões feudais, nem com os reis guerreiros; na Revolução Francesa, só desapareceram essas divergências quando Bonaparte enfeixou nas suas mãos o poder civil e o militar.

Na era presente, quando a guerra se tornou complexa e total, dominando todas as vidas e interessando a todas as atividades, a necessidade de compreensão e cooperação entre civis e militares ultrapassa os limites da alta direção do país e atinge todas as camadas da sociedade. O ideal romano volta a ser, neste ponto, objeto de cogitação das atuais gerações e o problema das relações entre civis e militares passa a preocupar estadistas e pensadores de hoje, talvez mais do que no passado.

No nosso país, nunca houve propriamente uma oposição entre civis e militares. Como muito bem ex-

plicava Calógeras, só havia incompreensão entre eles, nos tempos coloniais, quando se tratava da ação repressiva, fiscalizadora e policial da força armada metropolitana, à qual não era simpática a mentalidade popular; quando, porém, o recurso à colaboração voluntária se fazia necessário para repelir o invasor, não faltava a adesão livre do elemento civil.

A corrente liberal que se espalhou na Europa, na época da nossa independência, refletiu-se aqui na abdicação de Pedro I. O excesso de liberalismo contaminou a disciplina militar e ameaçou a estabilidade da Regência. Porém, naqueles dias difíceis da nossa história, não houve luta entre civis e militares. Parte das forças armadas se deixou levar pela paixão política, mas a ela faltava, como acentuou Octavio Tarquínio de Sousa, motivos profundos que justificassem um golpe de força. Por outro lado, a oficialidade do "batalhão sagrado" e os grandes homens da época, que lutavam pela continuidade das instituições vigentes, eram estimulados por representações como aquela de "vários cidadãos militares e paisanos, que se ofereciam para sustentarem à custa do seu sangue o Governo e a Assembléia Geral."

Até o fim do Império, as características essenciais dessas relações permaneceram inalteradas: o prestígio do exército existia onde houvesse sintonia com os sentimentos de liberdade interna ou necessidade de defesa externa. O mercenarismo, que, entre nós foi comedido, não constituiu fator de corrupção das instituições militares, pois, as tropas pagas sempre recaiu o encargo colonial de repressão, polícia e luta contra o contrabando. Embora essa tropa não gozasse da simpatia popular, nunca com ela se confundiram os elementos puramente nacionais que, como os terços da Colônia, constituíram a força local e praticamente voluntária que perdurou.

Como ainda explicava Calógeras, quando a decadência do Império se tornou manifesta e as lutas pelo poder obscureceram a visão na-

cional dos homens públicos, as forças armadas foram sendo segregadas, datando daí o divórcio entre elas e a vida política da nação. Essa segregação prejudicou-lhes o preparo profissional, como consequência de rumos intelectuais mais altos e gerais, pelos quais passou a ser orientada a formação dos quadros de oficiais. Atraídos para esse ambiente de luta partidária, os militares "começaram a se desviar da sua missão, considerando-se árbitros morais da vida nacional".

Para Calógeras, a solução republicana do problema se resumia na reintegração das forças armadas na nação. Infelizmente, a reação na aquele sentido, que se fez no começo deste Século, não foi compreendida nem apoiada por muitos dos governos que se sucederam.

O que no nosso país ainda hoje prevalece entre civis e militares é mais um desconhecimento mútuo e uma falta de contacto mais estreito, do que, propriamente uma incompreensão. E se esta existe, só pode ser explicada pela diferença que há entre a ação legal, organizada e oficial da força militar e a ação liberal, não organizada e um tanto rebelde da vontade popular. Certas maneiras de ser do militar, tais como o espírito de solidariedade de classe, a disciplina e o trabalho organizado, parecem não raro ao civil como uma imposição oficial, uma ameaça à sua liberdade individual ou uma tirania moral, que o impedem de ver mais claramente as coisas.

O fenômeno da organização militar em face da inorganização civil no nosso país, acentuado por Gilberto Freyre na sua brilhante e corajosa conferência proferida na Escola de Estado-Maior, em 1948, não constitui o único ensinamento a ser tirado pelos civis.

Ultimamente estão sendo ventilados em alguns países, principalmente nos Estados Unidos, certos

aspectos do problema relativo ao esforço comum de civis e militares. As correntes de pensamento ali dominantes são propensas a admitir que a guerra, até que a humanidade se modifique de modo radical não é, infelizmente, um fenômeno anormal na vida das nações. E dentro dessa premissa, não é possível sobreviver a um fenômeno presentemente tão complexo e total, e nem mesmo realizar as condições necessárias a uma paz duradoura, sem se conhecer exatamente o que é a guerra. O militar, por dever de ofício, aprofunda-se mais ou menos no seu conhecimento. Se o civil hoje também participa da guerra, porque não conhecê-la de modo mais ou menos desenvolvido? E' neste último sentido que vem tomando corpo um movimento de cunho educacional nos Estados Unidos: o de tornar o estudo da guerra, em particular o da história militar, uma disciplina normal nos cursos universitários. Esperam os americanos que, com isso, entre civis e militares desapareçam desajustamentos decorrentes de uma formação cultural diversa e que os problemas da paz e da defesa nacional não sejam descurados em consequência da ignorância dos homens públicos a respeito da guerra.

E' possível que a aplicação de fórmula tão simples não traga a solução para problema tão complexo. O fato é que hoje, como diz Edward Mead Earle, as questões militares são tão entrelaçadas com os fenômenos econômicos, políticos, sociais e tecnológicos, que é duvidoso se possa falar até de uma estratégia puramente militar.

Bem ponderadas as coisas, tais como se apresentam nos dias que correm, uma conclusão se impõe: a compreensão e a cooperação espontânea e inteligente entre civis e militares não constituem apenas um ideal a atingir, mas uma necessidade vital para a nação.

"A economia política é, desde algum tempo, um grande laboratório onde se fazem, e muito desordenadamente, múltiplas experiências". (H. Trucky em *A Moeda e a Fixação dos Preços* de L. Baudin).

POLÍTICA MONETÁRIA E CUSTO DA VIDA...

Cel. J.B. MAGALHÃES

(da 1ª classe da Reserva do Ex.)

"Recorda os acontecimentos do passado, as transformações dos impérios e poderás ver por antecipação os acontecimentos futuros".

(Marco Aurélio — Pensamentos).

Haverá ainda quem estranhe preocupar-se um militar com assuntos de política econômica. E isto sobretudo numa época em que a complexidade da vida reclama acurada especialização das atividades humanas.

Todavia, parecerá lógico a quem refletir que as especializações para serem realmente úteis, precisam ser integradas persistentemente no conjunto dos interesses da vida. É uma necessidade, principalmente para quem cogitar da guerra e de sua preparação. As funções dos diversos órgãos, mais ou menos complexos, do mecanismo militar, só têm valia se exercidas como contribuição para a conquista de um objetivo geral visado. Mais ainda. A guerra moderna impõe que se veja na força militar simples especialização da própria força nacional em caso de ação pelas armas. Sem isto, não terá expressão realmente válida e se poderá mesmo tornar até prejudicial, por constituir mera ilusão de poderio.

Desde que é assim, preciso se faz, que o militar não desconheça as condições de vida do conjunto nacional a que pertence. Condições dependentes essencialmente, e por eles sempre dominadas, dos fatos econômicos, e, conseqüentemente, dos problemas relativos à moeda, que é o fato econômico mais geral.

Na realidade a moeda, equivale dizer-se, a política monetária, reflete o estado de saúde ou de mo-

léstia da economia, melhor, da vida nacional.

Ninguém pode, portanto, a menos que se desintereresse das coisas públicas, desconhecer os fatos da política monetária, a fim de exercer criteriosamente seus deveres cívicos, inda que restritos a dar um voto em eleições para escolha dos dirigentes do Estado. E triste figura faria, certamente, um militar que assim procedesse!...

Isto pôsto, ocupemo-nos de um dos aspectos mais interessantes do estudo da moeda que é a correlação entre ela e o custo da vida...

*
* *

Parece óbvio que o volume dos negócios cresce com o aumento da população e com a elevação do seu padrão de vida. Esse crescimento não se processa, porém, de modo uniforme, bem medido e como regulado por um esquema. Esse volume de negócios amarrado naturalmente à importância e à natureza da produção nacional, fica sujeito a influências fortuitas que fazem a produção exceder ou ficar aquém das necessidades nacionais. Varia também com razões de ordem psicológica, tendências otimistas ou pessimistas do público, o surto de artigos novos da produção, a moda, etc.

Tudo motiva que a vida econômica das nações, vistas isolada-

mente ou em conjunto, pareça desenvolver-se em ciclos, num movimento de ondas, entre momentos de elevação e depressão. Cada ciclo assim se caracteriza:

- um momento de prosperidade, ou animação geral dos negócios;
- um período de liquidação, quando cessantes os estímulos de animação, cada qual procura firmar sua posição, evitando perdas;
- uma fase de depressão, quando surgem dificuldades para a liquidação dos negócios, e se declaram crises e falências, e surgem os numerosos desempregados.

Cada um destes aspectos do ciclo econômico dura mais ou menos tempo e se reflete na circulação monetária, aumentando ou diminuindo o poder de compra da moeda, pois tudo redonda sempre em variação dos preços das utilidades e serviços e, conseqüentemente, do custo da vida. Reciprocamente, a variação do volume da moeda em circulação, influi nas fases do ciclo econômico, estimulando, equilibrando ou deprimindo, mas isto de modo nem sempre controlável. Se a sua variação corresponde às necessidades do comércio e da produção seus efeitos são de equilíbrio e tendentes a manter a normalidade da situação. Se há escassez, os negócios se dificultam e restringem. Se há excesso, a princípio, tudo se estimula, mas, em seguida, com a tendência de elevação constante dos preços, surge a preferência pela especulação e, desde então, o espírito de jogo domina o de produzir pelo trabalho.

No fundo, a situação econômica do período de animação ao de depressão reveste sempre um aspecto monetário que a traduz fielmente.

*
* *

O dinheiro vale somente por seu poder de compra, fato simples de que, porém, nem todos parecem perceber a significação. Os incas do Peru, davam ao ouro, símbolo ainda atual do dinheiro ou da riqueza, o mesmo valor que hoje damos às coisas insignificantes, pois com ele

pouco podiam adquirir antes do seu contacto com os europeus, e, depois, só o que obtiveram foi a ruína de sua vida... Um nababo perdido no deserto, com seu livro de cheques no bolso, é muito mais pobre que um mascate, com sua caixa cheia de espelinhos, por que tanto se interessam os selvagens...

O dinheiro pode ser inútil, um bem ou até um mal, como se vê da vida dos homens e das nações e os efeitos que produz nas atividades sociais, cabem à sociologia, à moral e à economia política apreciar. Aqui só nos interessam os da esfera da última destas ciências.

Isto pôsto, consideremos que, se o valor da moeda é dado por seu poder de compra, ele depende do preço das utilidades e serviços, o que não escaparia certamente ao Conselheiro Acácio. Escaparia, porém, talvez à sua argúcia considerar que não é o preço, em cada momento, de cada utilidade ou serviço, que determina o efetivo valor da moeda, e sim o nível médio dos preços das coisas necessárias à vida: alimentação, vestuário, moradia, higiene e tratamento da saúde do corpo e do espírito, inclusive diversões e instrução.

Tal nível médio, pois que é médio, tem necessariamente um valor relativo e uma significação abstrata. Depende dos fatores tomados para seu cálculo e serve apenas como ordem de grandeza para termo de comparação do custo da vida em tempos ou lugares diferentes. Mas sua significação é considerável do ponto de vista social e, especialmente, político, pois é um dos meios de se poderem apreciar as tendências de espírito das populações, que muito obedecem ao princípio de *prima vivere, deinde philosophare*...

Vale ainda, por isto mesmo, tal índice para apreciação da sabedoria política, ou da moralidade dos que as governam, desde que comparemos variações dos índices do custo da vida e dos salários. Índice de custo da vida crescente, sem que se eleve o padrão desta, como se dá nos países de política monetária inflacionista, é sinal de desordem nacional, desordem que se

pode tornar insofismavelmente catastrófica, como bem pode imaginar qualquer honesto bom senso.

Não é inútil então conhecer como se podem determinar os índices de custo da vida.

Um método, consiste em escolher certo número de coisas necessárias à vida (gorduras, couros, feijão, farinha, sal, fubá, leite, etc.) e calcular o preço médio do custo por unidade das quantidades vendidas num determinado ano, considerado ano base. A média de todos estes preços dá o índice do custo da vida nesse ano, que então se iguala a cem.

Repetida a operação para outros anos, cujo custo da vida se quer apreciar, dividem-se os resultados obtidos pelo do ano base e multiplica-se o quociente por cem para determinar o respectivo índice.

Outro método consiste em calcular índices de índices. Formam-se índices para os diversos grupos de utilidades e serviços e deles se deduz um índice geral.

Vê-se o valor relativo de tais índices, mas sua utilidade parece óbvia. Permite, de modo geral, conhecer as variações do custo da vida em diversas épocas e, supondo o valor da moeda estável, chegar a determinar mediante judiciosa análise, as razões disto. É, porém, para a apreciação das variações do valor da moeda que tornam mais úteis, quando motivos extraordinários não influem na produção, notadamente em períodos não longos de tempo.

Eles mostram bem quanto o valor da moeda, seu poder de compra, varia na razão inversa dos preços, tanto mais quanto o meio circulante se avolumar sem crescimento correspondente da riqueza ou da produção. Para ver isto, basta pôr estes índices em presença dos algarismos que dizem qual é a quantidade de moeda em circulação.

Facilitam também apreciar-se o critério dos responsáveis pela política nacional. Se essa política faz

inflacionismo monetário sejam quais forem as razões astuciosamente sibilinas, ou cândidamente peregrinas, com que pretendam explicá-lo, em épocas de paz e quando no há calamidades intempestivas a atender, é ela incompetente ou imoral ou as duas coisas a um tempo.

Dizer-se que o aumento do custo da vida se compensa com o dos salários — um dos argumentos dos inflacionistas —, é ingenuidade ou má fé. Entre o crescer de um e de outros há sempre o tempo morto necessário ao processo dos últimos, durante o qual a maioria da população padece. Sofre necessidades e sofre perda de tranquilidade pelo dia de amanhã. De resto, nem todos os salários são aumentados nas proporções necessárias e simultaneamente, enquanto que os índices do custo da vida sobem a cada jacto de papel moeda que é lançado exorbitantemente em circulação. Sobem forcejando sempre por subir mais enquanto o inflacionismo não cessa.

*
* *

Tudo isto mostra bem a transcendente importância da moeda na vida moderna e dá um certo tom de ridículo aos indivíduos que se dizem cultos, ou melhor, instruídos e que, fechando os olhos à política monetária, discutem ou se preocupam com outros problemas da política.

Os militares, passados os tempos dos exércitos de "Kaiser manda, marinheiro faz" não devem mais ignorar tais coisas. Hoje, não são mais os exércitos simples máquinas de guerra. São oficinas de preparação nacional para enfrentar certos aspectos da guerra e seus efeitos gerais. A guerra quem a faz é a Nação, cuja força depende de sua economia, cuja saúde se traduz por sua política monetária e o consequente poder aquisitivo da sua moeda.

VERTENTES HIDROGRÁFICAS DO ATLÂNTICO E DO PACÍFICO

Tenente-Coronel ANTONIO DE BRITO JUNIOR

Um dos contrastes mais chocantes para quem estuda a Geografia do Novo Mundo é, sem dúvida, o da diversidade de aspectos entre as vertentes do Atlântico e do Pacífico, na América do Sul.

A cordilheira dos Andes, gigantesca, descomunal e contínua barreira bordejante do Pacífico, é a causadora desta tão flagrante diversidade. Corajosamente negamos a existência real de uma vertente do Pacífico se a pusermos em paralelo com a pujante vertente do Atlântico.

Justifiquemos:

A vertente do Pacífico cabem apenas 6 % das bacias hidrográficas sul-americanas, interessando 4 países: Colômbia, Equador, Peru e Chile, dos quais só o último é tributário exclusivo desta vertente.

Da Colômbia desembocam no Pacífico rios curtos, torrenciais e sem valor: Patia e S. João, com pequenos trechos navegáveis, pouca importância apresentam.

Do Equador só merecem citação, correndo para o mesmo oceano, o Guaya e, mais ao N., o Esmeralda.

Do Peru, igualmente, são pequenos, irregulares, torrenciais e não perenes os rios que vão ao Pacífico: o Santa, o mais notável; o Sama, limitando, em parte, o país com o Chile; e o Rimac que só tem valor por banhar a capital, Lima, donde, por corrupção, lhe vem o nome. Na região da costa, faixa estreita e longa de terra, apertada entre o Pacífico e os Andes verifica-se o maior paradoxo geográfico deste original país: a maior densidade de população numa re-

gião esterilíssima, quase desprovida de chuvas e de rios, apresentando 95 % de superfície desértica. Concentrada esta população em perto de 40 oásis fluviais, realiza ali suas culturas, graças a maravilhosas obras de irrigação, com o admirável aproveitamento das minguadas águas destes rios oriundos dos Andes.

No Chile que se estende por metade da costa sul-americana do Pacífico, distinguem-se três regiões: no norte, o Chile desértico, quase 1/3 do país, alcançando o 30º latitude, é uma região sem cursos d'água e sem chuvas, uma das mais secas do globo. Os rios Loa e Copiapó, grandemente separados, só valem por sua raridade. Em Antofagasta, principal centro desta região, até bem poucos anos era quase total a falta d'água e, hoje, vem ela do Loa, em condutos com 300 km de extensão. Nas demais regiões chilenas, sobretudo na meridional, maior precipitação e rios mais numerosos, sem dúvida, mas de valor secundário, salvo no que se refere ao seu aproveitamento como fontes de energia.

Em contraposição, à vertente do Atlântico pertencem todos os países sul-americanos, exceção do Chile.

As bacias tributárias desta vertente, são notáveis pela grandeza de suas áreas; pelos volume, extensão, navegabilidade e potencial hidráulico de seus numerosos rios; e pela pujança e raridade de vegetações das terras que as constituem: selvas, campos, florestas, cerrados, caatingas e pampas. Sendo impraticável a citação aqui de

tôdas as bacias desta vertente, contentamo-nos em tratar as principais, a traços largos, salientando o que elas têm de grandioso ou de original:

A bacia do Madalena com seus notáveis afluentes Lauca e Atrato. É este o rio principal do país, genuinamente colombiano e um dos maiores do mundo.

Como principais características: regime irregular, não permitindo navegação contínua, em todo o curso; 1.350 a 1.500 km de curso, dos quais mais de 1.000 navegáveis; cachoeiras em Honda que obrigam, para seu aproveitamento, o concurso de vias férreas; vasto delta a exigir constantes e sérias obras de dragagem. É a via principal de comunicação da Colômbia; seu maior afluente o Atrato tem as cabeceiras tão próximas do S. João que um simples corte de 500 metros os poria em ligação, constituindo um novo canal inter-oceânico.

A bacia do Orenoco interessa à Venezuela e à Colômbia, cabendo àquela a parte mais importante. Principais características: em comprimento é o terceiro rio da América do Sul, vindo logo depois do Amazonas e do Prata e o sétimo, ou oitavo, do mundo; navegável em qualquer época do ano desde o delta (com 50 braços) até a cidade de Bolívar, cerca de 400 km; oferece, com seus afluentes, uma rede navegável de 10.000 km.

Por meio de um canal, o rio Cassiquari, com 200 km, tem ligação com o rio Negro e, em consequência, com a bacia amazônica.

A bacia do Amazonas, a maior do mundo, tem 7.000.000 km² dos quais perto de 3.800.000 em território brasileiro. O principal rio desta bacia, o que lhe dá o nome, é chamado por Agassiz, um oceano de água doce. É o primeiro do mundo em volume d'água e o terceiro em extensão. Só é inferior ao Mississipi, Missouri e ao Nilo; despeja no Atlântico em um segundo 80.000 m³! No Brasil, é navegável em toda sua extensão: 3.165 km, de Tabatinga à foz. Os navios de ultramar, de 6 m de calado ou 3.000 t, alcançam em qual-

quer época a capital da província peruana de Loreto, a cidade de Iquitos, a 450 km além de nossa fronteira.

A navegação do rio é grandemente facilitada pela mínima inclinação (em Tabatinga 82 m e em Manaus 26 m); e também pela grande largura (mínima em Óbidos com 1.600 m e máxima próximo da confluência do rio Negro, com 90 km), ainda pela grande profundidade (mínima nas secas, 20 metros, e máxima, em frente a Óbidos, tão profundo quanto o mar da Mancha).

Considerando a rede navegável do Amazonas e seus tributários, em todos os trechos aproveitáveis, alguns autores estimam em 50.000 km!

A bacia do S. Francisco, genuinamente brasileira, abrange perto de 700.000 km². Apresenta o S. Francisco notável projeção no cenário brasileiro pelo papel desempenhado e que vem representando sob o ponto de vista histórico, econômico e político. Em extensão, está entre os 22 rios maiores do globo, com 3.100 km; sua descarga, num segundo, é de 2.800 m³.

Além de outros trechos navegáveis, o compreendido entre Januária (Minas) e Remanso (Bahia), de 840 km, é da mais franca navegabilidade em qualquer época do ano.

A bacia do Prata cobre mais de 4.000.000 km²; é a segunda da América e uma das maiores do mundo. O rio da Prata é antes uma vasta planície inundada, sendo notáveis seus extensos formadores:

O Paraná, o principal rio argentino e um dos maiores do mundo, com 4.500 km, dos quais quase a metade na Argentina. Quanto à navegação de ultramar vai até Rosário e Santa-Fé. Seu principal afluente é o Paraguai, extenso rio típico das planícies, grandemente engrossado por notáveis tributários: S. Lourenço, Pilcomayo e Bermejo. O Uruguai, o outro formador do Prata, constitui o linde natural entre o país a que dá o nome e a Argentina; tem 1.400 km navegáveis por navios de ultramar até Paysandú, próximo à Concepción, na Argentina.

As bacias do Colorado e Negro, cortam a Argentina de O. para L., dos Andes ao Atlântico, apresentando o último, em certas épocas, uma extensão de 600 km navegáveis.

A citação dos minguados rios que se lançam na vertente do Pacífico e a das enormes bacias e principais rios das mesmas, tributários do Atlântico, deixam bem claro a original contraposição entre as grandezas das duas vertentes.

ESTUDO SINTÉTICO DOS RIOS BRASILEIROS SOB O PONTO DE VISTA DE COMUNICAÇÕES

As comunicações internas fazem-se pelas estradas e os rios são estradas que andam. Considerando serem os transportes um dos nossos maiores problemas econômicos e dispondo o Brasil de três importantes vias fluviais: Amazonas, S. Francisco e Paraná, cabe-nos estudar o aproveitamento inteligente e completo de tão admiráveis dâdivas da natureza, não só no ponto de vista de irrigação e fornecimento de energia elétrica, como poderosos meios de transporte. Nossos engenheiros e governantes acompanharam muito rigidamente aos europeus, esquecendo-se de que, quando estes se voltaram para as vias férreas, já tinham explorado e exgotado o aproveitamento de suas vias fluviais. Numerosos são ali os exemplos e até a América, terra clássica da viação férrea, nos dá um eloquente exemplo cuidando e despendendo elevadas somas na desobstrução de seus rios e na construção de canais. As ferrovias e rodovias, longe de excluir, completam o sistema de transportes fluviais, mais lentos, porém menos onerosos.

Acrescentaremos ainda algumas considerações afinentes ao caso brasileiro sobre o valor dos nossos rios: grande extensão da rede navegável; elevado preço da construção de nossas ferrovias, cheias

de obras de arte e sinuosidades, conseqüentes do acidentado do solo; falta ou deficiência de carvão, obrigando-nos ao indesejável devastamento das matas; não serem as ferrovias levadas, sempre, como na Europa a lugares onde o progresso já está consumado, podendo assim, desde o início, oferecer fontes de rendas. No nosso caso, atuam como forças de penetração e colonização, sendo, em regra, deficitárias ou de rendas problemáticas. Na Europa a ferrovia marca o acabamento de uma organização; na América é um elemento criador. Enfim, são as vias fluviais mais adequadas aos transportes pouco intensos e irregulares.

Sobre a primeira das considerações acima: grande extensão da rede navegável, devemos ainda salientar a importância da idéia ventilada em estudos já realizados sobre a possibilidade de ligação futura das bacias: Orenoco — Amazonas — S. Francisco — Jaguaribe — Parnaíba — Prata.

Far-se-ia do seguinte modo: Orenoco-Amazonas pelo canal Cassiquiare (200 km), ao rio Negro;

S. Francisco — Amazonas — Parnaíba, pelo Jalapão;

Amazonas — S. Francisco através do muito débil divisor de águas (da lagoa Varedão partem os rios Formoso e Japão cujas águas vão às bacias do Tocantins e do Rio Grande, afluente do S. Francisco);

Amazonas — Prata igualmente através da mal definida linha de separação de suas bacias, fracos acidentes entre as nascentes dos formadores do Paraguay e as próximas nascentes dos rios Guaporé, Tapajoz e Araguaia.

São estes projetos, ousados e gigantescos, perfeitamente realizáveis no futuro e de alta significação política e econômica para todos os países sul-americanos, particularmente, para o nosso tão generosamente contemplado com extensa rede fluvial.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE AS COMUNICAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL

MAJ. JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I

A — GENERALIDADES

— A fisiografia (natureza e relevo do solo, hidrografia e clima), o crescimento dos centros de habitação, a prosperidade econômica (produção e comércio) e os recursos de energia (carvão, petróleo e eletricidade) são os principais fatores que governam o desenvolvimento das comunicações em geral.

— O principal papel das comunicações é ligar os diferentes centros de habitação e trabalho de modo que a circulação entre eles corresponda às necessidades da vida e do progresso dos mesmos. Outro importante papel é assegurar os transportes militares em caso de guerra.

— Em vista disso, a rede de comunicações de uma região deve:

1º — ajustar-se às condições fisiográficas;

2º — corresponder às necessidades de ordem econômica;

3º — satisfazer aos interesses de caráter militar.

Como consequência disso, pode-se dizer que a rede de comunicações de um país em geral é uma exata expressão da Geopolítica do mesmo.

— A eficiência das comunicações varia com o rendimento e a continuidade dos meios de transporte. Por sua vez o rendimento de cada meio de transporte varia com a velocidade e a capacidade do mesmo, assim como a continuidade depende do cuidado dispen-

sado à organização e à manutenção.

B — CONTRASTES FISIOGRAFICOS EXISTENTES NO CONTINENTE SUL-AMERICANO

— O continente sul-americano é u'a massa terrestre de conformação física terciária que tem uma grande parte situada na zona tropical e outra na zona temperada do sul. Como consequência natural de sua formação, existem certos contrastes entre seus acidentes geográficos.

No sentido longitudinal, contrastam-se a costa do oceano Atlântico e a costa do oceano Pacífico; o Planalto Brasileiro e a Cordilheira dos Andes. No sentido transversal, contrastam-se a Bacia do Prata e a Bacia do Amazonas; o clima temperado da região meridional e o clima tropical da região setentrional.

Destes contrastes físicos resultam contrastes econômicos entre os países do Atlântico e os países do Pacífico e entre o Norte e o Sul do continente.

II

A — AS COMUNICAÇÕES TERRESTRES

A configuração geográfica (extensão e relevo), os defeitos da formação etnográfica e a falta de carvão (força propulsora do passado) foram os principais obstáculos ao desenvolvimento das comunicações terrestres sul-americanas.

Em face da deficiência das comunicações terrestres, a navegação

marítima suportou durante muito tempo o peso dos transportes na América latina. O desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior, as dificuldades ao desenvolvimento econômico e a falta de meios para assegurar a defesa militar, foram as consequências em quase todos os países.

a) RODOVIAS

O petróleo descoberto na Pensilvânia em 1859, marcou o início de uma nova era para os transportes rodoviários.

O contínuo aperfeiçoamento dos veículos e da categoria das estradas, tem elevado cada vez mais a importância econômica, social, política e militar das rodovias.

A ampliação das redes rodoviárias está intimamente ligada à produção de petróleo e à fabricação de cimento. A importação do combustível e do cimento produz crescente evasão de capital, encarece os transportes rodoviários e por isto é um forte obstáculo à ampliação das estradas.

Boas estradas trazem grandes benefícios, mas se todo o combustível a ser consumido pelos veículos que trafegarem sobre as mesmas fôr de procedência estrangeira, poderá haver prejuízo em vez de lucro.

Como consequência disso, vemos:

- a República Argentina (país de planície, possuidor de petróleo) com um denso sistema divergente de boas estradas que ligam a capital com todas as províncias e os países vizinhos;

- o Brasil, com um deficiente sistema rodoviário não só por causa da extensão territorial como também por causa do relevo e da falta de petróleo. O desenvolvimento do sistema rodoviário brasileiro (ampliação da rede rodoviária e pavimentação das estradas de tráfego intenso) está intimamente ligada ao problema do Petróleo e do Cimento. Somente depois disto poderá este país possuir boas estradas longitudinais entre o Norte e o Sul e boas estradas transversais entre a fronteira terrestre e a fronteira marítima, a fim de completar e corrigir o sistema ferroviário, de modo

a facilitar a circulação da riqueza em todas as direções.

No futuro, Rodovia Pan-Americana, grandioso projeto de conexão rodoviária, contornará o continente, ligará o Atlântico ao Pacífico e todas as capitais sul-americanas.

b) FERROVIAS

A construção, a ampliação e o melhoramento das estradas de ferro são medidas evidentes de progresso, impostas pela necessidade de se aumentar o rendimento dos transportes de uma determinada região.

O rendimento de uma estrada de ferro depende da energia empregada (lenha, carvão, óleo ou eletricidade) e da largura do leito (bitola estreita, normal ou larga).

O desenvolvimento das estradas de ferro está intimamente ligado ao Problema de Energia e ao Problema Siderúrgico, por isto os países que possuem potencial hidroelétrico, ferro e carvão têm mais possibilidades de melhorar e ampliar o seu sistema ferroviário.

O Brasil, tendo estas possibilidades, poderá melhorar o rendimento das suas estradas de ferro, mediante:

- o aparelhamento das oficinas ferroviárias, tendo em vista a renovação do material;

- a padronização dos leitos, tendo em vista a interligação dos sistemas regionais;

- a eletrificação dos eixos principais, tendo em vista atender ao rápido e contínuo aumento da circulação.

As possibilidades industriais da República Argentina são mais reduzidas.

Como sabemos, a produção agropecuária constitui a base da riqueza deste país, o que é uma consequência natural da fisiografia do mesmo. Seus recursos de energia elétrica — força propulsora do presente — são muito limitados em virtude da topografia do país.

A construção das estradas de ferro em todos os países deve ser processada sob critério econômico-militar.

Como consequência deste imperativo, o traçado das mesmas em geral é uma expressão da Geopolítica.

Assim, o traçado das ferrovias Argentinas é uma exata expressão da Geopolítica deste país, na região meridional do continente.

B — NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

Em face das dificuldades impostas às comunicações terrestres cuja evolução foi muito lenta e defeituosa, o navio foi e ainda é o principal meio de transporte utilizado pela maioria das nações sul-americanas.

Como os portos de mar são verdadeiros respiradouros da economia nacional, podemos dizer que a vida dos países em que a navegação marítima tem papel predominante depende do binômio portos de marmarinha mercante, sobretudo se considerando que a importância econômica da navegação marítima deve ser acrescentada a importância militar.

O problema da navegação marítima consiste em:

- aparelhar os portos de modo a evitar o congestionamento dos mesmos;

- possuir navios sobretudo para o transporte de carga em quantidade suficiente às necessidades da economia nacional.

A vida da República Argentina depende da navegação marítima (consequência da posição geográfica do país). Buenos Aires é o grande respiradouro do país e o principal centro de comunicações do Rio da Prata.

Sendo o estuário a chave da Bacia do Prata, a importância militar da navegação marítima para a República Argentina não precisa ser encarecida. O oceano foi e ainda é o principal eixo de comunicações do Brasil (consequência da extensão territorial e da deficiência das comunicações terrestres) apesar da falta de navios e de aparelhamento dos portos.

Cabendo a defesa do litoral principalmente às forças aero-navais, a navegação marítima no Brasil

tem também grande importância econômica e militar.

O mesmo acontece com todos os países do Pacífico, especialmente o Chile.

C — NAVEGAÇÃO FLUVIAL

Na Bacia do Prata, onde as condições fisiográficas (natureza do solo, relevo, hidrografia e clima) são inteiramente favoráveis à agricultura e à pecuária, a navegação fluvial desempenha importante função econômica, social e política. Os rios desta rica Bacia hidrográfica, francamente navegáveis em grande extensão, contribuem poderosamente para facilitar a circulação entre os cinco países integrantes da mesma (Argentina — Brasil — Bolívia — Paraguai — Uruguai). O estuário é a chave da Bacia, cujos respiradouros principais são Buenos Aires e Montevideo.

Na Bacia Amazônica, imenso reservatório de riquezas, que o homem ainda não conseguiu explorar, por causa das dificuldades fisiográficas, os rios são as únicas vias de comunicações de superfície existentes.

Esta grande Bacia hidrográfica, da qual fazem parte o rio Amazonas e seus afluentes e cuja área é a maior planície sedimentar do mundo, acha-se coberta da mais densa e pujante formação florestal da terra — a Hiléia.

Em virtude da proximidade em que a mesma se acha da Europa e da América do Norte, certamente terá um grande futuro.

A Bacia do S. Francisco é um corredor geográfico e histórico entre o Sul e o Norte do Brasil, que apesar de sua importância política, econômica e militar esteve semi abandonada durante quatro séculos, a espera de meios de exploração (energia e comunicações).

A navegação no S. Francisco começou com as monções e as bandeiras fluviais. Primitivamente era feita em pequenas embarcações movidas a remo e às vezes a vela e a vara, pois a navegação a vapor só surgiu com o século XIX.

Atualmente as embarcações que trafegam no rio são de construção

apropriada, mas a navegação ainda é difícil e demorada sobretudo devido aos obstáculos que as estiações causam (acentuada variação de volume entre a vasante e a enchente, conseguinte desagregação das margens).

O plano para recuperar no tempo e no espaço o atraso econômico e social desta importante Bacia, consiste em:

— fornecer energia elétrica para melhorar as desfavoráveis condições de vida e trabalho do homem, através da irrigação do vale e da canalização do rio;

— melhorar e ampliar o sistema de comunicações da Bacia, tendo em vista facilitar as ligações da mesma tanto para o Norte, como para o Sul e para Leste.

D — NAVEGAÇÃO AEREA

Em virtude das vantagens de rapidez e conforto, o avião tornou-se o meio de transporte preferido para as longas viagens, e em vista do extraordinário progresso da aviação, a Rede Aérea (bases e rotas aéreas) passou a ter transcendente importância política, econômica e militar.

Atualmente, a prosperidade e a segurança dos países de grande extensão dependem diretamente da aviação civil e militar — consequência do decisivo papel desempenhado pela aviação na última guerra.

O Brasil possui intenso e extenso tráfego aéreo, sobretudo ao longo do litoral.

Em pouco mais de 20 anos a aviação realizou em nosso país, mais do que as comunicações de superfície em 4 séculos.

III

A — A orla marítima atlântica é o principal eixo de comunicações da América do Sul não só por motivos de ordem geográfica, como também, de ordem econômica, política e social.

Ao longo desta linha estão os maiores centros de população do continente: Rio de Janeiro — São Paulo — Buenos Aires, cujas ligações se estendem tanto na direção da América do Norte como na direção da Europa e da África.

O tráfego na orla do Pacífico é bem menor. Os países Andinos estão mais ligados com a América do Norte.

B — Os países de grande extensão territorial como o nosso só poderão acompanhar o progresso se possuírem rápidos e continuos meios de transportes em todas as direções.

O transporte aéreo é o que melhor corresponde a este imperativo.

Como o Futuro dos transportes pertence mais à aviação do que às comunicações de superfície o desenvolvimento da aeronáutica civil e militar parece ser a linha de ação mais indicada para os países que quiserem acompanhar o progresso.

CASA FERNANDES, MOREIRA LTDA.

Fundada em 1841

Capital realizado — Cr\$ 2.200.000,00

Mantimentos e molhados por atacado

Comissões, Consignações, Cereais e mais gêneros do país

RUA BORJA CASTRO, 13 e 15 — CAIXA POSTAL N. 234

Telefones 23-3952 e 23-3953 — Telegramas "Mandes"

RIO DE JANEIRO

A HILÉIA À LUZ DA GEOPOLÍTICA

Cap. GERMANO SEIDL VIDAL

INTRODUÇÃO AO ESTUDO

Tempos atrás ciência houve que explicava todos os fenômenos políticos ocorridos ou para se realizarem: a Economia. A análise dos fatos da História de todos os povos era feita, então, vendo-se sempre as condições financeiras ou econômicas "comandando" a intrincada Política.

Hoje, após os estudos de Ratzel, Kjellén, Mackinder e Haushofer surgiu a nova "profecia", utilizada para devassar as ambições de poder das potências mundiais e orientar as pretensões dos mais fracos: a Geopolítica. É a ciência que ensina fazer Política por intermédio da Geografia, segundo as idéias do erudito professor patricio Evarado Backheuser. (1)

HILÉIA — TESOURO DO BRASIL

Nosso torrão natal, o "grande arquipélago de oito milhões e meio de quilômetros quadrados" possui 40 % de extensão territorial cobertos pela floresta inóspita da Bacia Amazônica. A esta região denominou Humboldt de Hiléia, criando o neologismo agora tão em moda.

O rio Amazonas percorre 6.420 quilômetros da América do Sul, recolhendo em seu seio águas de número considerável de afluentes. A região por ele banhada abrange, em nosso território, segundo estimativa do Conselho Nacional de Geografia, 3.406.000 quilômetros quadrados; porém, incluindo-se as

áreas vizinhas da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e as três Guianas — Francesa, Inglesa e Holandesa — compreende cerca de sete e meio milhões de quilômetros quadrados.

Quanto aos tesouros naturais do vale amazônico eles são verdadeiramente incalculáveis. A flora, a fauna, as riquezas do subsolo existentes na vasta bacia têm aspecto verdadeiramente fantásticos, pois, pesquisadores esparsos fazem referências estupendas às possibilidades desta terra virgem inexplorada, inclusive a suposição da existência de rica faixa petrolífera e de jazidas de urânio e tório!

INTERFERÊNCIA ALIENÍGENAS

Em todas as épocas da nossa História tentativas foram realizadas por ingleses, franceses e holandeses — pelo litoral — e argentinos e paraguaios — pelas fronteiras terrestres — para domínio da grande Bacia; quer pela conquista da embocadura do rio-mar, quer pela posse de regiões periféricas da Hiléia, que lhes permitissem o controle futuro da imensa área.

Já, então, os portugueses ou brasileiros — verdadeiros "donos" do território — defenderam-se, e repudiaram, com desassomburada bravura, todas as tentativas estrangeiras contrárias aos interesses da nascente e grande nação brasileira!

Agora, nos dias hodiernos, à luz "clara e meridiana" das liberdades democráticas, tentam, mascaradamente, roubar-nos a soberania so-

(1) A definição de Backheuser é a seguinte: "A Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas."

bre a maior e mais rica região de nosso território.

Na primeira conferência geral da UNESCO, realizada em Paris, em novembro de 1946, nasceu a idéia da criação do organismo internacional para trabalhos na Amazônia. Foi, posteriormente, solicitado do governo brasileiro a instalação, sob seus auspícios, da Conferência Científica de Belém (Pará) — realizada em agosto de 1947.

Por ocasião da segunda conferência da UNESCO, realizada no México, foram discutidas as decisões tomadas em Belém, prevenindo-se um novo convênio para tratar do assunto. E, desta forma, foram convidados a participar de um grande conclave meia centena de países, para debaterem um "probleminha" brasileiro...

CONVENÇÃO DE IQUITOS

Reunidos os representantes das nações em aprêço na pequenina cidade de Iquitos (Peru), sem rádio e imprensa devidamente aparelhados para divulgar o desenvolvimento dos importantes trabalhos, foi promulgada, sob os auspícios da UNESCO, a Convenção de Iquitos e com o assentimento dos três representantes brasileiros.

Quem ler os artigos desta Convenção, mesmo desconhecendo os complexos fundamentos da Geopolítica, em seus conceitos primitivos ou modernos, ficará arrepiado da ingenuidade das asserções nêles contidas com o fito diplomático de encobrir o espólio de nosso patrimônio territorial e a clara violação da soberania das nossas leis, especialmente a Carta Magna da Constituição da República!

O Instituto Internacional da Hileia Amazônica terá direitos de "promover, conduzir, coordenar e divulgar os estudos da mencionada zona geográfica, que será oportunamente delimitada". Para realizar estes propósitos, o Instituto poderá "estabelecer, fomentar e manter

colaboração efetiva entre governos, organizações, grupos e pessoas interessadas" — sem outras "demarques" e entraves do Governo do Brasil. O "espoliado" tem, evidentemente, um dever: a obrigação de concorrer com a metade do orçamento anual do Instituto (150 mil dólares)!

Assim, seríamos em breve um voto contra cinquenta no Instituto e ao sabor dos apetites e "trustes" os mais lamentáveis e sem possibilidade de escaparmos ao "saque" por processos diplomáticos — porque a Convenção não permite a desistência das obrigações assumidas. (2)

OPINIÕES DOS ORGÃOS COMPETENTES

A imprensa tem divulgado várias opiniões relativas ao problema. O Estado-Maior Geral das Forças Armadas consultado a respeito de assunto de tal magnitude enviou seu parecer favorável quanto à criação do Instituto, fazendo-o entretanto, com importantes e fundamentais restrições, expressando-se entre outras considerações, do seguinte modo: "... os objetivos científicos visados pelo Brasil, quanto à criação do organismo internacional de estudos da Amazônia, poderiam ser alcançados plenamente, sem riscos para nossa segurança, se se houvesse tido o cuidado de deixar as funções executivas dentro de cada país, a cargo de um organismo nacional, reservando-se ao organismo internacional unicamente a incumbência de orientar as pesquisas e orientar os recursos necessários às informações científicas ou difundidas".

A Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados manifestou-se unânime e de acordo com a assinatura pelo Brasil da Convenção de Iquitos.

Entretanto, o Instituto Brasileiro de Geopolítica emitia um precioso parecer sobre o assunto, sendo, for-

(2) "Se um Estado Membro deixar de cumprir suas obrigações, o Conselho pode, uma vez examinadas as circunstâncias, suspendê-lo de seu direito de voto e de quaisquer outras prerrogativas inerentes à sua condição de Membro" (letra d, do artigo II da Convenção).

malmente contrário à ratificação da aludida Convenção. A patriótica e abalizada opinião deste grande núcleo de estudiosos brasileiros que honram as tradições do preclaro chanceler Rio Branco, será, sem dúvida, o grito de alerta contra a concretização do "inócuo" Convênio. Estamos, portanto, de parabéns por sabermos que os cientistas da Geopolítica, no país, estão de pé, constituindo o esteio promissor da nossa inviolabilidade territorial, tão duramente defendida, em quatro séculos de luta, por nossos bravos antepassados.

E, para que possamos os leitores julgar o judicioso e patriótico parecer da Comissão encarregada desses estudos no Instituto Brasileiro de Geopolítica, presidida pelo Major Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, inserimos aqui a sua conclusão, feita após longa e argumentada exposição de motivos: "Somos de parecer que: a) — A Convenção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica deve ser rejeitada "in-limine", como prejudicial aos altos interesses nacionais, que constituem a diretriz indiscutida da nossa Geopolítica; b) — que em compensação seria aconselhável a organização de um Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, fazendo parte integrante do Plano de Valorização do Amazonas, na qual ficasse estabelecida, a par de melhoramentos necessários aos cursos d'água navegáveis, a construção das rodovias Cutabá-Porto Velho, Aragarças-Manaus, Fortaleza-Belém, Macapá-Clevelandia — Oiapoque e Manaus — Caracará — Boa Vista."

No Congresso Nacional, dois ilustres parlamentares debatem a questão: os senhores Arthur Bernardes e Carlos de Lima Cavalcanti. Em um dos discursos do representante mineiro encontramos a feliz transcrição de dois magníficos trechos que abaixo inserimos:

"Deveis ter sempre em vista que é loucura esperar uma Nação favores desinteressados de outra

e que tudo quanto uma Nação recebe como favor terá de pagar, mais tarde, com um parte de sua independência" (George Washington).

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigie-mo-nos das potências absorventes e das nações expansionistas. Não nos temamos diante dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se acharem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu". (Rui Barbosa).

CONCLUSÕES — A LUZ DO PATRIOTISMO

Não nos rotulamos em profundos conhecedores do assunto. Somos unicamente patriotas — como o foram: Pedro Teixeira, Jacome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho de Carvalho, João Pereira de Cáceres, Sebastião Lucena de Azevedo e Francisco de Sousa Fundão (3), que durante o transcurso do Século XVII aniquilaram as investidas estrangeiras para conquista da Amazônia.

Colocamo-nos ao lado da patriótica campanha contra a Convenção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica para prestarmos humilde colaboração aos grandes brasileiros de hoje, que desejam, agora e sempre defender a integridade de nosso território.

Cremos que, com os dois milhões de cruzeiros a serem dispendidos, anualmente, na manutenção do Instituto Internacional aludido, os cientistas patrióticos — tão competentes quanto quaisquer outros do Mundo, — fariam milagres de real evolução no aproveitamento do Amazonas. Valorizaríamos, assim, o nosso "habitat", a nossa gente, a nossa cultura, as nossas riquezas...

(3) Vide "Formação dos limites do Brasil", do Almirante Guillobel, publicado na revista do Instituto Histórico Brasileiro.

E, não precisaríamos ser egoístas nas nossas conclusões. Divulgaríamos os estudos e trabalhos, certos de que a Ciência, exclusivamente ela e as religiões, não têm fronteiras!...

Somos, todos os brasileiros, herdeiros das virtudes excelsas de nossos avoengos, que nos legaram uma Pátria livre, soberana e vasta para que nela possamos erguer o Brasil forte e progressista, evoluído moral política e economicamente para engrandecimento do homem na Terra!

O Itamaraty está preparando, agora um "Protocolo Adicional" à

Convenção em aprêço, atendendo à imperiosa necessidade de defesa do patrimônio da nação.

Por isto, temos fé que:

— a Pátria repudiará tôdas as fórmulas atentatórias aos justos princípios da salvaguarda de sua soberania e integridade territorial;

— os homens que conduzem o Organismo Internacional, a UNESCO, saberão melhor definir seus propósitos dentro da verdadeira solidariedade dos povos livres, amantes da Paz!

FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO DOS ASPECTOS MILITARES DA BACIA DO PRATA

Temos a grata satisfação de registrar a transcrição em idioma espanhol, no Volume 91, n. 4, da "Revista Militar", editada pelo Círculo Militar da República Argentina, da importante conferência que, com o título acima, foi pronunciada no Centro Militar de Estudos do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1949, pelo nosso prezado consócio e antigo colaborador, Coronel J.B. Magalhães.

ENTREPOSTO PENHA

CARNES FRESCAS

Irmãos Goulart & Cia.

AÇOUGUE

AVENIDA NOSSA SENHORA DE COPACABANA, 446

Telefones 37-7743 - 37-7443 e 37-7366

MATADOURO PENHA

ESTAÇÃO DE OLARIA — E.F.L. — Fones 30-3612 e 30-1006

ESCRITÓRIO-SEDE

RUA BUENOS AIRES, 104 - 2º andar - Sala 21

Telefones 43-3178 e 23-5109

Enderêço Telegráfico "Goulartus" — Caixa Postal 2882

RIO DE JANEIRO

A RETIRADA DA LAGUNA

No centenário natalício do General João Antonio da Costa Campos

(6 DE JANEIRO DE 1849 — 6 DE JANEIRO DE 1949)

Capitão HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN,
Dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará,
de São Paulo e do Rio Grande do Sul, do
Instituto Genealógico Brasileiro e do Insti-
tuto Hans Staden, de São Paulo

Enquanto no Sul, de 1862 a 1864, negras nuvens se acumulavam de maneira traiçoeira e ameaçadora sobre as nossas fronteiras, obrigando-nos mais uma vez a intervir depois na vizinha República Oriental do Uruguai para salvaguarda de nossa honra e atendendo aos anseios da própria população — o país vizinho, oprimida pelo caudilhismo de um governo intrigante e despótico, — achava-se matriculado na então Escola Militar de Ouro Preto um rapaz vistoso e elegante, de tez clara e muito jovem ainda.

Chamava-se este jovem Cadete João Antonio da Costa Campos e nascera na cidade de São Paulo, em 6 de janeiro de 1849, há um século exatamente, onde hoje se acha localizado o "Hotel d'Oeste", nas proximidades do Largo de São Bento, então um dos bairros elegantes da Capital paulista. No dizer de alguns contemporâneos seus, dava-lhe a farda de Cadete brasileiro "ares de soldado francês", mas seu coração e sua alma nunca deixaram de dar "ares" de brasileiro autêntico e apaixonado!

Ao tomar conhecimento da agressão brutal que o Império do Brasil acabava de sofrer em 12 de novembro de 1864 da parte do ditador-presidente da República do Paraguai, o General Francisco So-

lano Lopez, sentiu o jovem Cadete vibrar-lhe na alma todo o seu sentimento de brasileiro e de patriota ardente e entusiasta! Abriu Lopez a guerra de agressão contra nós ao apresar em plena paz o navio brasileiro "Marquês de Olinda", tratando os seus passageiros e sua guarnição como prisioneiros e apossando-se do navio e de toda a sua carga.

O ditador-presidente do Paraguai deixara-se enlevar pela idéia de uma expansão territorial e política a custa de territórios litigiosos com o Brasil e a Argentina e de um pouco mais. Deixara-se, principalmente, arrastar pelas intrigas internacionais que vinham sendo tecidas pelo governo impopular de Montevideu desde 1862, que sempre procurara apresentar, tanto o Império do Brasil como a República Argentina, como inimigos natos da existência livre do Uruguai e do Paraguai, aos quais aqueles andariam desejando partilhar entre si e anexá-los aos próprios territórios! Despenhando-se, assim, pelo plano inclinado dos acontecimentos, Lopez não poderia mais auxiliar aos governantes de Montevideu, cujos dias estavam já contados, mas iria provocar o mais sangrento e longo conflito continental sul-americano, conhecido como Guerra do Paraguai e que prolongar-se-ia até a

morte do próprio Lopez, até 1 de março de 1870, no combate de Cerro-Corá!

Lego a seguir Lopez mandava invadir o Mato Grosso, pois já se tinha preparado cautelosamente e secretamente para nos fazer a guerra. Pretendia apossar-se daquela rica província para reparar, o que muitos paraguaios da época julgavam um erro, isto é, o de haverem os seus antepassados permitido o estabelecimento ai dos portugueses e seus descendentes. Sabia Lopez que a província de Mato Grosso estava completamente aberta e despercebida para uma resistência eficiente. Sabia que o Mato Grosso não poderia ser socorrido com rapidez, uma vez que as suas comunicações de então com o coração político do Império eram difficilissimas. Após encontrarem uma resistência tenaz e compatível com os recursos disponíveis, ocuparam os agressores paraguaios o Forte de Coimbra que fora evacuado em ordem pela sua guarnição! Atos de heroísmo imortais levaram para a nossa História os feitos de pequenos destacamentos fronteiriços, como o de Dourados! Assim, continuaram os fortes contingentes inimigos a penetrar naquella província brasileira sem encontrar mais resistência digna deste nome. Diante do inimigo fugia esbaforida a população em pânico! Os fraguissimos elementos disponíveis na província cobriam esta retirada da população civil brasileira para o Norte. Em principios de janeiro de 1865 evacuavam as tropas brasileiras Corumbá e Miranda, breve alcançadas pelos paraguaios!

A invasão de Mato Grosso despertou geral clamor no Brasil e o Governo Imperial esforçou-se em corrigir o erro patente de se deixar em completo isolamento, sem comunicações seguras pelo interior e sem elementos de defesa, uma província de fronteiras tão extensas e acessíveis. Procurou-se organizar elementos para expulsar os intrusos. Com este intuito ordenou a

convocação de 12.000 homens da Guarda Nacional de Minas Gerais, de São Paulo e de Goiás. Já em principios de abril de 1865 deram-se os primeiros passos para a organização da denominada Coluna Expedicionária de Mato Grosso. Só dois anos depois da invasão paraguaia, isto é, em janeiro de 1867, é que esta coluna chegava a Nioac, contando em vez dos 12.000 homens projetados apenas 1.300. Foi com este efetivo mesquinho que ela atingiu a linha do rio Apa e penetrou ligeiramente no território paraguaio. Daí retirou sem nada haver conseguido de frutuoso e apenas escrevendo uma página *imorredoura de privações e de sofrimentos*, descrita de modo incomparável e emocionante pelo Visconde de Taunay no seu livro "*A Retirada de Laguna*"!

"Entrementes, e no intuito de cooperar com ela, partia de Cuiabá, por via fluvial outra expedição para libertar Corumbá. Em junho de 1867 logrou o seu intento com brilhante êxito, mas depois de rápida permanência em Corumbá, abandonou-a, de novo, em vista da epidemia de varíola que ameaçava dizimá-la e do insucesso da outra coluna brasileira na fronteira do Apa".

"Com o malôgro das duas colunas brasileiras votadas à reconquista dos territórios invadidos, continuou Lopez a dominar nêles. Sômente depois que a nossa esquadra forçou a passagem de Humaitá em 19 de fevereiro de 1868, subiu até Assuncion e ficou, destarte, senhora absoluta do rio Paraguai, ordenou Lopez às suas forças navais e terrestres de Mato Grosso que se recolhessem ao território do Paraguai. Corumbá foi por elas definitivamente abandonada no dia 3 de abril de 1868. Na descida do rio juntou-se aos retirantes o contingente que occupava Coimbra desde 1864." (1)

Estes acontecimentos de Mato Grosso constituíram então apenas o que poderíamos chamar de guer-

(1) General Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", 2º volume, Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.

ra no teatro secundário, pois sua influência foi quase nula sobre os que se desenvolveram no Rio Grande do Sul, em Corrientes e no Paraguai, isto é, no teatro principal, como explanou judiciosamente em sua obra máxima sobre aquela guerra o grande historiador militar brasileiro, General Tasso Fragoso! Daí o sacrifício imposto pelas circunstâncias aos bravos componentes das duas colunas acima citadas, uma das quais tornou-se imortal, graças ao já referido Visconde de Taunay, um dos participantes da mesma!

Foi nesta expedição que o nosso homenageado, e depois General João Antonio da Costa Campos, iria receber o seu batismo de fogo. Seu pai partira para o campo da luta no Sul e o jovem Cadete ficara a cargo de parentes, mas tantas fez que aos 17 anos de idade incompletos se incorporava, como Alferes-em-comissão, aos contingentes que se destinavam a libertar as terras brasileiras do Mato Grosso do domínio do inimigo agressor. Somente profundo sentimento de disciplina e de amor pátrio mantiveram em forma os soldados componentes da "Coluna Expedicionária de Mato Grosso" quando estes alcançaram Miranda e depois Nioac para iniciar a mortal epopeia, tal o estado de penúria da região devastada pelo inimigo! E assim marcharam nesta tentativa balda da primeira contra-ofensiva planejada pelo Império sobre o Paraguai, até alcançarem a denominada *Invernada da Laguna*, em território inimigo! Ai, depois do com-

bate travado a 7 de maio de 1867, iria começar a retirada cujas peripécias se encontram magistralmente traçadas pela pena brilhante do então Alferes de Engenheiros Alfredo d'Escagnolle Taunay em sua obra já citada, cujas páginas, por demais conhecidas aos brasileiros, repetem a cooperação do nosso jovem Alferes-em-comissão naquela sequência de heroísmo, de abnegação em torno do dever militar e da solidariedade humana!

Depois destes sacrifícios imensos, partiu também para as operações no teatro principal e, assim, pôde com orgulho participar, com outros tantos brasileiros e seus aliados argentinos e uruguaios, dos feitos que permitiram à nossa esquadra forçar a passagem de Humaitá, como ficou dito, e conseguir o que antes não fôra possível, isto é, obrigar Lopez a abandonar em princípios de 1868 a sua presa no Mato Grosso!

Hoje repousam o General João Antonio da Costa Campos com os seus companheiros de sacrifícios e de lutas, bafejado pela glória imortal e comemorado pela gratidão das gerações presentes, no monumento-mausoléu que a Pátria ergueu aos heróis e mártires de Laguna e Dourados na tradicional Praia Vermelha, no Rio de Janeiro!

Repousa nos nossos corações como um exemplo vivo de desprendimento e de dedicação aos interesses supremos e impessoais da Pátria, à qual dedicou toda a sua existência como soldado, como homem público e como educador! (2)

(2) Lido em São Paulo, na sessão solene de encerramento das comemorações do 1.º Centenário do General Costa Campos, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na presença da veneranda viúva do veterano da Retirada da Laguna, do historiador e polígrafo, Dr. Afonso E. Taunay, do General Manuel de Azambuja Brilhante, Comandante Interino da 2.ª R.M., representantes de demais autoridades locais e convidados.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA

"O viver no desequilíbrio monetário fez o homem do nosso tempo sentir violentamente a que ponto a sorte dos indivíduos e da comunidade depende do estado da moeda". (H. Trucky em *A Moeda e a Fixação dos Preços* de L. Baudin).

AS PROMOÇÕES NO EXÉRCITO E A SUA LEI

Gen. THEODURETO BARBOSA

A verdadeira grandeza é um mistério. Não é em virtude de um julgamento inspirado pelos atos, senão por um obscuro sentimento, que discernimos ou recusamos o título de grande. Não basta para isso, apenas, o juízo das pessoas entendidas; é preciso um sentimento unânime. (J. Buckhardt — Reflexions sur l'histoire du monde).

I

Voltam ao debate da opinião inessada as promoções no Exército. Na verdade, desde a controvertida, mas, por muito tempo respeitada, lei de 91, o assunto jamais deixou de inflamar intensamente o meio militar. Outras, sucessivamente, mais tarde a substituíram, sem que houvesse mudança no estado permanente de insatisfação. Fosse pela influência benéfica dos seus feitos, ou pelos malefícios provocados pela sua desastrada aplicação, o resultado evidente aos olhos de todos, é a falta persistente de um instrumento facultando regular, com critério, atos de tão sérias consequências.

A promoção não põe em jogo, apenas, um interesse capital do país. Influindo na vida e na carreira dos indivíduos responsáveis pela sua segurança, os seus processos e prática têm repercussão direta nos interesses particulares dessas pessoas, e, por isso mesmo, indiretamente se refletem na organização e eficiência de suas Forças Armadas. Sendo constituída por um regime rigoroso de seleção, deve o seu processo começar por um sistema completo e amplo, cuja origem remonte à vida pregressa do oficial, a partir do seu ingresso na Escola Militar. Com raras exceções, o homem de farda confirma, quase

sempre a vocação e atitudes manifestadas nesses institutos de formação e é mais tarde o profissional dedicado e convicto, ou o aproveitador comodista e sem escrúpulos, dos bancos escolares de seu tempo. Impõe-se, assim, um cuidadoso e inexorável afastamento dos elementos de caráter duvidoso, antes, mesmo, da discriminação biométrica, ou separação pelos testes de inteligência. As qualidades dos quadros de uma tropa, suas virtudes ou insuficiências, dimanam do ensino, exemplos e costumes inculcados nos centros de formação, fontes restritas e excelentes à observação e à vigilância. Mas, só atingem a um grau consistente e estável, quando for estabelecido um regime de seleção complementar, destinado a eliminar os dissimuladores, ou os tornados, por circunstâncias supervenientes, incapazes à permanência na carreira. Dá-se nessa altura, então, a interferência da Lei de Promoções, e, aqui, com o desejado efeito da conhecida figura da faca de dois gumes: para afastar o membro comprometido ou indesejável, e acelerar o acesso do elemento capaz e eficiente, premiando-se, assim, seus serviços e méritos, em benefício da sua corporação.

Repousa no equilíbrio do sistema escola de formação — lei de acesso, com ligeira influência de outros fa-

tões secundários, a solidez e eficácia de qualquer organização militar. E, reciprocamente, sem esses requisitos seria impossível ter-se uma força armada constituída, a não ser fosse admissível a exequibilidade de uma navegação segura, em uma nau construída e tripulada por guarnição estranha à vida do mar. O esquecimento e desrespeito desse postulado já se vão fazendo sentir. A constituição dos nossos quadros tendo-se efetuado, por motivos conhecidos, de forma tumultuária, nestes três últimos decênios, não são de estranhar-se as inconveniências, desapontamentos e mal-estar indistigáveis e já impossíveis de dissimular, cujos efeitos desagradáveis e desprestigiados estão despontando, com amudada frequência, em certas partes do país. É preciso abrir bem os olhos e enfrentar essa fermentação inquietante, porque não é apenas um efeito momentâneo, mas fermento sutil, de ação permanente, a minar, há alguns anos, a vida e coesão do Exército.

As comoções políticas passaram, é bem verdade. Contudo, suas raízes e os hábitos viciosos e persistentes deixados, continuaram florescendo e dando frutos amargos, como são o recrutamento e acesso dos quadros militares contemporâneos. Está aí a origem dos tremores acusados pelos nossos sismógrafos, a cuja influência é inútil procurar fugir sem antes empreender obra de previsão, cautelosa e operante, em busca de fundações sólidas para edificio novo. Estando comprovado o retardo do amadurecimento mental, em média, de nossa mocidade, evite-se a saída da escola de jovens sem idade e sem vocação definida, se porventura se pretende irradiar os inconformados, comodistas, eternos tiradores de cursos e sempre a procura de um canto, onde lhes sobre tempo para as reclamações, queixas, reivindicações e abaixo-assinados. Formam esses descontentes o grupo perigoso dos exigentes de promoções rápidas sempre crescentes e fáceis e de aumentos constantes dos vencimentos. Para agravar essa feição equivocada e chocante, dan-

do-lhe um colorido mais carregado, têm-se alguns dispositivos e aplicações da Lei de Promoções. Baseados na concessão de dádivas pessoais e com a virtude dúbia de favorecer hoje e prejudicar amanhã, descontentando a todos, além de provocar uma situação de desconfiança e insegurança, esses incisos chegam à aberração de não consagrar a expressão de direito algum. O acesso na carreira é para o militar permanente um ato essencial e de tanta importância, quanto as funções orgânicas à sua existência. Ninguém pode feri-lo sistematicamente sem praticar, ao mesmo tempo, uma subversão e início de desagregação. Respeitá-lo é como dizia ROY BARBOSA, (Cartas da Inglaterra), "Virtude cardeal, hábito de colocar os direitos permanentes da justiça em altura inacessível às conveniências do Governo, às crises políticas, ao clamor das tormentas populares".

É tempo, se ainda o é, de mudar de rumo. Devido às injustiças e não poucos escândalos praticados, nos dois últimos decênios, à sombra de uma lei publicada, republicada, refundida, modificada até por avisos reservados, cujas consequências estão aí à vista, há um clamor geral, voz de uma opinião quase unânime, pedindo uma lei justa para disciplinar as promoções no Exército.

Apelemos para novas sementes, começando pela sementeira principal constituída pela Escola Militar e suas fontes tributárias de alimentação — Colégio Militar e Escolas Preparatórias.

Para abreviar a colheita dos frutos e atenuar os males sabidos e reconhecidos, promova-se a aprovação de uma lei inteiramente diferente daquela, cujos processos resultaram em promoções desabonadoras do sistema empregado. Reconhecidamente defeituosos e de efeitos condenáveis. Regime permitindo a promoção de elementos indesejáveis e incapazes, moral ou profissionalmente, e fomentador de fenômenos mentais, à semelhança do singular milagre ocorrido com o jesuita famoso. Só com esse regime austero e patriótico se terá

quadros sadios, com caráter e ins-
truídos.

II

Não se pode confiar cegamente nos efeitos miraculosos de um texto de lei. Este, sendo inerte e quase sempre inspirado por intenções nobres e elevadas, nenhum perigo ou sabedoria encerra em si mesmo, senão esbarrar com a alternativa de uma execução clamorosa ou justa. A excelência de uma lei repousa, exclusivamente, em sua boa aplicação, dependendo, por isso, mais dos dotes de caráter e de espírito de seus executores, antes que de seus princípios e fundamentos. A técnica de sua redação deve, pois, ter em vista, acima de qualquer outra preocupação, os bons ou maus costumes de quem vai aplicá-la, pelo menos, enquanto perdurar a influência dos julgadores formados pelos regimes repudiados.

Dessarte, enquanto não se generalizarem os benefícios daquela lei-zinha, lembrada pelo ceticismo do erudito CAPISTRANO DE ABREU, a nossa lei de promoções, deve, a um tempo, consagrar os princípios fundamentais do direito ao acesso e estabelecer limites, bem definidos e restritos, à imaginação e munificência dos juizes encarregados de apurar esses direitos.

Sua letra deve ser bem simples e não se prestar a nenhuma interpretação; e, além de concisa e clara, deve de preferência consagrar a definição e ponderação de elementos e expressões concretas, capazes de serem transformadas em dados numéricos. E, antes de tudo, ao invés de procurar um rejuvenescimento indiscriminado dos quadros, deve visar ao aceleramento da carreira dos mais capazes, aferida essa capacidade profissional, pelo triplice aspecto físico, moral e intelectual, expressos por manifestações concretas, definidas pela lei específica. Um dos maiores males da lei de promoções vigente são os seus conceitos vagos e abstratos. A sombra dos seus dispositivos enfáticos, sonoros, mas inoperantes e inócuos, por impraticáveis ou de difícil aplicação, medraram as injus-

tiças, os atos inescrupulosos. Surgiu, então, para cúmulo da ironia, uma fauna de luminares bem aquinhoados, cujos méritos e serviços brilham, apenas, nas insígnias recebidas, em numerosos casos, por valimento e favoritismo. Em contraste registou-se a postergação e menosprezo das qualidades reais e direitos de reconhecidas capacidades profissionais.

Só o curso de formação militar, ou civil adequado à especialização dos Serviços, poderá permitir o ingresso ao oficialato.

Começando por uma Escola Militar onde só ingressem os moços de vocação militar e não os atraídos pelos estudos baratos e remuneração imediata, deve-se terminar por um sistema de promoções capaz de premiar os bons serviços, abreviar o acesso dos mais aptos aos comandos ou chefias e, quando for o caso, afastar os doentes, inadaptados, negligentes, fracassados ou incompatibilizados, ainda, aqui, julgados sob um dos três pontos de vista indicados e por atos comprovados devidamente. Adotado um gabarito resultante de normas tendo essa objetividade, jamais veríamos sair oficial, um aluno obstinado em não acertar o passo nas formaturas, nem continuar nas fileiras e ter acesso a novos postos, oficiais condenados por desfalques, ou desidia, ou incapacidade, além de outros inválidos e com incompatibilidades chocantes com a carreira das armas. É negável ser esse um justo, econômico e operante processo de possibilitar o acesso dos capazes, invés de sustentar as cadeiras onde proliferam os comodistas e desajustados, em número cada vez maior. Em nenhum ramo da profissão militar deverá ser admitido, nem conservado, o indivíduo sem vocação, ou os desiludidos dos primeiros entusiasmos, nem os sabidamente doentes. O serviço militar exige a capacidade física integral, não sendo admissível a permanência senão dos elementos hígidos, em condições de servirem em todos os climas e altitudes e se submeterem a qualquer regime de alimentação. Quer se trate do combatente, do técnico, do professor, ou

dos quadros dos serviços, a primeira condição para ingressar e permanecer no serviço das armas, é saber compreender a nobreza do seu sentido e ter por essa servidão dignificante, os sentimentos elevados tão bem descritos por ALFREDO DE VIGNY. É preferível apelar-se aos civis competentes e conceituados para o preenchimento de cargos do professorado, de técnicos e, até em alguns serviços, a preenchê-los com elementos sem entusiasmo, ou egressos das fileiras, em busca de posições mais confortáveis e vantajosas.

O estatuto para as promoções no Exército deve dividir-se em duas partes, completamente separadas: a Lei de Promoções e o seu Regulamento, ou anexo. Uma, contendo os elementos fixos e intangíveis, a outra, os variáveis, conforme determinadas circunstâncias bem especificadas.

A lei, constante do menor número de artigos possível, fixa os princípios fundamentais do direito à promoção; a maneira de preencher os seus requisitos; o modo de apreciar a natureza e valor desses requisitos; e estabelecer as condições para o afastamento transitório, ou definitivo, dos julgados deficientes ou incapazes.

Compete-lhe, além do mais, manter o equilíbrio dos quadros, nas armas e serviços. Seus moldes devem tornar impossível o acesso vertiginoso em uma Arma, enquanto elementos contemporâneos de outras, ou alguns mais antigos ainda, marquem passo. Esse desnível exerce uma influência tirânica na vida do oficial, dando um golpe mortal na hierarquia e na vocação de muitos, quando chega, na Escola, o momento de escolher a arma. Como é humano e aparentemente razoável, todos se inclinam pelo lado egoístico e utilitário, decidindo-se pelo caminho mais curto e mais suave ao acesso rápido e pouco trabalhoso. Constitui essa norma um fator de descontentamento e desagregação, de consequências lentas, mas sombrias, precisadas, por isso mesmo, de um corretivo imediato.

Não é fácil estabelecer um diploma de caráter permanente, enumerando as condições básicas de acesso e os processos mais convenientes e justos de aquilatar-las. Se não unânimes as opiniões a respeito das falhas dos métodos vigentes, são poucos e pouco aceitáveis os subsídios e sugestões lembradas para corrigi-los, alguns porque agravariam o mal em causa e outros por serem frutos de interesse pessoal. A lei tem de ser de feição geral e sem tendências individualísticas, embora cumpra a todos os interessados e ao órgão controlador, em magna parte, a colaboração durante a fase de sua elaboração e de sua aplicação.

O princípio fundamental de promoção deve ser a antiguidade. É o mais certo e seguro e menos sensível às chicanas. De outro lado, não é prudente matar-se o estímulo, nem deixar de recompensar, dentro de limites razoáveis, o esforço e a capacidade reconhecidos. Aquêl princípio não pode ser consagrado de modo absoluto, porque anula as manifestações de iniciativa e nivela injustamente os valores, assim como a melhora da antiguidade não deve subverter a condição básica, por seu emprego indiscriminado e sem moderação. O afastamento compulsório, já existente, e o decorrente das novas disposições, estabelecerão o equilíbrio entre as duas modalidades.

Antes da antiguidade de posto, a capacidade física deve ser considerada coeficiente preponderante ao acesso. Seguir-se-ão na ordem preferencial, o espírito militar, a cultura profissional, o tempo de serviço e o de arregimentação total e no posto. Essa arregimentação será para os técnicos, professores e serviços, apreciada pelo desempenho efetivo da função em cargos não burocráticos (não compreendidas as chefias ou direções). Compreendendo-se como função burocrática, aquelas cujo exercício exige jornada de menos de 8 horas no local de trabalho.

Essas manifestações e atitudes da atividade militar serão avaliadas por dados numéricos, cuja soma

algébrica dará a colocação por ordem decrescente do seu valor absoluto e por postos, na relação de promoções.

O caráter, a inteligência, a capacidade moral e a conduta civil e militar são consideradas expressões inerentes à pessoa do oficial e serão implicitamente estimados, na forma de ponderação numérica definida pela lei em apêço.

O processo de apreciação do mérito de cada oficial e sua colocação no quadro de acesso constituem a um tempo o regulamento, ou anexo à lei, e o regimento interno da comissão de promoção. Será organizado de sorte a dar ensejo às contribuições dos Cmts. de R. M., G. U. e Diretores de Serviços, constituídos, assim, em colaboradores naturais do acesso dos seus subordinados diretos. Eliminar-se-á, por um mecanismo peculiar, a possibilidade de consagrar-se o privilégio de guarnições mais favorecidas, instituindo-se um sistema assecuratório do direito à promoção, independente da sede de serviço do oficial, mas, de sorte a evitar a elevação aos altos postos por oficiais desconhecidos dos companheiros de arma. Esses devem conhecer as exigências para melhoria de sua antiguidade, procurando satisfazê-las espontaneamente, porque o seu acesso dependerá exclusivamente das suas qualidades profissionais e dos seus esforços, apreciados pela Comissão de Promoção, no desempenho delicado do papel de junta apuradora. Os destinos e futuro do oficial ficarão entregues à sua própria capacidade. A C.P. no exercício de uma verdadeira judicatura apenas fiscalizará o funcionamento de sua secretaria, homologando, sob sua responsabilidade, a apuração por ela julgada legal. Uma vantagem surgirá imediatamente: uma só comissão e um único processo de promoção, para todos os oficiais.

O assunto convida à meditação. De sua solução justa e satisfatória dependerão o restabelecimento da harmonia e coesão nos quadros e o prestígio estável dos chefes.

III

Consoante ao exposto em linhas anteriores, a Lei de Promoções do Exército e o seu regulamento, poderiam ser elaborados nos moldes do subsídio abaixo esboçado.

LEI DE PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO

CAPÍTULO I

Princípios Fundamentais

Art. 1º. Esta lei regula as promoções em tempo de paz. As promoções feitas nos teatros de operações, ou executadas nestes T.O. por necessidade de guerra externa efetiva, serão regidas por lei especial.

§ 1º. Depois de satisfeitas as condições de curso os oficiais ou praças promovidos na guerra terão seus postos assegurados definitivamente e concorrerão às novas promoções de acordo com os princípios gerais então em vigor.

§ 2º. Nas operações de guerra interna, os atos relevantes serão apurados para melhoria de antiguidade, apenas, quando praticados em defesa das instituições vigentes. Os serviços prestados em circunstâncias análogas vencedoras, serão premiados sob a designação de "relevantes à situação tal" e quando o oficial não possuir os requisitos legais, não lhe conferirão direito a novos acessos, enquanto não estiver habilitado devidamente.

Art. 2º. Fora do serviço do Exército o oficial não poderá ser promovido, a não ser na Reserva e, nesse caso, na forma definida em lei específica.

Art. 3º. Só o curso da Escola Militar, ou os de regularização nela efetuados confere os direitos de ingressar no quadro de oficiais.

Parágrafo único. As leis peculiares ao Ensino do Exército e Regulamentos dos seus estabelecimentos de formação não permitirão tenham seus cursos fundamentais menos de quatro anos de currículo. As cadeiras militares essenciais serão comuns a todos os cursos.

Art. 4º. O recrutamento para o magistério e escolas técnicas será feito, exclusivamente mediante concurso, entre oficiais classificados, nos cursos fundamental e da Arma, ou civis correspondentes, com média geral, pelo menos igual a 7,5.

Parágrafo único. Na falta de concorrentes militares em um e outro caso, poderão inscrever-se

civis oficiais da reserva para o ensino de matérias ou exercícios de especializações compatíveis com suas profissões.

Art. 5º. A nenhum brasileiro poderão ser conferidos postos do Exército a título honorífico.

Art. 6º. O ingresso no quadro das Armas e Serviços só será permitido no posto inicial da escala hierárquica, assim constituída:

Oficiais subalternos.....	Aspirante a Oficial. 2º Tenente. 1º Tenente.
Capitães.....	Capitão
Oficiais superiores.....	Major. Tenente-Coronel. Coronel.
Oficiais-Generais.....	General de Brigada. General de Divisão. General de Exército.

Art. 7º. O acesso aos postos da hierarquia militar será gradual e sucessivo e será anulado se o nome do oficial contemplado não constar do respectivo quadro.

Art. 8º. A promoção é um processo de seleção e visa:

1) a acelerar o preenchimento dos cargos de Comando e Chefias, por elementos reconhecidamente capazes;

2) a recompensar os bons serviços, realmente prestados e justamente aquilatados;

3) a afastar os elementos julgados doentes, ineficientes, desiduosos, ou incompatibilizados com a carreira militar.

Art. 9º. Nessa seleção têm influência decisiva, atuando em concomitância, os valores físicos, profissionais e morais do oficial e terá por base o número de ordem ocupado na escala, segundo sua antiguidade de posto.

Art. 10. A promoção ao generalato será por escolha entre os coronéis mais antigos e habilitados com o curso de E.M. ou Técnico pelo menos com a menção "Bem". Os dos Serviços devem ter fre-

quentado com aproveitamento, expresso pelo menos pela menção "Bem", a E.E.M., sem contudo receber diploma.

Parágrafo único. Nessas promoções deve ser respeitada a proporção entre o número dos Coronéis das Armas habilitados. Quando não existir oficiais nessas condições as promoções serão distribuídas pelos outros, guardado sempre o critério da proporcionalidade.

Art. 11. A bravura praticada em T.O. externos dará direito à promoção, efetuado pelo Comando-Chefe. Nas campanhas internas serão apreciadas na forma do § 2º do art. 1º, a não ser no caso de morte em combate ou consequência de ferimento, ou moléstia, quando será feita post-mortem.

Art. 12. A promoção será feita por antiguidade real de posto, até a de Capitão inclusive. Nos outros postos, por esse princípio e a antiguidade melhorada.

§ 1º. O equilíbrio entre as promoções das turmas contemporâneas das diferentes armas será mantido pelo nivelamento dos cargos afins, até o posto de Capitão, tomando por base a analogia das

funções, as necessidades de cada arma, as comissões permanentes ou burocráticas e a semelhança de serviço (blindados ou motorizados, trans., pára-quedismo, defesa A.A. e A.C. etc) de modo a forçar um ritmo, nas promoções, sensivelmente igual, até Cap., em tôdas as armas. A C.P. fará as propostas nesse sentido ao Ministro da Guerra;

§ 2º. A D.P. cumpre fazer as classificações de modo a assegurar o princípio dêsse nivelamento.

Art. 13. Quando o oficial atingir na sua escala, a partir de Capitão inclusive, ao quinto dos Gen. Div. e Cel.; ao sexto dos Gen. Bda. e Ten-Cel.; ao duodécimo dos Maj.; ao vigésimo dos Cap.;

suas antiguidades começarão a ser melhoradas, para efeito de colocação no quadro de acesso.

Art. 14. A promoção obedecerá rigorosamente ao número de ordem da colocação nesse quadro, organizado semestralmente pela C.P.. Quando o quadro fôr renovado, os remanescentes do antigo ocuparão, na mesma ordem, os primeiros lugares do novo quadro.

Art. 15. São requisitos para melhoria da antiguidade a apreciação das manifestações de:

Capacidade física;

Espírito Militar;

Cultura geral e profissional, apreciados pelas expressões abaixo discriminadas:

A — Capacidade física (Saúde)	I — Apto para o posto....	<ul style="list-style-type: none"> 1) Satisfatório 2) Pleno
	II — Precário...	<ul style="list-style-type: none"> 1) Baixa H.M. <ul style="list-style-type: none"> Moléstia adquirida em campanha Serviço ou não 2) Parte doente
	III — Incapaz...	<ul style="list-style-type: none"> 1) Definitivo 2) Transitório

- I — Tempo de serviço militar efetivo (descontados todos os alistamento, menos férias ou trânsito).
- II — Tempo de campanha { 1) Tropa
2) E.-M.
3) Emprego ou retaguarda
- III — Exercício da função { 1) Arregimentado { 1) Zonas insalubres
2) Interior
3) Capitais
2) E.-M. { 1) R.M. ou G.U.
2) Repartições
3) Comissões.... { 1) transitórias
2) permanentes até 3 anos
4) Burocracia... { 1) empregos previstos nos quadros de efetivo
2) ou não previstos
- B) Espírito Militar { 1) Civil..... { 1) Como cidadão.
2) Como chefe de família.
3) Como elemento social.
- IV — Procedimento { 1) Militar.... { 1) Zêlo pela função.
2) Iniciativa e desembaraço.
3) Espírito de cooperação.
4) Conceito gozado na classe.
5) Pontualidade.
3) Referências elogiosas { 1) Pessoais por serviço individual prestado.
2) Coletivos.
- V — Inibições funcionais { 1) Licenças... { 1) Tratamento pessoa família.
2) Especial.
3) Outros motivos especificados, ou não.
2) Desempenho de funções civis de qualquer natureza.
- VI — Conduta (Punições) { 1) Disciplinas { 1) Repreensão.
2) Detenção.
3) Prisão.
2) Crimes.... { 1) Culposos.
2) Dolosos.
3) Contra a dignidade militar { Título I capítulo 4º.
Título V e VI.
Título VIII cap. 2, 3, 4, 5, 6 e 7.
Todos os cometidos em tempo de guerra, tudo do C.P.M. ou correspondendo no C.P. Civil.

C — Cultura Geral e Profissional	I — Curso de Formação	<table><tr><td>1) Regular (simplesmente gr 4-5).</td></tr><tr><td>2) Bem (plenamente gr 6-8).</td></tr><tr><td>3) Muito Bem (distinção gr 8,5-10).</td></tr></table>	1) Regular (simplesmente gr 4-5).	2) Bem (plenamente gr 6-8).	3) Muito Bem (distinção gr 8,5-10).												
	1) Regular (simplesmente gr 4-5).																
	2) Bem (plenamente gr 6-8).																
	3) Muito Bem (distinção gr 8,5-10).																
	II — E.A.O.	<table><tr><td>1) Regular (gr 4-5).</td></tr><tr><td>2) Bem (gr 6-8).</td></tr><tr><td>3) Muito Bem (gr 8,5-10).</td></tr></table>	1) Regular (gr 4-5).	2) Bem (gr 6-8).	3) Muito Bem (gr 8,5-10).												
1) Regular (gr 4-5).																	
2) Bem (gr 6-8).																	
3) Muito Bem (gr 8,5-10).																	
III — E.E.M.	<table><tr><td>1) Regular (gr 5).</td></tr><tr><td>2) Bem (gr 8-8).</td></tr><tr><td>3) Muito Bem (gr 8,5-10).</td></tr></table>	1) Regular (gr 5).	2) Bem (gr 8-8).	3) Muito Bem (gr 8,5-10).													
1) Regular (gr 5).																	
2) Bem (gr 8-8).																	
3) Muito Bem (gr 8,5-10).																	
IV — Outros Cursos Militares — Mesmas condições da E.A.O.																	
V — Cursos civis, afins	<table><tr><td>Engenharia, eletricidade, química para os combatentes; medicina para farmácia e vet.; Direito ou economia para os intendentes.</td><td>Mesmas condições dos cursos de formações.</td></tr></table>	Engenharia, eletricidade, química para os combatentes; medicina para farmácia e vet.; Direito ou economia para os intendentes.	Mesmas condições dos cursos de formações.														
Engenharia, eletricidade, química para os combatentes; medicina para farmácia e vet.; Direito ou economia para os intendentes.	Mesmas condições dos cursos de formações.																
VI — Aplicações	<table><tr><td>1) Diretor de ensino ou professor (menção Bem ou Muito Bem).</td><td><table><tr><td>E.M.</td></tr><tr><td>E.A.O.</td></tr><tr><td>E.E.M.</td></tr><tr><td>E.S.G.</td></tr></table></td><td>Durante três anos, sendo um estagiário.</td></tr><tr><td>2) Organizar e dirigir Manobras ou Exercício correspondente de G.U. ou G.T. semelhante, durante 2 anos pelo menos.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>3) Publicar obra militar julgada útil e aprovada sem restrição pelos E.M.E. e E.M.G.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>4) Realizar curso de conferências em Estabelecimento Militar, Q.-G., Universidades (quando escalado).</td><td></td><td></td></tr></table>	1) Diretor de ensino ou professor (menção Bem ou Muito Bem).	<table><tr><td>E.M.</td></tr><tr><td>E.A.O.</td></tr><tr><td>E.E.M.</td></tr><tr><td>E.S.G.</td></tr></table>	E.M.	E.A.O.	E.E.M.	E.S.G.	Durante três anos, sendo um estagiário.	2) Organizar e dirigir Manobras ou Exercício correspondente de G.U. ou G.T. semelhante, durante 2 anos pelo menos.			3) Publicar obra militar julgada útil e aprovada sem restrição pelos E.M.E. e E.M.G.			4) Realizar curso de conferências em Estabelecimento Militar, Q.-G., Universidades (quando escalado).		
1) Diretor de ensino ou professor (menção Bem ou Muito Bem).	<table><tr><td>E.M.</td></tr><tr><td>E.A.O.</td></tr><tr><td>E.E.M.</td></tr><tr><td>E.S.G.</td></tr></table>	E.M.	E.A.O.	E.E.M.	E.S.G.	Durante três anos, sendo um estagiário.											
E.M.																	
E.A.O.																	
E.E.M.																	
E.S.G.																	
2) Organizar e dirigir Manobras ou Exercício correspondente de G.U. ou G.T. semelhante, durante 2 anos pelo menos.																	
3) Publicar obra militar julgada útil e aprovada sem restrição pelos E.M.E. e E.M.G.																	
4) Realizar curso de conferências em Estabelecimento Militar, Q.-G., Universidades (quando escalado).																	

Art. 16. A capacidade profissional (física, moral e intelectual) do oficial continuará a ser avaliada, como o seu preparo durante o curso de formação. A cada ex-

pressão de atividade do artigo anterior será atribuído o valor numérico (grau) e o multiplicador positivo ou negativo (coeficiente), dos quadros abaixo:

EXPRESSÕES	TÍTULOS	SUBTÍTULOS	DEFINIÇÃO	GRAU	COEFFICIENTE	OBSERVAÇÕES
A) Capacidade Física (Saúde)	I — Incapaz	Definitivo	Moléstia contagiosa ou incurável.	0	—	1ª) Passa à Reserva com todos vencimentos. Sendo moléstia consequente da campanha ou serviço, no posto imediato.
		Temporário	Se inibe da arrematamento até 6 meses para tratamento.	4	— 1	2ª) Se o impedimento permitir o aproveitamento até 1 ano em cargo burocrático para recuperação, o coeficiente é positivo.
		Satisfatório	Quando as inibições permitem exercício pleno da função.	7	2	3ª) Em qualquer clima ou função.
	II — Apto à função do posto	Pleno	Sem qualquer restrição....	10	3	4ª) Saúde perfeita.
		Inibição temporária ou climática.	Permitindo exercer emprego em cargo burocrático até 1 ano.	4	1	5ª) Nos 3 casos deste Subtítulo, por mais de 1 ano, passa à Reserva, nas mesmas condições da 1ª observação.
	III — Precária	Baixa ao H.M. parte de doente.	Em cada posto..... Em cada posto.....	4 4	— 1 — 1	6ª) Doente na residência por mais de três dias, equivale a baixa ao H.M. ou parte de doente.
B) Espírito Militar	I — Tempo de serviço efetivo	Descontados os afastamentos de qualquer natureza (menos o tempo de escolas, trânsito e férias).	Apurado pelo exercício pleno da função do posto, cargo ou empregos regulamentares, ou Comissões Militares.	10	3	1ª) Total da carreira, em todos os postos.
				7	2	2ª) 4/5 do tempo total da carreira, no mínimo.
				4	1	3ª) 1/3 do tempo total da carreira, no mínimo, caso contrário passa à Reserva. Quando o emprego não for previsto no quadro de efetivo, o coeficiente é negativo, após 3 meses.

EXPRESSIONES	TÍTULOS	SUBTÍTULOS	DEFINIÇÃO	GRAU	COEFFICIENTE	OBSERVAÇÕES
II — Tempo de campanha		Avaliado para cada campanha (pelo menos 2/3 da duração).	Na frente (E.M. ou tropa).	10	3	1ª) Serviço em Q.-G. não sendo diplomado em E.M. é computado como emprego.
			Retaguarda ou emprego...	7	2	2ª) Baixado ou licenciado por ferimento ou moléstia consequentes do serviço passa à categoria de empregado.
			Baixado ao H.M. ou licenciado.	4	— 1	
B) Espírito Militar (continuação)		Arregimentado	Zonas insalubres.....	10	3	1ª) No máximo 2 anos de serviço. Depois é considerado interior.
			No interior.....	8	2	2ª) Cidades do interior sem cursos ginásiais completos são consideradas como insalubres e o serviço é de 3 anos.
			Nas capitais.....	8	1	3ª) Manaus, Belém, Terezina, S. Luiz, Cuiabá e Goiânia são equiparadas às cidades do interior.
						4ª) Nas capitais e cidades do interior o tempo mínimo de serviço é de 3 anos e o máximo de 5 anos. Aquém do tempo mínimo e além do máximo, neste caso se não houver uma interrupção de 2 anos, no mínimo, o coeficiente passa a ser negativo.
III — Exercício da função		E.M.	Q.-G. em zona de fronteira.	10	3	1ª) A função de E.M. é integrante e inerente dos Cndos.
			Repartições. { M. Guerra. E.M.G. E.M.E.	8	2	2ª) As outras condições são consideradas análogas à arregimentação, se não colidirem com as especificadas aqui.
			Z.M., R.M., G.U. e professores de estabelecimentos militares.			3ª) O trabalho em E.M. para oficial não diplomado pela E.M. é considerado emprego.
			Outras comissões.....	5	1	

EXPRESSÕES	TÍTULOS	SUBTÍTULOS	DEFINIÇÃO	GRAU	COEFFICIENTE	OBSERVAÇÕES
B) Espírito Militar (continuação)	III — Exercício da função	Diretor de ensino ou professor. Organizar e dirigir Manobras de G. U. e G. T. correspondente, com tropa. Publicar trabalho militar, ou técnico militar. Realizar curso de conferências.	Nas E.M., E.S.G., E. Técnica, E.A.O., E.M.	8	2	1ª) Até 3 anos, consecutivos ou não, como Cap. ou oficial superior e General. Se exceder, o coeficiente é negativo. 2ª) Quando aprovadas ou assistidas pelo escalão superior.
			Pelo menos durante 2 anos consecutivos ou não.	10	3	3ª) Se mandado editar pelo Ministério da Guerra.
			Julgado, e aprovado, sem restrições pelo E.M.E.	7	2	
			Nos estabelecimentos de ensino militar, Q.-G. e Universidades (quando escalado).	5	1	
		Comissões	Permanentes até 2 anos...	10	1	1ª) Depois de 2 anos o coeficiente passa a negativo.
			Especiais (transitórias)....	7	2	2ª) As especiais são exercidas por oficiais de aptidão reconhecida e o desempenho cabal, satisfatório ou não é publicado em boletim.
			Ordinárias (de escala).....	4	1	
		Cargos Burocráticos	Recuperação da saúde.....	4	1	1ª) Durante 1 ano e não ficando apto passa à Reserva.
			Previsto nos quadros.....	5	1	2ª) Não excedendo de 2 anos, consecutivos ou não, caso contrário o coeficiente torna-se negativo, depois de 3 anos e não conta pontos depois de 2.
			Não previsto nos quadros.	3	1	3ª) Até 3 meses, e após os quais o coeficiente se torna negativo.

EXPRESSIONES	TÍTULOS	SUBTÍTULOS	DEFINIÇÃO	GRAU	COEFICIENTE	OBSERVAÇÕES
B) Espírito Militar (continuação)	IV — Procedimento	Civil	Como cidadão.....	5	2	1ª) Esquivar-se de votar, ou a qual-quer dever da cidadania, torna o coeficiente negativo.
			Como chefe de família....	7	2	2ª) Abandonar a esposa, ou filho legítimo ou ilegítimo, sem motivo pro-vido em juízo; manter ligações maritais ilegais, ou públicas ou es-candaloosas, torna o coeficiente ne-gativo.
			Como elemento social.....	5	1	3ª) Partilhar de escândalo público, ou em meios sociais, não ser sócio de sua sociedade de classe ou esqui-var-se de assinar revistas militares, oficiais ou oficiais, torna o coefi-ciente negativo.
		Militar	Zêlo pela função, pelo pre-paro pessoal, espírito de justiça e pontualidade.	10	3	1ª) 3 observações ou uma punição tor-nam os coeficientes respectivos, ne-gativos.
			Iniciativas, desembaraço, ou espírito de cooperação.	8	2	2ª) Ao chegar e ao sair do corpo, há um escrutínio secreto. No caso de empate ou maioria de símbolos ne-gativos no 1º, o oficial fica em ob-servação. Confirmado no 2º o coe-ficiente torna-se negativo. 3 escri-tínios consecutivos ou não, nega-tivos em 3 corpos diferentes, passa à Reserva, por deficiência de con-ceito na classe.
			Conceito gozando na classe.	5	2	
Elogio ou louvor			Individual, por serviço pes-soal prestado.	10	3	1ª) A referência deve declarar se é pes-soal ou coletiva; a natureza do serviço e o seu desempenho.
			Coletivos.....	5	2	2ª) Ser negligente, injusto ou favorecer, por amizade ou antipatia, feita e provada a reclamação, tornam o coeficiente negativo do autor.
			Agradecimentos.....	3	1	3ª) Nenhuma referência durante o ano, torna negativo o coeficiente das co-letivas.

EXPRESSIONES	TITULOS	SUBTITULOS	DEFINICAO	GRAU	COEFF. CIENTE	OBSERVAÇÕES
B) Espírito Militar (continuação)	V — Impedimentos funcionais	Licenças	Para tratamento de pessoa de família.....	5	— 1	1ª) Licença por mais de 1 ano consecutivo ou não, por motivo de saúde de pessoa de família ou por qualquer outro motivo, passa à Reserva.
			Especial.....	3	— 1	2ª) Desempenho de cargos ou funções civis por mais de 2 anos, consecutivos ou não, passa à Reserva.
			Por motivos especificados em lei, ou não.....	5	— 1	
			Desempenho de cargos ou comissões civis.....	5	— 2	
			Afastamento da função por motivos fixados em lei (não sendo por crime).....	8	— 2	
	VI — Conduta	Punições	Repreensão.....	3	— 1	1ª) 2 repreensões equivalem a uma detenção, 3 a uma prisão.
			Detenção.....	7	— 2	2ª) 5 ou mais prisões ou detenções, passa à Reserva.
			Prisão.....	10	— 3	3ª) Qualquer punição isolada prescreve dentro de um decênio e deverá ser cancelada, a pedido escrito do interessado, pelo seu Cmt. ou Chefe, em Boletim.
			Culposos.....	10	— 3	1ª) Qualquer condenação pelos crimes do Título I Cap. 4º; Títulos V e VI; Título VIII, Cap. 2 a 7; e todos do Título único tudo do C. P.M., se for menor de 2 anos, importa na passagem à Reserva.
			Delosos.....	10	— 3	
			Contra a dignidade Militar.....	—	—	

EXPRESSÕES	TÍTULOS	SUBTÍTULOS	DEFINIÇÃO	GRAU	COEFFICIENTE	OBSERVAÇÕES
Cultura Geral e Profissional	I — Curso de Formação	Regular	Simplemente (Grau de 4 a 5).	3	1	1ª) Nenhum aluno será declarado Aspirante a Oficial, com uma média geral menor de 4.
		Bem	Plenamente (Grau de 6 a 8).	5	2	2ª) Nenhum poderá repetir 2 anos consecutivos ou não.
		Muito Bem	Distinção (Grau de 8,5 a 10).	8	3	
	II — E.A.O.	Regular	Grau de 4 a 5.....	3	1	1ª) Grau menor de 4 inabilita no Curso e à Promoção.
		Bem	Grau de 6 a 8.....	5	2	2ª) Pode haver uma repetição de curso por conta do interessado e durante o qual não poderá ser promovido e se novamente inabilitado, passa à Reserva.
		Muito Bem	Grau de 8,5 a 10.....	8	3	
Cultura Geral e Profissional	III — E.E.M.	Regular	Grau 5.....	5	1	1ª) A menção regular inabilita para função de E.M., e o grau menor de 5 reprova.
		Bem	Grau de 6 a 8.....	8	3	2ª) Depois de um ano de pôsto, os Cap. podem fazer concurso à E. E.M., se forem aprovados, terão preferência à matrícula na E.A.O.
		Muito Bem	Grau de 8,5 a 10.....	10	5	
	IV — Outros Cursos Militares	E.S.G., E. Téc., E.M., M., C. Tm., C.A.A., A., C. Para-quadismo.	Mesmas condições da E.A.O. e mesmos coeficientes.	—	—	1ª) Nenhum curso militar dispensa o da E.A.O.
						2ª) A matrícula na E. Técnica, será feita mediante concurso, para os aprovados na E.M., pelo menos com média geral 7,5. O mesmo processo será empregado nas nomeações para o magistério militar.
Cultura Geral e Profissional	V — Cursos Civis	Engenharia, química e eletrificação; Medicina; Direito e finanças.	Mesmas condições e graus da E.M. e coeficiente geral 1.	—	—	1ª) Serão apenas considerados os cursos acima: Eng., Eletricidade e Química para combatentes; Medicina ou Especializações para médico, farmacêutico e veterinário; Direito e Economia para intendentes.

Art. 16. Anualmente, após as Manobras, ou Exercício correspondente, todos os oficiais, qualquer que seja o posto, serão submetidos à inspeção de saúde, para controle de sua capacidade física.

Parágrafo único. Se fôr julgado incapaz temporária ou definitivamente, será reexaminado novamente pela junta regional no primeiro caso e pela superior, no segundo. De ambas as juntas fará parte um psiquiatra.

Art. 17. Ouvida a D.S.E., o Ministro da Guerra publicará as Instruções para essas inspeções, que serão consideradas de efeito para as promoções, quando efetuadas pelo menos até 6 meses antes.

Art. 18. Até Capitão a promoção será feita por antiguidade de posto, se o interessado satisfizer todas as exigências desta lei. Para os Aspirantes a Oficiais, por ordem de classificação intelectual e segundo a precedência das turmas.

Art. 19. De Capitão inclusive para cima, a promoção processar-se-á por antiguidade de posto e antiguidade melhorada. Para Major, metade por metade, para Ten.-Cel. até Gen. do Exército, um terço por antiguidade de posto e dois terços por antiguidade melhorada.

CAPÍTULO II

1) A promoção ao posto

Art. 20. A promoção ao 1º posto obedecerá à classificação intelectual obtida dentro de cada turma, no curso de formação, cuja média não poderá ser inferior a 4.

Parágrafo único. Além desses requisitos, é preciso, pelo menos, um ano de serviços arregimentados em corpo de tropa e os dois escrutínios de que trata o quadro do art. 16 na rubrica "conceito gozado na classe". Essas exigências abrangem os oficiais de todos os quadros.

Art. 21. A promoção respeitará a ordem cronológica das turmas e, dentro destas, a média 4 da classificação intelectual, além dos outros requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 22. Não será promovido e passará à Reserva no posto que tiver, aquele que no curso de formação obtiver média, por matéria, menor de 4, os que tenham mais de uma punição por falta de zelo de qualquer natureza, por falta de qualquer formatura, ou por qualquer outra omissão que denote ausência de decôro pessoal, relutância no cumprimento dos deveres, das recomendações e ordens existentes, ainda que tenham concluído o curso de formação, por qualquer circunstância.

Parágrafo único. Na apreciação dessas qualidades será tido em consideração o procedimento nas Escolas Preparatórias, Colégios Militares e vida colegial civil.

CAPÍTULO III

Da promoção por escolha

Art. 23. A promoção ao Generalato será por escolha e segundo a ordem de colocação, no quadro de acesso por antiguidade melhorada, entre os Coronéis das Armas, diplomados pela E. E. M. e dos quadros de serviços, de acordo com o parágrafo único do art. 10.

Art. 24. Só poderão concorrer a essa promoção os Coronéis das Armas que como oficial superior tenham, no mínimo, 4 anos de Comando ou Subcomando em Unidades de R.M. de Zona fronteira e outro tanto, nas mesmas Regiões, como o oficial de E.M.

§ 1º. Quando não fôr possível completar-se o quadro de acesso de Coronéis, nessas condições, computar-se-á o tempo passado como Major ou Capitão nas mesmas circunstâncias;

§ 2º. Quando o oficial terminar o curso como Ten.-Cel., ser-lhe-á facultado completar o requisito, como oficial de E.M., se satisfizer as demais exigências.

Art. 25. No quadro dos Serviços e Técnico, para concorrer ao Generalato, é indispensável o Curso de Aperfeiçoamento de sua especialidade e a frequência de que trata o art. 10, na E.E.M., onde lhe será ministrado um curso apropriado.

Outros requisitos serão análogos aos dos combatentes, substituídos por execução e Chefias de Serviços ou comissões, a exigência de Cmdo.

Art. 26. A promoção a Gen. de Div. e Gen. Exército obedecerá às mesmas condições exigidas para os outros oficiais, definidas nesta lei.

Art. 27. Não poderá ser promovido o Gen. Bda. que não tiver, no mínimo, dois anos de função de Comando ou Subcomando de G.U.

CAPÍTULO IV

Da promoção no magistério

Art. 28. A entrada para o professorado vitalício será por concurso, entre os oficiais ou civis que tenham pelo menos a média 7,5 no curso de formação ou equivalente.

Parágrafo único. Só os professores nomeados nessas condições, aproveitam os benefícios dos dispositivos da legislação reguladora do magistério.

Art. 29. O oficial ingressando no magistério passa à Reserva. Seu acesso ao novo posto far-se-á, toda vez que for promovido, por qualquer princípio o companheiro da sua turma de Aspirante, colocado imediatamente acima do seu número na turma.

Art. 30. Os professores de matéria militar ou a fim, ficam sujeitos ao curso da E.A.O. e às outras condições de quadro do art., no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO V

Da promoção nos quadros de categoria especial

Art. 31. Os quadros de categoria especial abrangem os oficiais técnicos da ativa, os do Q.A. e, os do B. e os do C.O.R., todos relacionados à parte e por posto, em cada Arma.

Art. 32. Em cada posto, a promoção dos oficiais desses quadros por antiguidade, se fará simultaneamente com a do oficial do Q.O., guardada a promoção existente

entre o número dos oficiais do Q.O. e os das relações acima referida.

Art. 33. Só poderá fazer concurso e o respectivo curso da Escola Técnica, o oficial que haja obtido a média 7,5 na Escola de Formação.

Art. 34. Os oficiais dos quadros Q.A., B. e C.O.R. que se diplomarem na E.E.M. ou forem promovidos por antiguidade melhorada ingressarão definitivamente no Q.O.

Art. 35. Os oficiais do quadro especial ficam sujeitos para a promoção a todas exigências impostas aos oficiais do Q.O. no que lhes for aplicável, não podendo, porém os T.A., cursar a E.E.M.

Art. 36. Para cada um dos quadros especiais, será igualmente organizada a lista de antiguidade melhorada, devendo ser promovido um oficial de cada um desses quadros, por esse princípio, sempre que um do Q.O. o for, respeitando-se sempre o princípio da proporcionalidade entre o número de oficiais dos quadros considerados.

CAPÍTULO VI

Da promoção no Q.A.O.

Art. 37. A quinta parte dos quadros de 2^ª e 1^ª Tens. das Armas e de I.E. será preenchida pelos Sgt. e Subten. que satisfizerem as condições de promoção estabelecidas nesta lei.

Art. 38. Após um ano de posto, pronto em corpo de tropa, todos os Sgt. e Subten. podem concorrer aos exames de seleção para o Curso de Aperfeiçoamento respectivo (C.R.A.S.), que será feito na Escola de Sargentos das Armas ou nos C.P.O.R.

§ 1^º. Os que possuem o curso ginásial ou forem aprovados no C.R.A.S. com a média 7, no mínimo, depois do estágio de um ano, no corpo de tropa, como monitor, serão por proposta do Cmt. do Corpo, aprovada pelo Cmt. da G.U., matriculados em um curso de dois anos, anexo à Escola das Armas.

§ 2^º. Os que forem aprovados nesse curso, que será exclusiva-

mente prático, no mínimo com a média geral 5, serão relacionados dentro das turmas, por ordem de aprovação, e concorrerão as vagas de 2^{as} Tens., que lhes são reservadas.

Art. 39. Os Sgt. e Subten. que não possuírem esse curso e tenham feito o C.R.A.S., serão promovidos ao passar para a Reserva.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

Prescrições gerais

Art. 40. O número de vagas estimado anualmente será calculado pela média das vagas havidas no último triênio.

Parágrafo único. Tomando como base essa estimativa, a C.P.E. elaborará as relações dos oficiais, por posto, arma ou serviço os quais constituirão os quadros de acesso, por antiguidade e antiguidade melhorada.

Art. 41. Será nula a promoção de oficial cujo nome não esteja nesses quadros.

Art. 42. A promoção será feita pela ordem de colocação do oficial no quadro de acesso, que será organizado semestralmente.

Art. 43. Para a formação de um critério, centralização e uniformização das alterações dos oficiais, a movimentação dos oficiais de todos os quadros será feita pelo D.P.E., por indicação das Diretorias interessadas.

Parágrafo único. Para o exame dessas questões serão criadas no D.P.E. as seções necessárias, com o pessoal indispensável, ficando extintas as existentes nas Diretorias.

Art. 44. Compete à C.P.E. o exame e organização dos processos de promoção dos oficiais de todos os quadros. A sua Secretaria incumbem a preparação, estudo e arquivamento de todas as peças desses processos.

§ 1^o. Durante a fase de preparação e até a publicação dos quadros de acesso resultantes, os processos de promoção serão secretos;

§ 2^o. Publicados os quadros, os oficiais que se julgarem prejudicados têm o direito de pedir, pessoalmente ou por intermédio de pessoa de sua confiança, credenciada por documento escrito pelo interessado direto, ao Secretário da C.P.E. o exame ou cateio das peças, que lhe convier. Confirmada sua presunção, poderá recorrer ao Presidente da C.P.E., que providenciará a retificação requerida.

Art. 45. No caso de não ser atendido, o oficial, dentro de 30 dias, poderá apelar para o Ministro da Guerra e, em grau de recurso, ao Superior Tribunal Militar e, por fim, ao Supremo Tribunal Federal.

CAPÍTULO II

Da Comissão de Promoção do Exército

Art. 46. A Comissão de Promoção do Exército (C.P.E.) será composta do Chefe do E.M.E., do Chefe do Departamento do Pessoal do Exército e do 1^o Subchefe do E.M.E. O Chefe do E.M.E. será seu presidente.

Art. 47. O regulamento desta lei, baixado 30 dias após sua publicação, além de prescrever os dispositivos a ela inerentes e que não podem ter caráter fixo, regulará o funcionamento da C.P.E.

Art. 48. Compete à C.P.E. a organização dos quadros de acesso pelos dois princípios, dos oficiais de todos os quadros, inclusive do magistério militar.

Parágrafo único. Para esse último a Diretoria de Ensino do Exército fornecerá todos os subsídios necessário ao seu estudo e organização.

Art. 49. Como órgão de execução de suas decisões a Comissão disporá de uma Secretaria, cuja organização proporá ao Ministério da Guerra e que será chefiado por Coronel diplomado pela E.M.E.

Parágrafo único. Na Secretaria da C.P.E. será reunida toda documentação necessária ao preparo das promoções e aí será feito seu exame e, por fim, arquivada.

Art. 50. Para facilitar o exame do processo, a cada oficial (in-

clusive os Aspirantes) corresponderá uma ficha, com todos os dados fixos, como sejam data de praça e promoções, grau de cursos, etc., etc. e cujo modelo seja aprovado pela C.P.E.

Art. 51. O regulamento desta lei definirá as atribuições da C.P.E., as datas das promoções e as em que devem ficar prontos e publicados os quadros de acesso (nunca menos de um mês antes das promoções), os interstícios para os diversos postos e as normas processuais para o preparo das promoções, até a publicação dos quadros de acessos para cada semestre.

Parágrafo único. Elaborado e publicado o regulamento em apreço, só poderá ser modificado quando a lei de promoção o fôr, salvo a fixação do número anual de vagas, o tempo de interstício e as normas processuais que poderão ser alteradas, em Decreto do Poder Executivo.

TÍTULO III

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 52. Quando, apesar das providências desta lei, não fôr possível respeitar a precedência das turmas, para a promoção pelo princípio de antiguidade absoluta, os elementos das turmas anteriores serão comissionados no posto imediato, de sorte a conservarem sua antiguidade e precedência.

§ 1º. Para assegurar este equilíbrio, a medida estabelecida nos §§ 1º e 2º do art. 12 pode ser ampliada, estabelecendo-se um nivelamento dos quadros com o aproveitamento de oficiais de qualquer arma combatente, nas funções das Diretorias, Fábricas, Arsenalis ou quaisquer outros Estabelecimentos, desde que não seja em cargo técnicos especializados;

§ 2º. A fim de respeitar a precedência das turmas, no caso da promoção individual dos seus elementos, a C.P.E. possuirá em seu arquivo a relação nominal de todas as turmas saídas dos Cursos de for-

mação, tanto das Armas combatentes, como dos Serviços. Para os oficiais do Q.A., elas serão constituídas pelos elementos do curso anexo e pelos diversos anos do curso de formação, separadamente.

Art. 53. Mesmo para a Reserva, nenhum oficial poderá ser promovido a um posto para o qual não esteja regularmente habilitado, ou que não conste do respectivo quadro de efetivo.

Parágrafo único. Quando, por qualquer eventualidade se processar essa anomalia, o oficial promovido na efetividade será considerado Comissionado, até que lhe toque a promoção devidamente. Se a promoção fôr para a Reserva, subentender-se-á que lhe foram concedidas as vantagens pecuniárias do posto imediato, sem direito às insígnias nem à precedência hierárquica, além das que possuía na efetividade.

Art. 54. Só aos Generais que hajam exercido, em caráter efetivo, as funções de Comandante-Chefe em T.O. de guerra externa serão conferidas as honras de Marechal, e, só nesse caso, lhe competirão todos os direitos e vantagens inerentes a esse posto.

Art. 53. Para atender às exigências desta lei e à movimentação de todos os oficiais, das Armas e Serviços, a D.P. será transformada em Departamento do Pessoal do Exército (D.P.E.) e será chefiado por um General de Divisão.

Parágrafo único. As Diretorias dos Serviços, de natureza apenas técnico-inspetora, farão àquele D.P.E. as indicações necessárias ao preenchimento dos cargos. Serão criados no D.P.E. as divisões relativas aos diversos serviços, sendo extintas as correspondentes nas Diretorias respectivas.

Art. 56. Quando o oficial completar oito anos no posto, será comissionado no imediato até que lhe toque a promoção efetiva.

Art. 57. Além das condições estabelecidas na lei de inatividade, passarão anualmente para a Reserva, por proposta da C.P.E., dois Gen. de Div., três Gen. Bda.,

dois Cels. de cada Arma ou Serviço, três Tens.-Cels. nas mesmas condições e, igualmente, quatro Majores.

§ 1º. A C.P.E. para propor os oficiais constantes deste Art., levará em consideração na ordem da preferência abaixo, e em cada posto, os que:

- 1) tiveram mais de 50 % de coeficientes negativos;
- 2) forem mais antigos de posto e tiverem maior número de coeficientes negativos;
- 3) por qualquer motivo, salvo férias, trânsito ou licença especial, tiverem maior tempo de afastamento do serviço do Exército, mesmo quando exerçam funções consideradas militares;
- 4) tenham tido suas duas últimas, ou mais, promoções por antiguidade e sejam os mais antigos de posto.

§ 2º. Os oficiais dos quadros especiais (técnicos, A, B, e C.O.R.) serão computados a parte e na repartição do seu número, por posto, em relação aos do Q.O.

§ 3º. Havendo empate no cômputo destas condições, ou em outros relativos à aplicação desta lei, o desempate alcançará do mais antigo de praça, ou de posto ou mais idoso. Se ainda perdurar será desfeito por sorte.

Art. 58. Os Generais dos Serviços e técnicos só permanecerão quatro anos no posto, passando à Reserva ao fim deste prazo.

Art. 59. Os Cel. de qualquer Arma ou Serviço que completar sete anos de posto, passará à Reserva.

Art. 60. As alterações devidas aos Arts. 57, 58 e 59 serão feitas em 25 de dezembro, respeitando-se o direito à promoção, por antiguidade, àqueles para os quais se tenham dado vagas.

Art. 61. Os oficiais afastados da atividade por efeito desta lei, passarão à Reserva com todas as vantagens do posto imediato, exceto os compreendidos em o n. 1 do § 1º do art. 57 e os que sejam devido à prática de qualquer crime, civil ou militar.

CAPÍTULO II

Disposições transitórias

Art. 62. A colocação no Almanaque dos oficiais dos quadros A e B e C.O.R., que venham a entrar definitivamente no Q.O., por terem sido promovidos por antiguidade melhorada, ou tirarem o curso de E.M., será decorrente de suas antiguidades atuais. Em casos de igualdade o desempate far-se-á segundo as normas do art. 57 § 1º.

Art. 63. Desde que satisfaçam às outras exigências de matrícula, a fim de extinguir com brevidade possível os quadros referidos no art. anterior, o Governo permitirá a matrícula dos oficiais desses quadros independentes de idade, na E.A.O. ou E.E.M.

Art. 64. Quando for organizado o quadro de acesso para um novo semestre e ainda existirem remanescentes do antigo, estes ocuparão na ordem em que estiverem colocados os primeiros lugares no novo quadro.

Parágrafo único. Depois de incluído neste quadro, o oficial só dele poderá sair, por promoção, morte, transferência para a Reserva, incapacidade física definitiva, incapacidade moral, ou condenação por crimes previstos em lei.

Art. 65. Mediante parte ao seu Cmt. o oficial pedirá providências para satisfazer os requisitos que lhe faltem, desta lei.

§ 1º. O oficial nestas condições terá preferência nas movimentações a se realizarem. Quando for grande o número a ordem de precedência será dada pelo processo usado para os desempates;

§ 2º. Após a publicação desta lei, o quadro de acesso a organizar para o semestre subsequente se-lo-á de acordo com os seus dispositivos.

Art. 66. Revogam-se as disposições contrárias.

• •

É possível que este projeto não seja integralmente perfeito.

Terá sem dúvida, o mérito de constituir uma opinião e um jul-

gamento expressos para uma providência a seguir. A crítica só é razoável, quando enumera depois de sua análise, às vezes valiosa, as medidas ou corretivos a adotar, no sentido de sanar o mal apontado.

A promoção no Exército é um dos problemas mais sérios da nacionalidade.

Quando tudo, no mundo que nos rodeia, parece desagregar-se, é preciso haver um núcleo refratário ao dissoramento geral, que exerça no seio da Nação o papel aglutinador de um coesor irresistível.

Essa é a missão de suas Forças

Armadas. Mas, para torná-las igualmente imunes à desagregação, já pressentida, é indispensável que as vocações se manifestem nas Escolas de formação e sejam selecionadas e animadas por lei de promoção justa e severa.

É preciso embargar os passos dos que pretendem fazer de um sacerdócio — que é a carreira das armas — o instrumento fácil de ganhar fartamente a vida.

Em trabalho complementar, a ser publicado posteriormente, será apresentado o anteprojeto do Regulamento da Lei de Promoções.

FUNDAÇÃO OSÓRIO

Pelo Tenente-Coronel Felicíssimo de Azevedo Aveline
7º R.L. — Reg. Gomes Carneiro — Sta. Maria — R.G.S.

Poucos militares, e quando nos referimos a militares, queremos dizer oficiais, subtenentes e sargentos, muito poucos mesmo, não ignoram a existência da Fundação Osório. Nós só a conhecemos de nome, pois nunca tivemos oportunidade de visitá-la.

Não vamos descrever minuciosamente o que seja essa Benemerita Instituição, destinada ao amparo das orfãs de militares, o Colégio Militar das filhas dos Militares, na feliz expressão do Tenente-Coronel Henrique Geisel, e cuja iniciativa da fundação é devida ao Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet.

Tem sua sede à rua Paula Ramos, n. 16, Santa Alexandrina, Rio de Janeiro. Dirigem-na um abnegado grupo de oficiais, senhoras e civis. O Governo sempre tem acorrido em seu auxílio nas horas de necessidade. Em 1948 frequentaram seus cursos e tiveram moradia, alimentação e educação enfim, cento e quarenta e seis meninas orfãs de militares, algumas de civis, e também poucas contribuintes cursaram suas classes.

Seus sócios se classificam em três categorias: a) Contribuintes, todos quantos a auxiliarem com a contribuição mensal de três cruzeiros. b) Remidos, os que contribuírem de uma só vez, com a quantia de mil cruzeiros. c) Beneméritos, quem prestar relevantes serviços à Fundação, a juízo do Conselho Deliberativo, ou que contribuírem com donativos em dinheiro, ou de outra espécie, de valor não inferior a vinte mil cruzeiros.

A Fundação Osório, a nosso ver, deveria ter o amparo constante dos militares, oficiais, subtenentes e sargentos, da ativa, da reserva ou reformados do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica. Basta pensarmos se de cinqüenta mil de nós, cada um se tornasse Sócio Contribuinte, concorrendo com três cruzeiros cada mês, que desenvolvimento poderia tomar a Benemerita Instituição; que inestimável amparo poderiam ter tantas orfãs de militares!

Em guarnições onde temos servido temos angariado alguns Sócios Contribuintes.

Atualmente aqui na Guarnição de Santa Maria contamos com noventa e sete Sócios Contribuintes, oficiais e praças.

Servindo-nos das páginas d'"A Defesa Nacional", revista que vai a todas as Guarnições militares do Brasil, tomamos a liberdade de nos dirigirmos a todos os militares, a fim de que se tornem sócios contribuintes da Fundação Osório.

Basta que se entendam com os seus chefes ou comandantes, e estes publiquem em seus boletins internos o seguinte :

"Fundação Osório — Sócios Contribuintes — Ordem ao Tesoureiro

O Tesoureiro desconte, mensalmente, dos vencimentos do Cel. X, Major Z, Subten. A, Sargento B, etc., a quantia de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) de cada um, e as envie todos os meses, à Fundação Osório, Rua Paula Ramos n. 16, Santa Alexandrina, Rio de Janeiro, D.F., como contribuição dos mesmos a essa Benemérita Instituição, na categoria de Sócios Contribuintes.

Esta alteração deverá constar na caderneta de vencimentos ou guia do que fôr transferido".

Essa contribuição, "per capita", parece nula e até irrisória; mas, em cinquenta mil contribuintes, por exemplo, dará uma quantia mensal apreciável; o número de beneficiadas poderá ser muito aumentado, e nós não teríamos o desprazer de lêr constantemente nos Boletins do Exército os indeferimentos de requerimentos de amparo, por falta de vaga, de orfãs de nossos camaradas, às quais a fortuna não foi favorável.

LIVROS À VENDA:

	Cr\$
O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORANEAS (Assuntos de Cultura Geral):	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00

Compreendendo :

Que se passará na Rússia atual ? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos : O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz ? — O pacto do Atlântico.

TÁTICA DE TORNA-VIAGEM

Cel. RENATO B. NUNES,
Da Reserva de 1ª Classe

1 — A guerra é um conjunto de batalhas e a batalha um conjunto de combates. Pode-se perder uma batalha sem perder a guerra, e o fracasso dum combate não significa a perda da batalha.

A unidade de combate é a divisão, na qual as armas se combinam de acôrdo com as possibilidades específicas de cada uma delas, e na proporção exigida pela natureza e duração do esforço que, normalmente, ela deva realizar no campo tático.

A unidade de batalha é o exército, que não tem composição fixa, porque nêle se enquadram e combinam divisões, em número proporcionado à natureza, duração e amplitude da operação a executar; enquanto a divisão pode atuar apenas numa direção, o exército constitui um sistema de forças que podem atuar em direções diferentes e com intensidades diferentes, combinadas de maneira tal que a "resultante" desse sistema seja capaz de produzir os efeitos colimados.

Não há unidade de guerra; nesta concorrem tôdas as forças de terra, de mar e do ar, combinadas no tempo e no espaço. Cada um desses escalões de forças constitui outros tantos escalões de comando, e também todos de meios de ação próprios com que apolam ou reforçam os escalões imediatamente subordinados, de maneira a conduzi-rem as operações sempre orientadas no sentido da missão que receberam do escalão superior do comando.

Eis quanto aos instrumentos de guerra.

2 — O objetivo final do combate é rechazar o inimigo do terreno que ocupa, e instalar-se nêle; é uma operação local, do domínio da tática, isto é, de efeitos periféricos e limitados, numa ação ofensiva. Na defensiva, o objetivo é conservar a posse das posições.

O objetivo da batalha é idêntico, mas de efeitos mais amplos, em largura e, sobretudo, em profundidade, e visa, além da ocupação duma região, à desorganização e à destruição do sistema de forças do inimigo, por tempo mais ou menos longo. Na defensiva, trata-se de conservar a posse do terreno.

O objetivo da guerra, finalmente, é a destruição não somente do sistema de forças organizadas, como do potencial de guerra do adversário, e a ocupação do seu país.

Há, em todos os objetivos colimados, uma "constante": — as vitórias locais, como a vitória decisiva da guerra, traduzem-se pela ocupação do terreno, o que implica na destruição da vontade do adversário, no domínio da tática como no da estratégia.

Daí, a conclusão de que as guerras se ganham em terra, e não no ar ou no mar; as forças aéreas e as marítimas são forças auxiliares dos exércitos terrestres. A aviação pode realizar o domínio do ar, e a marinha o domínio dos mares, mas a decisão definitiva está em terra.

Na guerra intercontinental, cooperam tôdas as forças aliadas, constituindo um "sistema de guerras", que se combinam no tempo e no

espaço, de maneira a concorrerem para a vitória final.

Eis quanto a ação dos instrumentos de guerra.

3 — A guerra, seja qual for o escalão de forças considerado, é obra essencialmente de cooperação. Isto implica em unidade de concepção, de direção e de execução, que se integram na "doutrina de guerra" instituída pela nação.

Há, portanto, na preparação para a guerra, hoje o mais complexo dos problemas nacionais, das ordens de idéias distintas: — uma, "artística", que é obra da imaginação criadora dos chefes, tanto no que respeita à constituição dos instrumentos de guerra, quanto, e principalmente, à direção da guerra; outra, por assim dizer, "técnica", quase esquemática, que é a maneira de agir peculiar a cada arma, isto é, a tática das armas, cujo conhecimento faculta o emprego e a repartição dos meios de ação, segundo suas possibilidades características, e uma vez fixado o esforço que delas se exige no conjunto da missão a executar. Mas, tanto a arte, na concepção, como a técnica, na execução, têm como fundamentos o perfeito conhecimento da arte da guerra.

Dai, ser a instrução dos quadros e da tropa a garantia máxima da unidade de doutrina que, em última análise, consiste na identidade de "reflexos" em face de circunstâncias idênticas, e no exercício judicioso do espírito de iniciativa diante de situações imprevisíveis, sem prejuízo, portanto, do espírito da missão a cumprir.

Há, no que toca à execução, algumas "constantes" que aparecem desde a célula elementar da organização das forças, que é o grupo de combate, até os grupos de exercícios, sendo de notar que é nessa célula que reside o embrião da manobra, isto é, a combinação do fogo e do movimento, condição *sine qua non*, da progressão.

Ora, se é a conquista do terreno que caracteriza o êxito (sua conservação na defensiva), o fogo, por si só, é inoperante, porque destrói mas não ocupa e a progressão sem

o fogo que neutralize o do inimigo, é catastrófica.

Outra "constante" é que só pela combinação de esforços e de direções se consegue desarticular e rechaçar o sistema de forças do inimigo, quebrando sua vontade e impondo-lhe a nossa.

Eis quanto à concepção e a execução.

4 — Dissemos que cada escalão de forças apoia o imediatamente subordinado, e é apoiado pelo imediatamente superior.

O conjunto das forças de terra, ar e mar é apoiado pela nação cujas forças vivas alimentam a guerra. Dai, a conclusão que o poderio militar duma nação é função de seu poderio econômico, englobando este todas as energias: demográficas, psicológicas, industriais, financeiras e políticas do país.

Por conseguinte, na organização das forças armadas dum país, não se pode tomar como modelo, simplesmente, a de outro que foi victorioso numa guerra; o simples potencial de fogo duma grande unidade, por exemplo, está adstrito ao abastecimento possível de munições, e não ao número de bocas de fogo a empregar.

Por outro lado, a pletora e o alto poder destruidor dos engenhos de guerra que caracterizaram a última guerra mundial, levaram alguns observadores superficiais a conclusões apressadas: — julgaram eles que uma nova "forma" de guerra surgia, tornando obsoletas todas as concepções, regras e princípios dessa arte de todos os tempos. Agora, o material destruiu tudo quanto houvesse pela frente, e as tropas só tinham que avançar para ocupar o terreno liberado pelo fogo. A economia de forças, a segurança, a informação, a liberdade de ação, a precaução de agir com segurança, a raciocínio tático, a concepção e a montagem das manobras, etc., eram princípios derogados: a audácia, a rapidez e a violência dos ataques, garantiam, por si só, o êxito das operações. Desconheciam os múltiplos exemplos do contrário, dentre os quais o mais simples e signifi-

cativo foi Monte Cassino; resistiu por longos meses aos ataques frontais precedidos por dilúvios de projéteis de todos os calibres e às pesadas bombas de aviação para só cair pela manobra clássica, napoleônica, do largo envolvimento pelos dois flancos. Esqueciam-se, os descobridores da "nova guerra", de que os princípios que regem a maneira de agir são quase imutáveis e independentes do tempo e do espaço enquanto que os princípios e regras da tática são eminentemente variáveis porque são função dos engenhos de guerra aperfeiçoados ou criados.

Os americanos do norte, com aquêlê senso das realidades e com a facilidade de adaptação às circunstâncias, que é um dos característicos dos povos civilizados, aprenderam a arte da guerra em dois "cursos": um "preparatório", a guerra de 1914-1918, e outro "superior" a guerra de 1939-1945. E tornaram-se mestres.

Entretanto até àquela primeira data, suas forças de terra eram quase simbólicas. Sem ameaças nas fronteiras, coberto o país pelos oceanos e pela doutrina de Monroe, contra as ofensivas terrestres, todo o estorço de guerra concentrava-se na segurança dos mares. Hoje, quando a distancia não é mais cobertura, e quando a segurança já não é simplesmente continental, e sim extracontinental, sua preparação para a guerra atinge o máximo de perfeição de que é susceptível a obra humana.

Pois bem. Apesar de seu imenso poderio militar, seus chetes, seus oficiais não desdenham ao cultivo dos clássicos. Ao contrário, uma empresa de publicações militares, chefiada por um general, está editando uma série de obras dos "Clássicos Militares", tentativa fracassada entre nós, em 1945.

Dois desses livros acabam de ser trazidos e publicados pela nossa Biblioteca Militar: os "Princípios de Guerra" de Clausewitz, e a "Arte da Guerra", de Jomini. Excelente lição.

É a arte da guerra que nos chega de torna-viagem, como de torna-viagem também nos chegara a tá-

tica, na sôfrega tradução dos regulamentos táticos norte-americanos. Com êstes temos muito que aprender, mas no domínio da organização admirável e da realização do que projetam.

5 — Mas, de torna-viagem, por quê? Eis-nos chegados ao ponto que desejávamos. Todo êsse rápido bosquejo, dos aspectos principais da arte da guerra, visava a recordar princípios que já eram verdades cem anos antes da primeira guerra, e que continuam a ser verdadeiros depois da última guerra mundial.

Tivemos durante vinte anos uma Missão Militar Francesa, formada com o escol profissional e intelectual do exercito francês, e, à sua frente, mestres do quilate de um Gamelin e de um Derougemont, para só citar êsses dois fundadores da nossa Escola de Estado-Maior.

Mas, dos seus ensinamentos, só nos resta o que ficou na memória dos que cursaram aquela escola.

A vastíssima obra que deixaram escrita esgotou-se e não foi reeditada: — os cursos de tática das armas, de tática geral, de serviços, de estado-maior e de história militar: — os admiráveis cursos de alto-comando do general Noel e do general Chadebec de Lavalade, toão êsse repositório de ensinamentos ainda atuais, desapareceu.

Outra lição igualmente deploável: sabemos o que tem de socrático o método de ensino instituído pelos fundadores da Escola de Estado-Maior; os problemas táticos são postos sob a forma dos chamados "casos concretos", e as soluções são procuradas pelo livre debate entre professores e alunos. Mas, para que a discussão se mantenha no terreno das realidades e da técnica, faz-se mister que os alunos disponham de um *substratum* de conhecimentos básicos, fundamentais, doutrinários. Para isso, além dos cursos deixados pelos mestres franceses, e porque êstes já se tornavam raros, os instrutores brasileiros daquela Escola, organizaram, e a Escola fez imprimir, todos aquêles cursos que

eram distribuídos aos oficiais, ao ingressarem na Escola.

Pois bem, até essa prática, no que nos consta, foi abandonada, com manifesto prejuízo para a ilustração do espírito dos oficiais alunos, que não dispõem de bibliografia, nem de tempo, para organizarem, eles próprios, a coletânea da matéria de que carecem.

6 — Aqui deixamos uma sugestão: — que a Escola Superior de Guerra reedite os cursos de alto-comando, anotando-os e complementando-os no que fôr conveniente; e que a Escola de Estado-Maior proceda de maneira idêntica, no que toca à sua função de escola superior de tática, e que retorne à prática salutar para a instrução, de reeditar, atualizando-os, os cursos de tática a serem distribuídos aos seus oficiais alunos.

A guerra ainda é aquela que aprendemos, e oxalá pudessemos realizá-la tal como foi ensinada. O que mudou, o que existe de novo, são os petrechos de guerra, mas, que é o armamento no processo mental do raciocínio, quando se busca uma solução? Apenas um dos fatores que nêle entram. Ora, que se aprende, de definitivo, nas

duas Escolas citadas? Receitas para ganhar as guerras? Evidentemente, não: — *aprende-se a pensar e a agir com segurança.*

Lembremo-nos dêste conceito de Foch: "na guerra, nada se aprende; faz-se o que se sabe, e para fazê-lo, é preciso aprender muito e bem".

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGU



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

A MOEDA E OS PREÇOS

"A concepção do preço, ponto de equilíbrio entre as forças contrárias da oferta e da procura, consideradas como constituídas e reagentes mutuamente num regime capitalista individualista, hoje exprime apenas ténueamente a realidade. Os cartéis e os sindicatos introduzem na luta pelo preço a força dos agrupamentos de interesses e do espírito de monopólio. O Estado interfere pelo constrangimento legal para tentar sujeitar os preços no sentido mais favorável aos interesses e prejuízos que lhe correspondem". (H. Trucky — *A moeda e a fixação dos preços*, pt L. Baudin).

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

ESTATÍSTICA E PLANEJAMENTO

Ten.-Cel. ANTONIO M. COIMBRA

É sobremodo conhecido o indiscutível valor e a indeclinável necessidade, por parte de todos aqueles envolvidos na ciência e arte, e por que não reconhecer, certa intuição de governo, chefia, direção, comando, etc., de um conhecimento simples e claro da ciência Estatística. É tal a potencialidade desse precioso instrumento na solução dos problemas de chefia, que sua ignorância, conduz, via de regra, à improvisação e ao empirismo, alicerces sobre que se apoiam os planos destituídos de consistência científica e de resultados sempre onerosos e desanimadores.

Entretanto, não é à Estatística, restrita ao campo de simples ciência da representação gráfica, tabular e numérica de coisas e fatos, com objetivo puramente informativo, que queremos referir-nos.

O verdadeiro valor dessa ciência reside na síntese conclusiva da análise dos fatos e coisas, cuidadosamente investigados em inquérito orientado ao objetivo visado, através de coleta e registro, triagem, representação, interpretação de toda a sorte de dados capazes de direta e indiretamente influenciar os resultados. O método e processamento que aplica, são quase idênticos àqueles habitualmente levados a efeito, pelo G-2, na elaboração do Plano de Informações, tendo em vista, pelo processamento dos informes chegar à informação, resposta conclusiva aquilo que o Comando deseja saber. Não se atém à padronização, pela aplicação deste ou daquele método de investigação, desta ou daquela hipótese de trabalho.

Aplica, conforme o caso e a situação, os métodos e processos mais eficientes aos resultados imediatos da pesquisa. Apoiando-se por excelência na indução e na dedução, não despreza, porém, as analogias, as similitudes, as variações concomitantes, lançando mão do mais simples ao mais elevado e complexo no domínio da abstração e concretização para colimar sua objetiva finalidade.

A Estatística, porém, não se restringe à mera informação especulativa; generalizante, pela reproduzibilidade do que é típico, científica na forma e na essência, encontra, na positividade da análise matemática e na representação gráfica e artística, os seus instrumentos prediletos de análise e síntese.

Seria fantasioso e mesmo irrisório manter-se toda uma Organização Estatística com fins outros senão aqueles demonstrativos de interesses exclusivamente momentâneos. A exibição pode agradar, mas a investigação, a interpretação e a exploração oportuna são, antes e acima de tudo, a finalidade precípua da Estatística naquilo que tem de mais precioso e útil ao Governo, e em se tratando das Forças Armadas, acrescente-se, à Administração e ao Comando.

Realmente, como poderiam o Governo, a Administração e o Comando, prescindir do precioso auxílio das estatísticas a fim de tomar ou não providências, seguir e corrigir certas tendências, obter dados que positivem ou neguem um entendimento, planejar, enfim governar, chefiar, comandar? Onde iria a logística deduzir os fatores

complementares essenciais, necessários e suficientes, e indispensáveis à elaboração de seus Planos, senão no cuidadoso e honesto registo estatístico relativo a uma experiência vivida?

Torna-se, pois, evidente, a necessidade imediata de incorporar-se à bagagem científica, estrutural e básica do chefe militar, hoje mais do que nunca envolvido em a solução da totalidade dos problemas relacionados ao bem-estar, à prosperidade, segurança, diagnose, tratamento e extirpação das causas e não dos efeitos perturbadores do desenvolvimento na Nação, ao lado de um estudo mais profundo e objetivo da Sociologia, da Psicologia, da Economia Política, um conhecimento progressivo e sobretudo completo da Estatística. Urge, portanto, a revisão dos currículos, em generalidade deficientes, de nossas escolas de formação militar, começando-se, desde logo e quanto antes, pela introdução da Estatística no domínio do ensino funda-

mental, não de um curso, mas de todos os cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais, complementando-os, outrossim, com um bem programado, conduzido, supervisionado e por excelência prático. Curso de Psicologia para as Forças Armadas, disciplina única capaz de permitir o conhecimento preciso, a compreensão justa e a exploração racional e eficiente, com fins militares, da máquina humana.

Finalmente, é gritante e sobremodo sentida por todos aqueles implicados nos problemas de planejamento logístico, a necessidade de pôr-se em plena marcha a organização estatística privativa e já regulamentada para as forças terrestres. Só assim poder-se-á corrigir-lhe as falhas, aperfeiçoá-la e explorar-lhe os resultados, concomitantemente com os que o I.B.G.E. e outras fontes fidedignas, em magnífico exemplo e sadio espírito de colaboração emprestam, no justo limite de suas possibilidades, aos que delas se socorrem.

OLARIA SÃO DOMINGOS

TIJOLOS EM GERAL

DOMINGOS LUIZ FERNANDES

TRAVESSA DE COLÉGIO N. 27 — ESTAÇÃO DE COLÉGIO

DISTRITO FEDERAL

AVISO

As transferências de residências devem ser comunicadas
VIA RÁDIO ao nosso diretor gerente

Coopere com a administração da Revista que não terá
motivos para reclamações

EQUITACÃO

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA,
Subdiretor de Ensino da E.I.E.

Armando Jorge, Lima Mendes, Glória, Battistell, — para citar somente os mortos e os estrangeiros, a fim de não ferir a suscetibilidade dos vivos — quanta falta fazem no momento!

Que a equitação de picadeiro, a equitação arte, a equitação paciência e gosto, a equitação do verdadeiro cavaleiro, passa por uma tremenda e desoladora crise, ninguém pode contestar.

O contrário se passa com a equitação esportiva, a equitação audácia, a equitação de salto que, saindo do âmbito dos quartéis de Cavalaria, avassala e apaixona o mundo civil, somente às vezes afogada pela vaidade pessoal do jovem cavaleiro que obteve uma vitória e por isso se julga independente e capaz de prosseguir.

Tratemos do mal que mata a arte — a equitação de picadeiro.

Quando tivemos a ventura de ingressar no antigo 15º de Cavalaria, na Vila Militar, funcionava anexo àquela unidade o Curso Especial de Equitação.

Era um punhado de tenentes de Cavalaria e um de Artilharia; sob a direção de Battistelli, em trabalho incógnito, faziam cavalos, alguns dos quais ainda estão bem presentes em nossa memória.

Havia trabalho, havia um espírito, uma mentalidade, que guiavam e orientavam aqueles jovens, os quais, horas a fio, no picadeiro, olhando o mestre, procuravam a "leveza", lutavam por um "rassembler" perfeito, por um "rassembler" curto.

Não havia preocupação de exibição, não havia vaidade, não havia

inveja, não havia disputa, mas tão somente, e em alto grau, uma vontade indômita para alcançar o objetivo, isto é, apresentar o cavalo em condições de participar na "Reprise Final".

Para que tal fôsse possível, o mestre, que não dava aula nem doutrinava, mas que ensinava pelo exemplo e apontando normas a cada cavaleiro, teria que montar cada cavalo e o julgar em condições.

Assistimos as lutas deste mestre, assistimos as campanhas que sofreu e também assistimos as suas vitórias, "Lambari" e "Roco", para citar somente os seus, e mais doze cavalos, formaram a equipe de animais que, no fim do curso, apresentariam a "reprise", atestado do trabalho do mestre e cavaleiro na verdadeira acepção da palavra.

Quando foi apresentado no fim do ano, no "Estádio do Fluminense", o fruto de um trabalho honesto, o seletto povo que enchia as arquibancadas vibrou de entusiasmo pelo que via, passando a admirar aquele francês de poucas palavras, mas de muita ação.

Nós, humildes cooperadores dessa obra, nós que nos orgulhámos de pertencer àquele grupo que horas a fio lutava no picadeiro, com dias de prazer pelo bom êxito conseguido e, às vezes, horas de desânimo pelas reações encontradas no nosso cavalo, também nos sentíamos compensados: não pela glória alcançada, mas porque sentíamos em nós pulsar um coração de cavaleiro, cheio de gosto pela nobre arte.

Nos anos seguintes, novas turmas, novos cavaleiros, novas vitórias, novos camaradas engrossavam as fileiras dos que praticavam a equitação como arte e não como exibição.

O nosso trabalho tinha um guia, um mestre que nos orientava, tirava nossas dúvidas, corrigia nossos erros. Estávamos apoiados, tínhamos nossas discussões, que terminavam sempre com a palavra do grande mestre, esclarecedora por excelência, cheia de senso hau-

elegantes, leves, engajados e com um "ramener" alto, dando a impressão de fácil e maneiro.

Nunca mais vimos um grupo de cavaleiros, horas a fio, dentro do picadeiro, no trabalho incógnito, trabalhar para uma escola.

O que vemos?

— A prática da equitação esportiva que dá como resultado a apresentação em concurso hipico, recebendo seu cavaleiro as glórias de uma vitória, abafada pelas palmas



Fig. 1 — Comandante Battistelli, montando "Lambari"

rido na experiência e que nos inspirava confiança.

O que há hoje?

— Desapareceu o gosto pela equitação arte, ninguém pode negar, pois ainda vemos "Calabar", velho cavalo daquele tempo, entrar em forma para disputar provas de picadeiro.

Nunca mais vimos uma reprise chegando à "passage" com aquele número de cavalos, todos trabalhando igualmente, a ponto tal que "quem via um, via os demais";

de um mundo elegante que, em sua maioria, monta por vaidade e porque é moda, é "chic".

Há dias, indo a um concurso hipico, ficamos tão desanimados que chegamos a perder o interesse de voltar a outros.

É fácil apontar erros, senões: falhas, mas qual é o remédio? — É simples sua indicação, uma vez que conhecemos o mal: falta-nos um mestre, um cavaleiro de picadeiro, um "homem de cavalos".

Os nossos camaradas que estiveram nas Olimpíadas de Londres



Fig. 2 — Comandante Battisteli à frente da Escola

sabem que, por pouco mais de nada, poderemos trazer um mestre francês ou sueco, para orientar o nosso trabalho. — Então, contratem este mestre, antes que tudo vá por águas abaixo, levando até a própria memória do Battisteli, para não citar nenhum brasileiro!

Dirão, por certo, alguns dos leitores: Por que estrangeiro?

Responderemos que temos ótimos cavaleiros militares de picadeiro, alguns dos quais em condições de reunir as forças esparsas e dirigir a nossa recuperação, mas, por força de dispositivos regulamentares, não podem assumir o cargo, a menos que se sujeitem a pesados prejuízos de várias naturezas.

INSTRUÇÃO DE MORTEIROS

(Mrt. 60 mm — M2 e Mrt. 81 mm — M1)

Major Euro Lobo Martins

AVISO

Apareceu, finalmente, a edição por cooperação da Separata do artigo "INSTRUÇÃO DE MORTEIROS" de autoria do Major EURO LOBO MARTINS.

Os Camaradas, residentes nesta Capital, e que se inscreveram para a respectiva aquisição, são convidados a comparecerem na nossa Redação a fim de receberem o exemplar que lhes foi reservado.

O FATOR ECONÔMICO NA SELEÇÃO DOS OFICIAIS

Ten. - Cel. J. H. GARCIA

Infelizmente isto está acontecendo e se as coisas são mudarem, com certeza haverá grandes progressos a registrar.

Queremos nos referir às dificuldades, quase insuperáveis, que encontra um oficial que precisa vir residir na Capital da República e, muito particularmente, aos reflexos deste fato no preenchimento das várias e inúmeras funções nas repartições do Exército aqui.

É ponto pacífico que um oficial com família, hoje em dia, só pode vir para o Rio, vivendo apenas de seus vencimentos, se possuir recursos financeiros ou residência aqui na Capital!

É também ponto pacífico que aqui estão os melhores lugares para quem, trabalhando ou não, deseja fazer carreira.

Outro ponto indiscutível é o de que a situação atual vem anulando a concorrência de oficiais de fora aos cargos aqui na Capital; é comum oferecerem um lugar a seis, oito, oficiais de fora e todos responderem, manifestando pesar, mas negativamente.

Constitui uma transformação este fato, pois há anos dava-se justa-

mente o contrário — os lugares eram procurados tanto pelos daqui como pelos de fora.

Esta circunstância favorece aos do "Exército Carioca" particularmente, mas facilita argumentos aos dos "outros Exércitos" que nunca desejaram o Rio.

Tôdas estas circunstâncias, se pesadas convenientemente, levam-nos à conclusão de que a seleção para os vários cargos aqui na Capital e, portanto, nos órgãos mais importantes do Exército, está sofrendo aquela influência — isto é, do fator econômico.

Não dizemos que só estão nos cargos aqui indivíduos que possuem casa ou dinheiro, mas sim que não estão em vários cargos muitos elementos de valor reconhecido somente porque suas condições particulares não o permitem.

Na marcha em que vão as coisas no setor "custo de vida", chegaremos bem cedo à necessidade de ter o Governo que dar vantagens não aos que servem onde nada há, ao menos pouco gastam, mas sim aos que vêm para os cargos aqui na Capital, onde há tudo, mas tudo lhes falta.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro

— das livrarias desta capital —

NOTÍCIAS MILITARES

Canhões de antanho

Ao falarmos em canhões, imediatamente nos vem à lembrança os canhões atuais, feitos de aço, ou os antigos feitos de ferro ou cobre. No entanto, não deixa de ser interessante sabermos que antigamente foram usados canhões de couro. Um dos exemplares desse tipo de canhão pode ser observado no Museu do Exército Espanhol, e mede 117 centímetros de comprimento total, tendo 70 milímetros de calibre. Foi conquistado aos revoltosos de Cuba, pelas forças do General Lasca, no ano de 1872. Sua alma é de madeira, e está envolta em pele de cavalo que envolve cinco ou seis vezes essa alma, não se observando no mesmo, no entanto, nenhuma costura, sendo reforçado exteriormente por dois trançados da mesma pele de cavalo, que se reúnem na culatra, sujeitando o que sobra do revestimento de baixo, que ali está reunido. Internamente, a alma não possui nenhum revestimento, a não ser no fundo, onde existe um taco de madeira.

Os revoltosos cubanos possuíam muitos desses canhões, e dentre eles um de tamanho considerável.

• •

Discos Voadores

A imprensa mundial continua a se preocupar incessantemente com as contínuas aparições dos discos voadores que são vistos por diversas pessoas, das mais variadas categorias, nos pontos mais distantes do globo. Também as explicações variam enormemente, conforme a fonte de que emanam. Os astrô-

nomos, geralmente consideram que os discos nada mais são do que planetas que, vistos em determinadas posições e em certas horas, se assemelham a imensos discos de fogo. Outros, consideram o fenômeno como um simples histerismo coletivo que se apoderou das massas, fazendo com que os povos sejam possuídos de visões motivadas pelo estado nervoso resultante da inquietação que se alastrou pelo mundo. Mas, uma grande maioria afirma convictamente tê-los visto e procura explicações científicas para os mesmos, considerando-os como um experimento de nova arma, ainda na fase de estudos.

No entanto, apesar das opiniões as mais variadas não emitimos uma opinião firme sobre o fenômeno, pelo simples fato de ainda não o termos testemunhado. Mas, não deixa de ser interessante comparar o que chamam de discos voadores, com os últimos tipos de helicópteros submetidos a experiências pelas grandes potências. Se imaginarmos um desses helicópteros em que as pás rotativas tenham sido substituídas por aparelhos de propulsão a jato, e que se tenha aproximado mais ainda da forma circular, como um arredondamento dos últimos tipos de azas voadoras, tipos esses que se assemelhavam imensamente a triângulos voadores, se imaginarmos um aparelho com essas modificações, dizíamos, não nos espantaremos se a *alucinação coletiva* se transformar verdadeiramente em uma visão concreta de novas armas experimentais. Além disso, não deixa também de ser interessante a observação de que os mesmos começaram a ser vistos, inicialmente, pelos residentes das proximidades das zonas norte-americanas em que

se fazem atualmente experiências ultra-secretas com novos engenhos bélicos. Depois de algum tempo, foram sendo vistos cada vez mais longe da referida zona, e somente a partir de alguns dias, começaram a aperecer em céus da Europa, e até aqui no Brasil.

Esperemos apenas que surja dentro de algum tempo uma explicação razoável para os mesmos, que só poderá ser dada pela potência responsável pelo aparecimento desses engenhos, caso se trate de experiências destinadas à fixação de uma nova arma.

• •

Estenógrafo mecânico

Acham-se mais aperfeiçoados ainda os processos referentes à obtenção de dados nas experiências balísticas, segundo informações colhidas no *The New York Times*, e referentes a um stenógrafo mecânico para ser transportado em projétils dirigidos e destinado à gravação elétrica dos dados relacionados com a experiência.

O novo aparelho é fixado na ogiva do projétil, sendo a fita gravadora colocada em um envólucro metálico para que possa resistir ao choque da queda. Esse gravador possui 0,26 m de comprimento por 0,20 m de diâmetro, pesando apenas 20 quilos. Por meio de sinais elétricos, grava em uma fita de aço de 45 metros de comprimento, aproximadamente 200 dados diferentes, tais como temperatura e pressão do ar, velocidade e outros, em diversas posições ocupadas pelo projétil em sua trajetória.

Após a experiência, dada sua grande resistência, é o gravador recolhido, e a fita "ouvida", sendo os dados registrados em um gráfico. Seu mecanismo registra dados colhidos em um período de aproximadamente 110 segundos de trajetória.

• •

Psicologia militar

Sabemos que na última Grande Guerra, o Exército Americano se

preocupou sobremaneira com o problema da psicologia militar, e nunca será demais lembrarmos o quanto de importância deram ao mesmo. De um trabalho relacionado com essa mobilização de psiquiatras, podemos obter informações relativas à deficiência com que lutaram relativamente a esses especialistas tão necessários. Em 1940, o Exército de paz possuía um efetivo de apenas 180 mil homens, contando para esse número com apenas 1.200 médicos militares, dos quais 37 eram psiquiatras, mas somente 4 possuíam o diploma do Conselho Americano de Psiquiatria e Neurologia. Assim sendo, teve o Exército necessidade de convocar médicos civis em grande número para poder fazer face ao vasto programa por ele organizado. No entanto, no próprio meio civil era pequeno o número de médicos psiquiatras, pois no começo da guerra, o número total de membros da Associação Psiquiátrica Americana era de menos de 3 mil, isto é, aproximadamente 2 % dos médicos do país.

Incorporou o Exército 2.404 médicos civis como neuro-psiquiatras, mas muitos desses não possuíam a necessária experiência e treinamento indispensáveis a um especialista, motivo pelo qual foram classificados em quatro categorias distintas, com a seguinte proporção:

Grupo A: Somente 21 médicos foram classificados nesta categoria, a que pertenciam os de grande experiência e grande habilidade e competência amplamente comprovadas.

Grupo B: 401 médicos foram classificados nesta categoria, que incluía profissionais com diploma da Associação Psiquiátrica Americana e que fossem capazes de administrar um serviço psiquiátrico em um hospital geral.

Grupo C: Possuíam um treinamento na especialidade que variava de 3 a 5 anos, sendo classificados 729 médicos nesta categoria.

Grupo D: Reunia os médicos com experiência inferior à do grupo C, e também os que tiraram

um curso de três meses na Escola de Neuro-psiquiatria do Exército. Compreendia 1.251 médicos.

Por aí vemos o pequeno número de psiquiatras de primeira categoria (21), e o elevado número dos de quarta (1.251) que reuniam mais da metade do número total.

Ainda sobre a importância dada pelos Norte-americanos à psiquiatria na última guerra, não deixa de ser interessante a transcrição de uma carta do saudoso estadista Franklin Delano Roosevelt, dirigida ao seu Secretário da Guerra, e que deu como resultado um incremento considerável na atenção que estava sendo dada ao problema. Ei-la:

"Dezembro, 4 de 1944.

"Meu caro Sr. Secretário:

"Estou profundamente preocupado com as condições físicas e emocionais dos homens que tiveram baixa ao regressarem à Pátria, após a guerra. Creio, e sei que V. pensará igualmente, que é nossa obrigação realizar todos os esforços para que os referidos homens retornem como cidadãos úteis a eles mesmos e à comunidade. Desejo que V. emita instruções com a finalidade de imputar às autoridades militares, a responsabilidade de assegurar que nenhum paciente de ultramar tenha baixa das forças armadas sem que tenha recebido o máximo de benefícios de hospitali-

zação e cuidados de convalescença, a qual deve incluir uma reabilitação física e psicológica.

"Muito sinceramente seu,

Franklin Delano Roosevelt."

Segundo o Brigadeiro General WILLIAM C. MENNINGER, os fatores que motivaram diversas falhas no serviço psiquiátrico do Exército Americano na última guerra, foram:

a) O esquecimento dos ensinamentos da 1ª Guerra Mundial, o que motivou uma considerável falta de previsão nos planos de organização;

b) O número insuficiente de psiquiatras do Exército permanente e a insuficiente preparação psiquiátrica de mais da metade dos médicos civis incorporados;

c) O desconhecimento de que a imensa maioria dos transtornos psíquicos surgidos em combate são recuperáveis em poucos dias, com tratamento adequado, dentro do escalão Divisão, enquanto esses mesmos transtornos se fixam, tornando-se crônicos, quando os pacientes são evacuados diretamente à Zona da Retaguarda. Vimos que durante os primeiros anos de guerra, o tratamento não era ensaiado e nem permitido, sendo os pacientes evacuados para a retaguarda, em busca de um diagnóstico e baixa consecutiva.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

**RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL
DOS ACIONISTAS DO BANCO DO BRASIL, PELO
SEU PRESIDENTE, DR. OVIDIO DE ABREU, EM
DATA DE 27 DE ABRIL DO CORRENTE ANO**

Srs. Acionistas.

Cumprindo preceito legal e de acôrdo com o art. 35, número 6, dos Estatutos, temos a honra de submeter à vossa apreciação as contas do exercício de 1949, com um relato dos principais fatos ocorridos.

Assumindo a presidência do Banco do Brasil em 29 de julho de 1949, em virtude de Decreto de 26 do mesmo mês, do Sr. Presidente da República, procuramos orientar-nos no sentido dos interesses do Banco e do País, em harmonia com a política econômico-financeira adotada pelo Governo.

É com prazer que salientamos o constante apóio que o Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, tem dispensado ao nosso Instituto, cujo desenvolvimento acompanha com real interesse.

Do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho, que por largo período, com brilho e dedicação, administrou êste estabelecimento, tem merecido o Banco, igualmente, preciosa atenção.

Desejamos ressaltar a atuação profícua dos nossos colegas, Diretores Pedro Demosthenes Rache, Jorge de Toledo Dodsworth, Alberto de Castro Menezes, Walther Moreira Salles, Marino Machado de Oliveira, Pedro de Mendonça Lima e General Anápio Gomes, aos quais deve a nossa Casa assinalados serviços.

O Conselho Fiscal, composto de destacadas figuras de nossos meios financeiros, senhores João Daudt d'Oliveira, Carloman da Silva Oliveira, Argemiro de Hungria Machado, Pedro de Magalhães Corrêa e José Mendes de Oliveira Castro, além de desincumbir-se de suas atribuições, prestou à Administração cordial e valiosa cooperação.

Com êsse apóio e essa colaboração, procuramos desde logo entrar no exame de questões palpitantes que reclamavam solução.

Uma delas foi a referente às dívidas dos pecuaristas, na qual, como é sabido, o Banco é grandemente interessado. Os criadores e recriadores em dificuldade eram em número reduzido, relativamente ao dos componentes da classe, mas os embaraços com que lutavam tornaram-se tão sérios que vinham afetando a economia de diversas zonas.

O Banco do Brasil, tendo em vista o empenho do Sr. Presidente da República em corrigir a situação, colaborou com a Câmara dos Deputados, por intermédio de sua Comissão de Finanças, no sentido de ser encontrada fórmula capaz de resolver o problema. Resultou dêsses esforços a Lei n. 1.002, de 24 de dezembro de 1949, que concedeu novo prazo de 10 anos para o pagamento de 50 % das dívidas e a transferência para a responsabilidade da União dos outros 50 %, à medida que efetivamente resgatada a parte a cargo dos devedores. A quota que a União assumir será liquidada também em 10 anos, mediante a entrega de apólices aos credores, nos vencimentos das prestações.

A Lei promoveu o desfogo da situação dos pecuaristas pela redução de suas dívidas à metade e preservou o princípio da pontualidade na satisfação dos compromissos, base do crédito bancário, ao mesmo tempo que evitou a emissão imediata de vultosa quantia em apólices.

Ainda em consequência dessa Lei, que regularizou em definitivo a situação dos pecuaristas, determinamos o início de estudos tendentes a restabelecer as operações do Banco com aqueles clientes.

Em novembro de 1949, propusemos ao Governo a reforma do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a fim de possibilitar o incremento de empréstimos aos criadores, o que, como se verá adiante, está em via de execução.

Outra questão objeto de imediatos cuidados da Diretoria foi a revisão dos limites de operações das Agências, pois, embora tivesse havido uma elevação geral de 40 % em 1948, era evidente que muitas não vinham podendo atender convenientemente aos negócios das respectivas regiões, sendo que várias delas se mantinham mesmo no regime de *deficit*.

Essa revisão, que obedeceu ao critério das possibilidades econômicas das diversas zonas, ampliou a capacidade das Agências de efetuar empréstimos à produção em volume de Cr\$ 1.457.020.000,00, atingindo Filiais localizadas em todos os Estados.

Problema relevante e intimamente ligado também aos interesses do Banco, e que mereceu nossa imediata atenção, foi o aumento de vencimentos do funcionalismo. Adotadas as indispensáveis medidas para garantir a obtenção dos recursos necessários a esse encargo de caráter permanente, encontrou-se uma fórmula que correspondeu plenamente às conveniências dos funcionários e do próprio Banco, concorrendo para um ambiente de trabalho agradável e profícuo, e que consistiu na promoção de quase todo o funcionalismo ao cargo efetivo imediato e na reestruturação dos quadros, fazendo-se o simples aumento de vencimentos apenas em relação a determinadas categorias.

Paralelamente, foi modificado o regime de remuneração dos cargos de administração nas Filiais, de modo a interessar neles funcionários mais antigos e experientes, em benefício do próprio Banco.

Muitos outros assuntos de maior relêvo, que escapavam à rotina dos negócios, foram resolvidos pela Diretoria, destacando-se o financiamento dos estoques de açúcar nos Estados produtores; o fornecimento de recursos aos moinhos para aquisição oportuna da produção nacional de trigo; o adiantamento de importantes verbas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para as obras da rodovia Rio-São Paulo; os empréstimos a várias Unidades Federadas, destinados a obras de interesse público.

Assim também foi deliberada a elevação da base de adiantamento sobre café, atendendo aos reclamos dos produtores e comerciantes, que desejavam ver assegurada a estabilidade dos novos preços, para tranquilidade da economia cafeeira.

A administração se preocupa com alguns outros problemas de importância para o bom andamento dos negócios e serviços do Banco, como a construção de um edifício capaz de abrigar todo o aparelhamento da Direção Geral e a criação de um curso para aperfeiçoamento dos administradores das Filiais.

É óbvio o inconveniente da situação em que se encontram os serviços da Direção Geral, espalhados por vários edifícios. Luta-se com má acomodação, e a falta de espaço cria dificuldades aos trabalhos, inclusive da Agência Central.

Pretendemos resolver esse antigo problema, dando ao Banco do Brasil sede condigna e adequada sob todos os pontos de vista. As primeiras providências para isto já estão em curso, visando à aquisição de terreno que preencha os requisitos necessários.

A par dessas e outras preocupações, não descuramos de manter as tradicionais e estreitas relações com o Tesouro Nacional.

Examinando as operações do Banco, verifica-se logo a preponderância das que se relacionam com o Governo Federal, fato que se harmoniza perfeitamente com a função de banco oficial que sempre exerceu o nosso Instituto.

Para se avallar a extensão das relações do Banco do Brasil com a União, basta citar as seguintes atribuições que lhe foram confiadas pelo Governo :

- agente financeiro da União (recolhimento das receitas, abertura de créditos e movimento de fundos por todo o território nacional) ;
- execução e controle, por conta do Governo Federal, das operações de câmbio em todo o País ;
- controle das exportações e importações, mediante o serviço de licença prévia ;
- operações de redesconto bancário ;
- agente financeiro da Caixa de Mobilização Bancária, que tem por finalidade proporcionar empréstimos especiais a bancos cujos encaixes tenham caído de nível em virtude de anormais retiradas de depósitos ;
- fiscalização bancária, no que respeita a operações de câmbio ;
- controle e liquidação de bens dos súditos dos países que estiveram em guerra com o Brasil ;
- compra de ouro (20 % da produção das minas nacionais) ;
- operações especializadas de assistência ao comércio exportador e importador ;

- operações especializadas de crédito agrícola, pecuário e industrial ;
- operações de defesa de mercados de produtos agrícolas.

Trata-se de funções as mais heterogêneas, que correspondem virtualmente às de todo um sistema bancário. Levá-las a cabo, pela forma por que o tem conseguido fazer, é serviço relevante que o Banco do Brasil presta ao País.

Para poder enfrentar os riscos e ônus decorrentes das múltiplas tarefas, que é chamado a desempenhar, como banco oficial, em benefício da coletividade nacional, era indispensável ao Banco acumular recursos ponderáveis.

Conseguiu-o nos 44 anos de sua existência, graças à orientação segura das administrações que nos precederam e à compreensão, que sempre predominou nesta Casa, de que sua função transcende a de uma simples empresa mercantil, para se confundir com a de poder público.

Assim é que, por meio da não distribuição de parte dos lucros obtidos, se elevaram os recursos próprios do Banco, dos 70 mil contos de capital com que se instalou, na sua fase atual, a 5 de julho de 1906, a Cr\$ 2.993.782.000,00, a quanto montam o capital atual (Cr\$ 100.000.000,00) e as reservas acumuladas, às quais se poderiam acrescentar ainda Cr\$... 1.091.741.000,00, referentes ao líquido das "contas de resultado pendente", em 31 de dezembro de 1949, que também constituem valores pertencentes ao Banco.

A esses recursos próprios vieram juntar-se capitais de terceiros, confiados ao Banco em depósito ou a outro qualquer título, os quais somavam, em 31 de dezembro findo, Cr\$... 32.032.199.000,00.

Ao findar o ano, tinha, pois, o Banco à sua disposição fundos no total expressivo de Cr\$ 36.117.722.000,00, provenientes das seguintes fontes :

	Cr\$
do Tesouro Nacional, de Estados e Municípios e de outras entidades públicas.....	15.891.431.000,00
de outros bancos.....	5.261.098.000,00
do público em geral.....	9.134.972.000,00
de diversas outras origens.....	1.744.698.000,00
total dos capitais de terceiros.....	32.032.199.000,00

	Cr\$
recursos próprios, inclusive "contas de resultado pendente".....	4.085.523.000,00
total geral.....	36.117.722.000,00

A posse desses volumosos recursos é que tem permitido ao Banco prestar ampla assistência financeira aos Poderes Públicos, bem como amparo a todas as classes produtoras, ao comércio e a particulares.

Note-se, porém, que não o faz com o único objetivo do lucro. Ao contrário, realiza muitos de seus empréstimos, em volume considerável, a juros baixos, como 6 %, nos adiantamentos ao Governo Federal, e 7 %, nos financiamentos rurais feitos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Mantém, ainda, muitas Filiais deficitárias, com a preocupação de levar o benefício do crédito bancário, especialmente em favor das classes rurais, a zonas onde os estabelecimentos de crédito privados não consideram interessante instalar-se.

Ao findar o ano próximo passado, as aplicações de fundos feitas pelo Banco distribuíam-se como segue, em grandes verbas :

	Cr\$
Empréstimo de várias modalidades concedidos ao Tesouro Nacional.....	18.703.539.000,00
Empréstimos a Estados e Municípios..	1.588.972.000,00
Empréstimos a outras entidades públicas.....	1.044.640.000,00
Empréstimos a bancos, inclusive os de conta da Caixa de Mobilização Bancária (Cr\$ 1.890.161.000,00), e títulos descontados a bancos por conta da mesma Caixa, contabilizados em "Títulos Descontados" (Cr\$ 475.802.000,00).....	2.365.963.000,00
Empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial a agricultores, pecuaristas e industriais.....	5.656.479.000,00

	Cr\$
Empréstimos ao público em geral, pela Carteira de Crédito Geral e de Ex- portação e Importação.....	7.334.876.000,00
Outras aplicações (imóveis, etc.).....	1.350.859.000,00
Dinheiro em Caixa.....	1.352.128.000,00
	<hr/>
	39/397.456.000,00

O exame desses dados revela que o Banco do Brasil, cumprindo sua missão de banco oficial, tem destinado apreciável parcela de seus recursos às operações com os Poderes Públicos, facilitando, assim, a execução dos programas de obras de interesse coletivo. A demonstração abaixo, referente às operações realizadas em virtude de sua qualidade de banco oficial, também esclarece este ponto :

	Cr\$
— empréstimos ao Tesouro Nacional, a Estados, a Municípios, a outras entidades públicas e a bancos (na maioria como agente financeiro da Caixa de Mobilização Bancária)...	23.703.114.000,00
— depósitos recebidos do Tesouro Na- cional, de Estados, de Municípios, de outras entidades públicas, de ban- cos e outros depósitos compulsórios	21.152.529.000,00
	<hr/>
diferença.....	2.550.585.000,00

Vê-se, assim, que, a despeito do volume a que atingiram, os recursos normais do Banco não foram suficientes para fazer face aos pedidos de crédito que tivemos de atender, partidos tanto das classes produtoras como dos órgãos oficiais. O Banco foi buscar na Carteira de Redescontos a diferença entre seus recursos e as aplicações que fez, tendo obtido desta suprlmentos que se elevavam em 31 de dezembro de 1949 a Cr\$ 3.279.734.395,50.

O ano de 1949, como os anteriores do atual Governo, ainda sob a influência dos efeitos perturbadores da guerra, deve ser encarado como um período de reajustamento e consolidação da economia nacional.

Em nosso País, as consequências do conflito mundial seriam necessariamente prolongadas, dadas as condições de nossa estrutura econômica.

Em face dessa realidade, o balanço das atividades econômicas brasileiras, nesse período, merece ser classificado como favorável.

O regime de ordem e respeito às leis assegurado em nosso País ofereceu clima propício ao desenvolvimento das iniciativas privadas, que se exerceram com pleno rendimento e resultados geralmente compensadores.

Todos os negócios se mantiveram ativos e a produção nacional, fabril e rural, encontrou colocação remuneradora, muito tendo contribuído para isso o fortalecimento do mercado interno, decorrente do maior poder aquisitivo atual das classes trabalhadoras.

Ao inverso do que acontece a outros países, que lutam com o difícil problema do desemprego, há entre nós certa deficiência de mão-de-obra, especialmente nos meios rurais. O Governo muito se tem preocupado com o problema da imigração, com o objetivo de corrigir a situação. Fôrça é reconhecer, porém, que nos resta bastante que fazer nesse setor.

Os transportes entre as várias regiões do País acusaram progressos, principalmente os rodoviários, pois o Governo Federal tem incrementado consideravelmente a construção de estradas de rodagem, no que o Banco do Brasil vem colaborando de modo decisivo.

Não desapareceram de todo certos senões, devidos ao notório desaparecimento de muitas das nossas ferrovias, mas é justo reconhecer que não houve óbices sérios à circulação da riqueza.

Merece destaque especial o incremento que vem tendo o transporte de mercadorias por via aérea, entre zonas distantes, convertendo-se a aviação, de veículo exclusivo de passageiros, correspondência e pequenas encomendas, em conduto de cargas pesadas.

É de suma importância para o Brasil êsse desenvolvimento do transporte aéreo, pois representa a possibilidade de escoamento da produção de muitas regiões do território nacional, de grande potencial econômico, as quais, sem tal recurso, continuariam ainda por longo tempo completamente isoladas, em detrimento do progresso local e da riqueza geral.

Dois fatos relevantes influenciaram fortemente o nosso comércio com o exterior, afetando, naturalmente, inúmeros setores da economia nacional: a existência dos "atrasados" comerciais em dólares e a desvalorização da libra esterlina, seguida pela das moedas a ela ligadas.

Decidido a resolver o problema dos "atrasados" com os nossos próprios recursos, o Governo adotou a política de restrição dos gastos no exterior, limitando ao indispensável as compras e despesas em moedas arbitráveis, especialmente em dólares. Assim, tomaram-se medidas para a intensificação do controle de nossa importação, as quais, todavia, têm caráter de emergência, devendo desaparecer com o aumento da produção.

Os "atrasados" estão em via de regularização, para o que influiu poderosamente, é inegável, o contingente imprevisto de divisas que nos trouxe a alta dos preços do café.

Justo é ressaltar o papel desempenhado pelo Banco do Brasil nessa luta pelo equilíbrio da balança de pagamentos. Encarregado pelo Governo do controle em todo o território nacional, tanto da distribuição das disponibilidades cambiais existentes, quanto das importações e exportações, realizou e realiza o Banco um trabalho penoso, inçado das maiores dificuldades, ao qual tem conseguido dar desempenho quanto possível satisfatório.

As desvalorizações monetárias e dificuldades cambiais verificadas em alguns países perturbaram o ritmo da exportação de produtos nacionais, como madeiras, mate, cacau, frutas de mesa e outros.

Essas situações parciais têm merecido toda a atenção do Governo Federal. Acordos comerciais foram feitos ou reformados ou se acham em estudo a fim de normalizar o nosso intercâmbio com os referidos países e aplainar as dificuldades surgidas no comércio internacional.

Outrossim, foram permitidos, a título excepcional, negócios de exportação vinculados com outros de importação (processo dito "de compensação"), por meio dos quais foi ou está sendo dada saída aos estoques retidos de cacau, fumo, sisal, madeiras (nos Estados do Sul), cêra de carnaúba, castanha do Pará e outras mercadorias.

A desvalorização de tantas moedas estrangeiras provocou debates em nosso País sobre a conveniência da depreciação do cruzeiro ou da adoção de taxas cambiais múltiplas.

O Governo, todavia, decidiu manter o valor do nosso signo monetário.

*
* *

O crédito bancário tornou-se bem mais acessível. Vencida gradativamente a crise iniciada em 1946, os bancos privados, demonstrando sua confiança na situação dos negócios, expandiram apreciavelmente os empréstimos, medida tanto mais oportuna, quanto a elevação dos preços dos principais produtos agrícolas ocasionou procura acentuada de crédito.

Os empréstimos realizados por todos os bancos ascendiam, em 31 de dezembro de 1949, segundo as estatísticas oficiais, a 62.419 milhões de cruzeiros, não computados os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional para financiamento das operações cambiais e para a integralização da quota do Brasil, em moeda nacional, junto ao Fundo Monetário Internacional. Em 31 de dezembro de 1948, o total era de 51.309 milhões, donde o acréscimo, em 1949, de... 11.110 milhões de cruzeiros, correspondente a 22 %.

Uma vez que os empréstimos do Banco do Brasil, observado o mesmo critério de exclusão acima, acusaram uma elevação, de 1948 para 1949, de 4.680 milhões de cruzeiros, conclui-se que os bancos privados também aumentaram os seus financiamentos de 6.430 milhões.

Em 1946, era das mais delicadas a situação de vários bancos nacionais; alguns com seus ativos fortemente imobilizados em aplicações de liquidação demorada, viram-se ameaçados de instabilidade financeira, em virtude da crise então reinante.

Enfrentou o Governo, com decisão, o complexo problema, cabendo à Caixa de Mobilização Bancária e à Carteira de Redescontos a difícil tarefa de promover a normalização da situação.

A Caixa de Mobilização Bancária, sobretudo, foi atribuída grave incumbência na ocasião, uma vez que, enquanto a Carteira de Redescontos atendia aos bancos em suas necessidades comuns, negociando títulos a curto prazo, aquela foi chamada a intervir quando, em face de anormais retiradas de depósitos e conseqüente desnível substancial de encaixe, se expunham os estabelecimentos de crédito ao perigo da desconfiança pública.

Obtendo dos bancos, como garantia, imóveis, títulos comerciais e públicos e, quando necessário, o aval dos respectivos diretores, forneceu-lhes a Caixa os recursos de que careciam para restabelecer seus níveis normais de encaixe.

No desempenho dessa importante missão, a Caixa de Mobilização Bancária aumentou seus empréstimos (aplicações líquidas anuais), como se vê abaixo :

	Cr\$
Saldo em 31-XII-945.....	164.000.000,00
Importância líquida aplicada em 1946....	448.000.000,00
Idem, idem em 1947.....	876.000.000,00
Idem, idem em 1948.....	690.000.000,00
Idem, idem em 1949.....	137.000.000,00

Os algarismos acima revelam que a crise, cuja maior intensidade se registrou no triênio 1946-1948, acusou decisivo declínio no ano próximo passado.

Esse foi um dos motivos por que o crédito bancário pôde desenvolver-se de modo favorável, como já vimos.

*
* *

O Tesouro Nacional encerrou as contas do exercício financeiro de 1949 com um *deficit* de 2.810 milhões de cruzeiros.

O volume de papel moeda em circulação acusou aumento de 2.349 milhões de cruzeiros, passando de 21.696 milhões em 31 de dezembro de 1948, para 24.045 milhões em 31 de dezembro de 1949.

Dêsse acréscimo já foram devolvidos à Caixa de Amortização, pela Carteira de Redescontos, no corrente ano e até a data dêste relatório, 400 milhões de cruzeiros, a título de resgate da emissão feita.

*
* *

É natural que tais e outras circunstâncias tenham influido nas variações dos índices do custo da vida. Considerando os dados de 1946 como equivalentes a 100, tivemos, em fins de 1948, o índice 126. e, ao terminar o ano de 1949, o de 136.

Terão contribuído para isso, certamente, a expansão dos meios de pagamento e o maior poder aquisitivo colocado à disposição das classes trabalhadoras.

Enquanto se opera o entrechoque de tantos fatores de variada ordem, em busca dos níveis naturais dos preços, a capacidade aquisitiva vai mudando irresistivelmente de plano, na ânsia de se conseguir o equilíbrio econômico tão almejado por todas as classes sociais.

O principal elemento, todavia, para a consecução dêsse *desideratum* deve ser procurado no aumento da produção, de modo que o custo mais baixo desta e a maior oferta atuem provocando a redução dos preços das utilidades essenciais.

Neste sentido foram dignos de menção os esforços do Governo, sendo as perspectivas para o corrente ano mais animadoras; espera-se expansão da produção primária, especialmente de gêneros alimentícios, e os preços deverão acusar algum declínio, em benefício dos consumidores.

*
* *

Ainda não se possuem dados precisos sobre a produção das indústrias de transformação, mas a opinião generalizada é de que se manteve, de um modo geral, no mesmo nível do

ano anterior. Já nas indústrias básicas registraram-se aumentos significativos (cimento — 15 % ; ferro e aço, laminados — 24 % ; papel — 11 % ; pneumáticos — 20 % ; câmaras-de-ar — 17 %).

Pode afirmar-se que as fábricas trabalharam em 1949 com inteiro aproveitamento de suas capacidades e os resultados financeiros obtidos foram bastante compensadores.

Em todo o território nacional as usinas de energia elétrica não conseguem satisfazer integralmente aos pedidos de fornecimento, o que tem provocado um ativo movimento de ampliação das instalações existentes ou de montagem de novas.

Nota-se generalizada e constante preocupação de enriquecer e modernizar o parque industrial, por meio da construção de fábricas novas ou pela reforma das existentes.

O Banco do Brasil prestou, em 1949, decidida colaboração a êsse louvável movimento, concedendo créditos no total de 698 milhões de cruzeiros, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e pela Agência Especial de Financiamento, destinados a custear reformas ou instalações fabris.

* *

Muito se deve à tenacidade dos agricultores que, lutando com escassez de braços e outros óbices, conseguiram cultivar em 1949 área superior em 3,9 % à de 1948 (16.858.000 hectares contra 16.219.000).

Tudo indica que área ainda maior terá sido cultivada para a safra do corrente ano, em virtude do estímulo das altas cotações atuais e da garantia de preços mínimos oferecida pela Lei n. 615, de 2 de fevereiro de 1949, para arroz, feijão, milho, amendoim, girassol, soja e trigo.

Premido pela falta de braços e alertado já para as vantagens do trabalho mecânico da terra, o nosso lavrador vem recorrendo cada vez mais ao auxílio das máquinas agrícolas. Grande incremento tomaram as importações de instrumentos agrícolas, as quais passaram de 8.965 toneladas em 1948, para 18.182 toneladas em 1949. Entraram no País 2.001 tratores no último ano.

Também a importação de fertilizantes e adubos acusou grande ascensão em 1949, o que comprova o aprêço que o lavrador patricio vem dando à racionalização de sua atividade.

Também neste setor o Banco do Brasil, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tem prestado todo o auxílio que lhe é solicitado. Os créditos abertos para aquisição de tratores e outras máquinas agrárias, os quais não passaram, em 1947 e 1948, de 829 mil e 6 milhões de cruzeiros, respectivamente, ascenderam, em 1949, a 52 milhões de cruzeiros.

Com exclusão do café, as principais lavouras tiveram sua produção aumentada em proporção bastante animadora, como se vê no quadro infra :

AUMENTO DA PRODUÇÃO EM 1949 (*)

PRODUTOS	% SOBRE 1948
Cacau.....	33
Algodão.....	26
Batata.....	24
Trigo.....	16,5
Arroz.....	3,7
Banana.....	9
Feijão.....	6
Mandioca.....	6
Milho.....	1
Amendoim.....	1

(*) Dados sujeitos a pequenas retificações.

É promissor o avanço verificado na produção do trigo (16,5 %), o qual evidencia o acerto da política de fomento adotada pelo Governo.

O nosso Banco, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tem-se feito presente nessa patriótica campanha, elevando seus financiamentos de 54, no total de 1 milhão de cruzeiros, em 1947, para 828, somando 27 milhões, em 1949.

Outrossim, convencido de que o êxito da produção nacional de trigo depende de que haja sempre fácil e oportuno

escoamento das colheitas, abriu o Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Geral, créditos na importância de 340 milhões de cruzeiros às organizações moageiras do Distrito Federal e dos Estados do Nordeste, de São Paulo e do Sul, para serem aplicados exclusivamente na aquisição de trigo de produção nacional da safra 1949-50.

Acontecimento de marcante significação para a economia nacional, conforme assinalamos anteriormente, foi a alta do preço do café, verificada nos derradeiros meses de 1949, e devida à conjugação de três fatores: o pequeno volume da colheita futura no Brasil, a liquidação dos estoques do Departamento Nacional do Café, conseqüente da extinção dessa autarquia, e o aparecimento, no mercado, como compradores, de países há longo tempo afastados em virtude dos efeitos da guerra mundial.

Raros produtores se beneficiaram da alta; a maioria já havia vendido suas colheitas, quando o mercado melhorou. Reina, entretanto, no seio da laboriosa classe dos cafeicultores, justificado entusiasmo ante a perspectiva de auferirem na próxima safra o merecido benefício de preços altamente remuneradores.

Outra conseqüência favorável da alta foi, como já dissemos, o volume considerável e inesperado de divisas que carreou para o ativo de nossa balança de pagamentos internacionais, contribuindo decisivamente para apressar a regularização dos "atrasados" comerciais em dólares.

Infelizmente, a seca ocorrida no segundo semestre de 1949 prejudicou muito a colheita do corrente ano. O Governo tomou, pela Lei n. 1.003, de 24 de dezembro de 1949, medidas excepcionais para assegurar assistência financeira adequada às lavouras afetadas pela estiagem, devendo as respectivas operações ser realizadas por este Banco, por conta da União.

O Banco do Brasil, por sua vez, visando ao mesmo objetivo, adotou, em 26 de novembro de 1949, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, medidas de emergência, ordenando às suas Filiais localizadas nas zonas cafeeiras a realização de financiamentos em bases especiais, destinados a ser convertidos nos empréstimos previstos no referido diploma legal.

Por outro lado, o combate à "broca" do café, conduzido com eficiência pelo Governo, teve o desejado êxito, não restando dúvida sobre que a infestação dos cafezais por essa perigosa praga pode ser impedida.

O rendimento por hectare de nossa agricultura continua baixo, o que não só prejudica os lavradores, por lhes reduzir o lucro, como dificulta o aumento da produção nacional, fazendo com que os frutos colhidos não sejam proporcionais ao esforço despendido.

Várias causas podem concorrer para isso, mas uma das principais é a ausência quase completa do emprêgo da irrigação.

Com exceção de algumas regiões em que a irrigação, facilitada pelas condições naturais ou imposta pela permanente aridez do clima, tem sido bastante utilizada, na maior parte do território nacional, inclusive Estados como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Paraná, as plantações ficam à mercê dos azares do tempo.

Se as chuvas não vêm no período da germinação, ainda há o recurso, dispendioso embora, do replantio; se faltam, porém, na época da frutificação, não há defesa e o prejuízo pode ser completo.

Com os altos preços das terras, das sementes, do material e da mão-de-obra, é de impressionar o arrôjo com que os agricultores trabalham e invertem capitais nas lavouras anuais, sob o risco, tantas vezes convertido em realidade, da falta de chuvas oportunas.

Ao Governo cabe, principalmente, a solução dêsse magno assunto, por meio de grandes sistemas de represas e distribuição das águas por terras cultiváveis adjacentes.

Há, entretanto, que considerar as possibilidades reservadas à iniciativa privada nesse terreno, em resguardo dos interesses individuais e dos da coletividade, que necessita urgentemente de maiores colheitas.

Como é sabido, terras cultiváveis há que não reúnem as condições indispensáveis à viabilidade da irrigação; noutras, os serviços seriam caros demais. É certo, entretanto, que em muitas áreas presentemente cultivadas ao sabor dos caprichos climáticos, a irrigação poderia ser feita com maior ou menor

ônus, mas com benefícios indiscutíveis, traduzidos principalmente na garantia de que não se perderiam colheitas por falta de chuvas.

Preferível seria o plantio de áreas menores, com os recursos da irrigação, da defesa contra a erosão, do uso de adubos e de outros processos racionais, à cultura extensiva, cujos resultados são falíveis.

O baixo rendimento por hectare, que tem ferido a observação dos entendidos, oriundo principalmente da falta de irrigação, representa o verdadeiro drama do nosso lavrador, que vê a oportunidade dos altos preços esvaír-se ante o malôgro da colheita.

Mesmo numa lavoura permanente e de reconhecida resistência como a cafeeira, são freqüentes os danos causados pela falta de chuvas, tanto para a vida da planta, como para a formação das colheitas. Ainda agora, quando produzir mais café seria tão vantajoso para o Brasil, assistimos a uma redução da colheita futura, porque faltaram as chuvas na época da florescência dos cafezais.

O problema da irrigação de lavouras permanentes, semi-permanentes ou anuais merece a máxima atenção, não só dos Poderes Públicos mas também dos produtores.

O Banco do Brasil já tem prestado seu auxílio financeiro, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, para a construção de aparelhagens de irrigação, a prazo suficientemente largo, de modo a possibilitar aos interessados o reembolso do empréstimo com os recursos de várias colheitas.

*
* *

A produção de carne bovina no País, em 1949, não deve ter sido inferior à do ano anterior, que atingiu a 910.000 toneladas.

O abastecimento à população dos grandes centros, que fôra tão irregular nos exercícios precedentes, melhorou sensivelmente no último ano, se bem que ainda não tenha voltado à antiga normalidade.

Fator geralmente reconhecido como perturbador do crescimento normal dos rebanhos bovinos, capaz até de constituir

ameaça para o abastecimento futuro de carne à população, é a matança desordenada de vacas e animais novos, que se vem processando nas charqueadas do interior, a despeito da fiscalização oficial.

Atribui-se essa errônea orientação às dificuldades financeiras com que lutam os criadores, que se desfazem de fêmeas aptas para a reprodução e de crias em fase de desenvolvimento, premidos pela necessidade de realizar numerário.

Atento às legítimas necessidades da produção nacional, e a fim de melhor amparar os criadores, deliberou o Banco do Brasil, em 23 de novembro de 1949, propor ao Governo modificações no regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendentes a permitir nova modalidade de assistência financeira aos criadores. Aprovadas que foram as alterações regulamentares, serão iniciadas brevemente as novas operações, que consistirão em adiantamentos sobre a produção anual dos rebanhos e terão por fim colocar à disposição dos criadores, cada ano, os meios financeiros de que carecem, permitindo-lhes assim auferir o maior rendimento possível de suas atividades, graças à capacidade de só vender a produção após recriada ou até mesmo depois de gorda.

Não temos dúvida em afirmar que esse novo tipo de financiamento será decisivo para a prosperidade dos criadores de gado bovino.

É imperioso que os criadores nacionais se capacitem de que o êxito de sua atividade, assim como a plena satisfação do interesse geral da coletividade, dependem da elevação do rendimento dos rebanhos.

Nas regiões em que se concentram os nossos maiores rebanhos bovinos para corte, a criação é feita extensivamente, nas condições mais primitivas, sem os requisitos elementares da zootecnia. Por isso mesmo, as crias obtidas não passam de 30 % a 40 % do número de matrizes. Para se formar idéia da grave perda que sofre anualmente a economia nacional, basta lembrar que em outras zonas, onde predominam as fazendas melhor aparelhadas, o índice de produção — que ainda não se pode considerar ótimo — é de 50 % a 60 %.

Também para esse fim a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial tem feito grande número de empréstimos, propi-

ciando a criadores o aperfeiçoamento de suas propriedades, com o objetivo de incrementar o rendimento dos rebanhos.



A seguir, são prestadas pelo Dr. Ovídio de Abreu informações pormenorizadas sobre vários assuntos de interesse geral, especialmente os relacionados com o Banco do Brasil. E, o relatório finaliza com as seguintes palavras :

Prestadas as contas do exercício e informações sobre as principais atividades do Banco, entregamos ao julgamento dessa magna Assembléia os resultados obtidos em 1949, pondo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Este relatório buscou refletir, na complexidade de seu duplo aspecto econômico e financeiro, e na sua ação eminentemente criadora e estimuladora, os trabalhos desenvolvidos pelo Banco do Brasil durante o ano de 1949.

Por certo, não terá conseguido retrair, em toda a sua amplitude, o que foi a contribuição prestada pelo Instituto, naquele período, ao progresso e ao incremento das forças que edificam a riqueza do País.

A influência exercida pelo Banco do Brasil, como agente de propulsão da economia nacional, traduz-se em múltiplas realizações, das quais não são menos importantes aquelas que, em número avultado, resultam indiretamente de medidas de caráter geral, tomadas nesta Casa.

Ao terminarmos, apraz-nos assinalar, pois, o auspicioso fato de que cresce, dia a dia, a participação deste Banco em todas as atividades que se relacionam com a vida econômica e social da Nação, nos seus aspectos mais relevantes.

OVÍDIO XAVIER DE ABREU

MARÇO DE 1950

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 1 de fevereiro a 31 de março de 1950.

DISPOSIÇÕES APLICADAS À FÁBRICA DA ESTRÊLA

Aplica-se à Fábrica da Estrêla o disposto no Aviso Ministerial n. 110, de 11 de janeiro de 1945 (Boletim do Exército n. 2, de 1945), enquanto não for aprovada a nova distribuição de oficiais "T" a ser proposta pelo D.T.P.E.

(Aviso n. 88, de 27-1-950 — "Diário Oficial" de 1-11-950.)

INSTRUÇÕES REGULADORAS DOS SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO

O Ministro de Estado da Guerra resolve dar publicidade às Instruções Reguladoras do Processamento de Licenças e Contrôles de Aerolevanteamento no Território Nacional, baixadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

Instruções Reguladoras do Processamento das Licenças e Fiscalização da Execução dos Serviços de Aerolevanteamento no território nacional, baixadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas de acordo com o estabelecido na Lei n. 960, de 8 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a execução dos serviços de aerolevanteamento no território nacional.

1. As presentes Instruções estabelecem as normas a seguir para a concessão de licença para execução de aerolevanteamentos no território nacional por parte das organizações privadas, bem como regulam a fiscalização da execução de aerolevanteamentos e a utilização dos originais e cópias dos mapas, croquis, fotografias e aerofotografias obtidos em

consequência da realização dos serviços acima referidos.

2. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) é o órgão oficial incumbido de conceder licença para execução de aerolevanteamentos e de exercer a fiscalização direta nos serviços relacionados com os aerolevanteamentos autorizados.

3. O Serviço Geográfico do Exército (S.G.E.) é o órgão técnico militar encarregado de, em nome do EMFA, julgar os pedidos de licença e bem assim fiscalizar os trabalhos de aerolevanteamento, tanto na fase inicial da tomada de aerofotografias de bordo das aeronaves como no processamento e posterior utilização das mesmas. Excepcionalmente, quando se tratar de zonas sob jurisdição naval e de imediato interesse para a Marinha, o S.G.E. poderá solicitar a cooperação da Diretoria de Hidrografia e Navegação. Em todos os casos, porém, o S.G.E. será sempre o órgão de controle dos serviços de aerolevanteamento que forem autorizados.

4. Os pedidos de licença serão dirigidos ao Chefe do EMFA, por intermédio da Diretoria do S.G.E., em cuja Secretaria deverão ser entregues, para processamento.

5. O S.G.E. determinará de modo genérico as informações e os comprovantes que os peticionários deverão apresentar para o fim de habilitar aquele Serviço a julgar as solicitações apresentadas.

6. O S.G.E. ao julgar as solicitações, deverá verificar:

- a) capacidade técnica dos pretendentes;
- b) viabilidade da execução dos serviços pleiteados;
- c) utilidade da realização do aerolevanteamento, tendo em vista tanto seu aproveitamento pelos ór-

gãos oficiais, como, também, as consequências que possam advir, de possíveis interferências com serviços já em execução, sejam de natureza oficial ou resultantes de licença concedida anteriormente;

d) possibilidade do S.G.E. para atender à fiscalização direta dos Serviços nas épocas projetadas para realização dos mesmos.

7. Cumpridas as exigências do número anterior os requerimentos serão encaminhados pelo S.G.E. ao EMFA para exame e pronunciação final em relação à salvaguarda dos interesses da segurança nacional.

8. Concedida a licença, a organização a ela relacionada, entender-se-á diretamente com o S.G.E. em todos os assuntos referentes à execução dos levantamentos projetados.

9. O S.G.E. regulará as minúcias de suas relações com o possuidor da licença e fixará as prescrições a que deva obedecer, para fins de fiscalização (acesso a locais de trabalho, antecedência com que devam ser feitas as notificações para realização de cada voo, providências a tomar pelo detentor da licença para assegurar a ação dos fiscais nos aeródromos, etc.).

10. A autorização da realização dos voos, será obtida mediante o entendimento direto do S.G.E. com a autoridade da Aeronáutica responsável pelo controle das áreas a serem sobrevoadas pelas aeronaves empregadas no aerolevanteamento (Diretoria de Rotas Aéreas, Comando de Zonas Aéreas, etc.). Os proprietários e comandantes das aeronaves empregadas em serviço de aerolevanteamento ficam em qualquer caso responsáveis pelo cumprimento das prescrições sobre tráfego aéreo estabelecidas no Código Brasileiro do Ar e nos Regulamentos, que em virtude dele se expedirem.

11. Segundo a natureza dos aspectos revelados pelas aerofotografias e de acordo com as prescrições regulamentares para salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional, o S.G.E. classificará os filmes e chapas fotográficas utilizados. Serão ostensivos os filmes ou chapas em que não houver possibilidade de serem mostrados pontos sensíveis do território nacional (zonas de fortificações permanentes, bases navais e aéreas, instalações industriais, vias de comunicações, etc.) ou que não possam fornecer elementos para amarração destes pontos sensíveis; serão sigilosos todos aqueles cujo conhecimento por pessoas não autorizadas possa causar ou

vir a causar dano à Segurança Nacional.

12. O material classificado como ostensivo será entregue ao seu proprietário, para livre utilização. Aquêle que for considerado sigiloso receberá as marcas e será manuseado e guardado de acordo com as prescrições para salvaguardar dessa espécie de documento.

13. O S.G.E., a seu critério, poderá conservar sob sua guarda qualquer filme ou chapa que receba classificação sigilosa todas as vezes que o proprietário não esteja em condições de tomar, a todo momento, as precauções de segurança na guarda de tais documentos.

14. Completados os serviços, os originais dos mapas, croquis, fotocartas, etc., serão submetidos à aprovação do S.G.E., sem cuja autorização não será permitida divulgação pública.

15. As 3 vias das plantas levantadas, que por lei estão os executantes de aerolevanteamento obrigados a entregar ao Governo, serão enviadas ao S.G.E., no prazo que este fixar, destinando-se, respectivamente:

- uma ao EMFA;
- outra ao S.G.E.;
- a terceira para a distribuição que o EMFA fixar.

16. As presentes instruções serão revistas sempre que julgado necessário pelo EMFA ou sugerido pelo S.G.E., dando-se das alterações amplo conhecimento às partes interessadas.

(Portaria n. 20, de 4-II-950 — "Diário Oficial" de 7-II-950.)

DISPOSIÇÕES EXTENSIVAS A E.M.M.

Torno extensivas à Escola de Motomecanização as disposições contidas no item 3, do Aviso n. 78, de 30 de janeiro de 1948.

(Aviso n. 51, de 23-I-950 — "Diário Oficial" de 11-II-950.)

PRODUTO DE ALIENAÇÃO DE VIATURAS AUTOMÓVEIS

Tendo algumas unidades incorporado às Economias Administrativas o produto da alienação de viaturas automoveis, recomendo a observância das disposições que determinam o recolhimento de tais importâncias à Diretoria de Motomecanização.

(Aviso n. 81, de 3-II-950 — "Diário Oficial" de 11-II-950.)

REQUERIMENTOS RELACIONADOS COM SITUAÇÃO MILITAR

Os requerimentos dirigidos às Circunscrições de Recrutamento, nos quais os interessados solicitam situação militar, são obrigatoriamente acompanhados de certidão de nascimento, de casamento ou de justificação de idade, em original, fotocópia ou pública forma, devidamente legalizadas.

Resolvidos os respectivos casos vêm sendo arquivados esses documentos em obediência a dispositivos regulamentares ainda em vigor, tais como, a Portaria Ministerial de 23 de abril de 1898.

A retenção dessas certidões, provoca constantes pedidos de restituição, com inútil acréscimo de trabalho para as C.R. em atender às partes e no fornecimento de cópias autênticas, além de provocarem situações embaraçosas para os interessados.

Nessas condições, com o objetivo de facilitar o público, sem prejuízo dos arquivos militares, declaramos:

a) as certidões anexadas aos processos referentes a pedidos de situação militar, salvo quando se tratar de certidão exclusivamente para fins militares, serão devolvidas aos interessados, após a decisão final dos respectivos requerimentos;

b) os Chefes de C.R. farão certificar nos requerimentos a apresentação desse documento, com a indicação do Registro Civil pelo qual foi expedido, número de livro, fôlha e termo em que se encontra registrado, nome e filiação do interessado (como constar da certidão), data e município de nascimento, tudo de acordo com o modelo anexo.

As disposições deste Aviso não se aplicam às certidões que tenham servido como instrumento de prova nos requerimentos pedindo retificação de elementos constantes dos certificados (nome, filiação, idade, naturalidade, etc.).

MODELO A QUE SE REFERE O AVISO N. 95, DE 10-II-950

MODELO

Certifico que foi apresentado junto a este requerimento a certidão de....

(nascimento, casamento, etc.)

em.....

(original, fotocópia, etc.)

passada pelo.....

e registrado no livro..... fôlhas

..... termo..... da qual consta

F.
filho de F.
e de D.
nascido no município de.....
Estado de..... em.....

(dia,

mês e ano).

O documento em apêço acha-se assinado por.....
....., Serventuário da.....
....., com a firma devidamente reconhecida.

Em..... de..... de 19....

Chefe da 2ª Seção

Recebi a certidão acima

Em..... de..... de 19....

Interessado

(Aviso n. 95, de 10-II-950 — "Diário Oficial" de 13-II-950.)

* *

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO

Fica revigorado para o corrente ano o Aviso n. 1.237, de 1-X-946, que alterou a Tabela de Distribuição de Fardamento, aprovada pelo Aviso número 456, de 10-IV-946.

As Unidades Administrativas serão supridas de fardamento, para seus efetivos, com as restrições dos Avisos acima mencionados, acrescido de 5 % para as seguintes peças: borzequins, calça de passeio, calção de ginástica, coturnos, distintivos bordados, divisas de cabo, pijama, tamancos e transportes (coleção de 13) e de 3 % para as demais peças.

(Aviso n. 100, de 13-II-950 — "Diário Oficial" de 15-II-950.)

* *

DISPOSIÇÕES REFERENTES AOS OFICIAIS DE ENGENHARIA

1. Tendo em vista manter completos, em pessoal, os Batalhões de Engenharia, em razão dos materiais com que se acham dotados, e visando proporcionar aos aspirantes e jovens oficiais um ambiente de trabalho que lhes propicie o aprimoramento profissional, fica, doravante, estabelecido que, em princípio, não serão classificados em unidades rodo e ferroviárias, nem nomeados para Comissões Especiais de Obras ou Comissões de Estradas de Rodagem, oficiais de Engenharia que não hajam servido em Batalhões de Engenharia, em cada um dos postos abaixo, durante os seguintes prazos mínimos:

Segundos tenentes: todo o tempo;

Primeiros tenentes, capitães e maiores: um ano (12 meses), em cada um dos postos;

Tenentes-coronéis e coronéis: um ano (12 meses), em qualquer destes postos, indistintamente.

2. Os oficiais das Companhias de Transmissão estão em igualdade com os dos Batalhões de Engenharia, para este efeito.

3. Em consequência do item 1, a partir de 1 de janeiro de 1951 deverão ser substituídos, nas unidades rodó e ferroviárias, assim como nas Comissões Especiais de Obras ou de Estradas de Rodagem, os oficiais, com um ano de comissão, que não preenchem as condições de arregimentação prevista em Batalhão de Engenharia, sejam os divisionários, seja a unidade-escola.

4. Ao terminar o curso da Escola de Aperfeiçoamento (E.A.O.) o oficial será, obrigatoriamente, classificado em Batalhão de Engenharia ou Companhia de Transmissão, onde servirá pelo prazo mínimo de um ano (12 meses). Excetuam-se os casos de instrutores, ajudantes de ordens, adjuntos ou auxiliares de estabelecimentos de ensino, ou falta de vagas.

5. A fim de possibilitar a passagem do maior número de oficiais pelas unidades rodó e ferroviárias, bem como pelas Comissões de Estradas ou de Obras, adquirindo assim a prática necessária aos quadros de Engenharia, fica também estabelecido que a permanência normal em tais comissões é de 2 anos (24 meses), findos os quais deve o oficial ser movimentado. E somente poderá a elas retornar se, no momento, não existir substituto disponível.

6. Os itens 1, 2 e 3 acima aplicam-se integralmente, também, aos oficiais de Engenharia diplomados em Estado-Maior. Entretanto, não abrangem os do Quadro Técnico.

7. As propostas de movimentação de oficiais de Engenharia, a partir desta data, deverão esclarecer se o oficial em causa satisfaz ou não aos requisitos aqui estatuídos.

(Aviso n. 101, de 13-II-950 — "Diário Oficial" de 15-II-950.)

FUNCIONAMENTO DE CURSOS REG. AP. SARGENTOS

(C.R.A.S.)

Resolve aprovar a proposta do Estado-Maior do Exército para que funcionem, da forma abaixo, os Cursos Regionais de Aperfeiçoamento de

Sargentos de Cavalaria, de Blindados e Cavalaria Mecanizada e de Saúde:

a) de Cavalaria — nas 1ª, 2ª e 5ª Regiões Militares, devendo ser matriculados:

— no C.R.A.S. da 1ª os candidatos da 4ª R.M.;

— no C.R.A.S. da 1ª os candidatos da 9ª R.M.;

— no C.R.A.S. da 3ª os candidatos da 5ª R.M.;

b) de Blindados e Cavalaria Mecanizada — nas 1ª e 3ª Regiões Militares, devendo ser matriculados:

— no C.R.A.S. da 1ª os candidatos das 2ª, 4ª, 7ª e 9ª Regiões Militares;

— no C.R.A.S. da 3ª os candidatos da 5ª R.M.;

c) de Saúde — nas 1ª e 3ª Regiões Militares, devendo ser matriculados:

— no C.R.A.S. da 1ª os candidatos da 2ª e 9ª R.M.;

— no C.R.A.S. da 3ª os candidatos da 5ª R.M.

(Portaria n. 23, de 17-II-950 — "Diário Oficial" de 20-II-950.)

* *

SUBSTITUIÇÕES EM CHEFIA DE SECÇÃO DAS C.R.

Consulta o adjunto do S.I.R. da Sexta Região Militar, como se deve fazer as substituições na Chefia da 1ª Secção das C.R., em face do que determina o Aviso n. 296, de 5 de fevereiro de 1944 e os termos do ofício n. 203-A, 1ª Secção de 20 de agosto de 1949 do E.M.E.

Em solução, declaro que as substituições de todos os cargos vagos existentes nas C.R. devem ser feitas observando-se a precedência hierárquica no âmbito da Repartição e as disposições constantes dos artigos 80, 81 e 82 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

(Aviso n. 113, de 24-II-950 — "Diário Oficial" de 25-II-950.)

* *

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

O 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado passa a ter autonomia administrativa, a partir de 1 de março de 1950, de acordo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 114, de 24-II-950 — "Diário Oficial" de 25-II-950.)

BOLETIM

Por intermédio do nosso prezado camarada Sr. Coronel A. Buchalet, Adido Militar, Naval e do Ar, à Embaixada da França, recebemos atenciosa carta do Sr. Major Lambret, Chefe da Secção de Informações do Ministério da Defesa Nacional, manifestando a satisfação dos autores dos artigos por nós transcritos da "Revue Militaire d'Information".

Cabe-nos agradecer ao Sr. Coronel A. Buchalet a remessa constante daquela e de outras revistas militares francesas, e aos camaradas do Exército Francês a colaboração que indiretamente nos proporcionam, autorizando a tradução de seus trabalhos.

ATENÇÃO

Pedimos a atenção de nossos representantes, assinantes e colaboradores para o novo endereço postal de "A DEFESA NACIONAL" o qual passou a ser o seguinte:

CAIXA POSTAL 17, DA AGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

LIVROS A VENDA

O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de Cultura Geral) :	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00
Compreendendo :	

Que se passará na Rússia atual ? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos : O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz ? — O pacto do Atlântico.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A 7ª Companhia Leve de Manutenção passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 115, de 24-II-950 — "Diário Oficial" de 25-II-950.)

* *

REFORMA DE MILITARES
EXTREMISTASLEI N. 1.957-A, DE 28 DE JANEIRO
DE 1950

Dispõe sobre a reforma dos militares que pertencerem, forem filiados ou propagarem as doutrinas de associações ou partidos políticos que tenham sido impedidos de funcionar legalmente.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber, são declarados incompatíveis com o oficialato os militares que, ostensiva ou clandestinamente, pertencerem, forem filiados, ou exercerem atividades ligadas a partidos ou associações de qualquer espécie, impedidos de funcionar legalmente, nos termos do artigo 141, parágrafos 12, última parte e 13 da Constituição Federal ou exercerem propaganda das doutrinas desses partidos ou associações, ou de idéias a que se refere o parágrafo 5º, in fine, do referido artigo.

Parágrafo único — Consideram-se, entre outros, para os efeitos desta lei, atos de filiação ou atividades ligadas a partidos ou associações a que se refere este artigo:

- a) a inscrição, ostensiva ou clandestina, como membro do partido ou associação;
- b) a prestação ou angariação de valores em benefício do partido ou associação;
- c) a colaboração, por qualquer forma nas atividades do partido ou associação.

Art. 2º — O oficial acusado de qualquer dos fatos a que se referem o art. 1º e seu parágrafo único será, a seu pedido ou "ex-offício", submetido a Conselho de Justificação, na forma dos artigos seguintes.

Parágrafo único — Poderão determinar "ex-offício" a formação do Conselho de Justificação os Ministros

da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica e os Comandantes de Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, no tocante a oficiais das respectivas corporações e a elas subordinados.

Art. 3º — Os Conselhos de Justificação compor-se-ão de cinco membros sendo um deles o Auditor e os outros oficiais gerais, se o indiciado for oficial geral, ou oficiais superiores, de patente superior ou de igual patente, porém mais antigos que o indiciado, todos em serviço ativo.

§ 1º — A designação dos oficiais, sempre que houver nas Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, oficiais nas condições do artigo e em número duas vezes superior ao necessário, obedecerá a escalas, anualmente organizadas pelos respectivos comandantes. Se não houver oficiais em número suficiente, a designação será feita em cada caso pelos Ministros da Guerra, Marinha ou da Aeronáutica, conforme a corporação a que pertencer o indiciado.

§ 2º — Os Conselhos funcionarão, respectivamente, nas sedes das Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas e serão presididos pelo oficial de maior patente, ou, se de igual patente, pelo mais antigo, servindo de interrogante o Auditor.

§ 3º — Onde houver mais de um Auditor o Ministro designará o que entender.

Art. 4º — O Conselho de Justificação ouvirá não menos de três e não mais de seis testemunhas de acusação, além das referidas e informantes, podendo o indiciado arrolar até cinco testemunhas de defesa, residentes no lugar onde funcionar o Conselho, ou onde se passaram os fatos.

§ 1º — As testemunhas de defesa:

a) se residirem no lugar em que funcionar o Conselho de Justificação, serão apresentadas pelo indiciado e requisitadas, se militares ou funcionários;

b) se não residirem no lugar onde funcionar o Conselho de Justificação, serão ouvidas por precatória, por intermédio da autoridade militar, ou, na falta desta, da autoridade judiciária local.

§ 2º — A precatória conterá os quesitos formulados pela defesa e, se houver, pelo Conselho.

Art. 5º — Concluída a instrução e efetuadas todas as diligências, em trinta dias o indiciado terá o prazo de dez dias para oferecer defesa escrita, findo o qual, com a defesa ou

sem ela, será o processo encerrado por termo.

Art. 6º — Encerrado o processo, o Conselho oferecerá parecer fundamentado, por escrito, assinado por todos os seus membros concluindo pela incompatibilidade ou não, do indiciado, devendo o membro do Conselho, que ficar vencido justificar, também por escrito, o seu parecer.

Art. 7º — Se o parecer do Conselho concluir pela incompatibilidade, o oficial será desde logo agregado, fazendo-se, para esse fim, a devida comunicação ao Ministro de Estado competente.

Art. 8º — Com o parecer, será o processo remetido, dentro de três dias, ao Superior Tribunal Militar, para o julgamento de incompatibilidade (Constituição, art. 182, parágrafo 2º).

§ 1º — Declarada por sentença a incompatibilidade, o Tribunal aplicará a pena de reforma ao oficial com as vantagens previstas em lei.

§ 2º — O Tribunal comunicará a decisão ao Poder Executivo, para a decretação da reforma.

Art. 9º — O processo no Superior Tribunal Militar será o seguinte:

a) funcionará como relator um Ministro togado e, como revisor, um Ministro militar;

b) uma vez distribuído, será aberta vista, em primeiro lugar ao indiciado, por cinco (5) dias e, depois, ao Procurador Geral da Justiça Militar, para dentro de quinze (15) dias dar parecer e propor as diligências que julgar necessárias;

c) na sessão de julgamento, após o relatório, o Tribunal poderá ordenar as diligências propostas pelo Procurador Geral ou por qualquer Ministro, marcando prazo para a sua realização;

d) após as diligências, e ouvidos, sucessivamente, sobre elas, o indiciado, em três (3) dias, e o Procurador Geral, em dez (10) dias, proceder-se-á ao julgamento, observado o rito estabelecido para as revisões.

Art. 10 — Os processos de que trata esta lei terão preferência para julgamento.

Art. 11 — Esta lei se aplica à Polícia Militar do Distrito Federal e às Polícias Militares dos Estados.

§ 1º — Os Conselhos de Justificação, nos casos deste artigo, compor-se-ão na forma do art. 4º e seu parágrafo 1º, competindo ao Ministro da Guerra, por solicitação do Ministro da Justiça, quanto à Polícia Militar do Distrito Federal, ou dos Governadores dos Estados, nomear oficiais do

Exército, se não houver, na corporação do oficial acusado, oficiais nas condições e no número ali previstos.

§ 2º — Se a corporação policial militar não tiver Auditor, funcionará quem suas vezes fizer, de acordo com a lei local.

§ 3º — Poderão determinar "ex-offício" a formação do Conselho:

a) o Ministro da Justiça e Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, quanto aos oficiais pertencentes a essa corporação;

b) os Governadores dos Estados e os Comandantes das Polícias Militares dos Estados, em relação aos oficiais de cada uma dessas corporações.

§ 4º — A incompatibilidade será declarada pelo Tribunal de última instância competente para conhecer dos crimes militares dos membros da corporação.

Art. 12 — Nos julgamentos, a que se refere esta lei, os Tribunais deverão funcionar com a presença de todos os seus membros em exercício.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Adroaldo Mesquita de Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky

(D.O. de 1-III-930.)

• •

PARECER SOBRE VENCIMENTOS DE OFICIAL

O Ministro de Estado resolve aprovar e mandar publicar o seguinte:

Enc. n. 4.665 D. 1. — Em 22 de agosto de 1949.

1. No Ofício n. 257-Sec., de folhas 1, consulta o Chefe do Estabelecimento de Fundos da 4ª Região Militar, se um oficial nomeado por decreto para exercer cargo de posto superior, nas condições do art. 41, do Estatuto dos Militares, estando em gozo de licença para tratamento de saúde, amparado pelo art. 30 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, tem direito às vantagens do posto superior, inclusive a diferença de vencimentos.

2. A legislação que interessa ao processo é a seguinte:

A) Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército (De-

Ensino Militar, apenas com uma inversão dos cursos.

(Aviso n. 123, de 28-II-950 — "Diário Oficial" de 1-III-950.)

INSTRUÇÕES TORNADAS OSTENSIVAS

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, torno ostensivas as "Instruções para o Funcionamento da Estatística no Exército", aprovadas em 28 de outubro de 1948.

(Aviso n. 124, de 28-II-950 — "Diário Oficial" de 1-III-950.)

REABERTURA DE PRAZO

LEI N. 1.063 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1950

Reabre o prazo a que se refere o § 3º, do art. 29, da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É reaberto o prazo a que se refere o § 3º do art. 29 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, a fim de que os contribuintes do montepio militar e os civis em inatividade, que deixaram de requerer o benefício estabelecido na mesma disposição legal, possam fazê-lo até 31 de julho de 1950.

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Adroaldo Mesquita da Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

Clovis Pestana.

Daniel de Carvalho.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 8-III-950.)

DISPENSA DE EXIGÊNCIA PARA MATRICULA NA E.E.M.Ex.

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, fica dispensada,

no corrente ano, a exigência de 4 (quatro) anos de praça para os sargentos indicados à matrícula no Curso de Monitor da Escola de Educação Física do Exército.

(Aviso n. 150, de 6-III-950 — "Diário Oficial" de 15-III-950.)

INSTRUÇÕES PARA MATRICULA DE OFICIAIS NO CURSO DE CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL

O Ministro de Estado resolve aprovar as "Instruções para Matrícula de Oficiais no Curso de Classificação de Pessoal", por propostas pela Diretoria de Ensino do Exército e que com esta baixam.

Instruções para Matrícula de Oficiais no Curso de Classificação de Pessoal

I — De acordo com o disposto no art. 1º das instruções para o funcionamento do Curso de Classificação de Pessoal, baixadas com a Portaria n. 171, de 25-X-949, destina-se esse Curso a preparar oficiais com o Curso das Armas e dos Serviços de Saúde e Intendência, para o desempenho das funções de classificadores e colaboradores do Comando, especializados em assuntos afins à administração e à seleção e orientação profissional do pessoal militar.

II — Serão matriculados pelo Comandante do C.A.E.R., no Curso de Classificação de Pessoal, mediante requerimento ou por indicação da Diretoria de Pessoal, os oficiais com o Curso das Armas e dos Serviços de Saúde e de Intendência, sob as seguintes condições:

a) que tiverem sido julgados aptos para o Serviço do Exército, em inspeção de saúde realizada para fins de matrícula no Curso;

b) os capitães e oficiais superiores que tiverem mais de um ano de arregimentação no posto até 30 dias antes da data fixada para matrícula;

c) os 1ºs tenentes que tiverem mais de dois anos de arregimentação no posto ou que os hajam completado na forma da letra b) anterior;

d) os 2ºs tenentes que tiverem três anos de arregimentação ou que os completarem na forma da letra b), sendo computado, para contagem desse tempo, o que houverem passado como Aspirantes a Oficial, arregimentados;

e) merecerem juízo favorável dos respectivos Comandantes, Diretores ou Chefes, quanto às manifestações

de interesse pelos assuntos atinentes à Administração do Pessoal;

D) satisfizerem as condições do artigo 44 da Lei do Ensino Militar.

III — Os oficiais com o Curso de Estado-Maior ficarão dispensados do tempo de arrematamento, nos respectivos postos, devendo satisfazer as demais condições.

IV — Os requerimentos dos Oficiais candidatos à matrícula deverão ser dirigidos ao Comandante do C.A.E.R. e inicialmente informados pelos respectivos comandantes, diretores ou chefes de Serviço e obrigatoriamente acompanhados dos seguintes documentos:

— ata de inspeção de saúde;

— declaração de próprio punho do Comandante, Diretor ou Chefe de Serviço do petiçãoário, de que "o requerente tem manifestado interesse pelos assuntos atinentes à Administração do Pessoal".

V — O Comandante do C.A.E.R. enviará à Diretoria de Ensino a relação dos oficiais selecionados para a matrícula no Curso, acompanhada do pedido complementar de que trata a última parte do art. 14 da Portaria n. 171, de 25-X-949. A Diretoria do Ensino do Exército providenciará junto à D.P. a movimentação dos oficiais a matricular.

VI — Atendendo-se ao prazo necessário para instalação do "Curso de Classificação de Pessoal" e para satisfazer, no corrente ano, ao determinado na Portaria n. 171, ficam estabelecidas as seguintes datas:

Abril 15 — Data limite de entrada dos requerimentos no C.A.E.R.

22 — Remessa pelo Cmt. do C.A.E.R. à D.E.E. da relação dos oficiais selecionados para matrícula no Curso acompanhado do pedido complementar de que trata o item V das presentes instruções.

Mai 10 — Remessa à D.E.E., pela D.P., da relação dos oficiais chamados à matrícula.

Junho 1 — Apresentação no C.A.E.R. dos oficiais a matricular no Curso.

5 — Início do Curso.

(Portaria n. 38, de 13-III-950 — "Diário Oficial" de 13-III-950.)

CLASSIFICAÇÃO DE ASSUNTOS SIGILOSOS

Em vista das especificações contidas no Decreto n. 27.583, de 14 de

dezembro de 1949 e ante as imposições do art. 45, do R.I.S.G., fica estabelecido que:

1º) as autoridades já qualificadas para classificar os assuntos sigilosos continuarão procedendo como anteriormente, até que sejam determinadas novas disposições expressas em contrário, obedecendo porém às normas de classificação do Decreto número 27.583;

2º) os excessos de classificação nos graus "ultra-secreto" e "secreto", serão retificados pelas autoridades superiores, conforme preceitua o artigo 10 do referido Decreto;

3º) todos os assuntos sigilosos até então classificados pelo R.I.S.G. dora em diante o serão da maneira estabelecida no Decreto n. 27.583.

(Aviso n. 151, de 14-III-950 — "Diário Oficial" de 16-III-950.)

DISTINTIVO DO CURSO INDUSTRIAL E DE AUTOMÓVEL

O Ministro de Estado resolve:

De acordo com o parecer da Comissão de Fardamento, aprovar o distintivo abaixo descrito e cujo modelo a esta acompanha, para os oficiais com o Curso Industrial e de Automóvel, da Escola Técnica do Exército.

Descrição: Um escudo alongado, sobreposto a uma roda dentada, contendo uma biela provida de um êmbolo e anéis de segmento, engranada num eixo de manivela. Todo o descrito no interior do distintivo geral dos cursos.

(A rég. 4224 do D.O. n. 67, de 21-III-950, se acha publicado o distintivo mencionado.)

(Portaria n. 35, de 13-III-950 — "Diário Oficial" de 21-III-950.)

VENCIMENTO DE OFICIAL EM GÓZO DE LICENÇA ESPECIAL

Consulta o Chefe do Estabelecimento de Fundos da 7ª Região Militar se o oficial em gozo de licença especial tem direito à percepção da cota adicional sobre vencimentos de que trata o art. 73 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

Em solução declaro que o militar em gozo de licença especial tem direito à percepção da cota adicional sobre vencimentos desde que permaneça na guarnição onde serve, em face do que prescreve a letra a) do

parágrafo único do artigo 73 do C.V.V.M.E.

(Aviso n. 165, de 20-III-950 — "Diário Oficial" de 22-III-950.)

* *

FIXAÇÃO DE QUANTITATIVO DE RANCHO

O quantitativo de rancho para as praças da Escola de Transmissões é fixado em Cr\$ 3,00, ficando assim alterada a tabela de fixação dos valores das rações de etapa para o primeiro semestre deste ano, aprovada pelo Aviso n. 79, de 3-II-950.

(Aviso n. 170, de 20-III-950 — "Diário Oficial" de 22-III-950.)

* *

FALECER SOBRE PERDA DE PATENTE

Publicação de Parecer — Processo n. 10.319-49.

N. 17, de 24-I-950.

Assunto: Perda de patente.

1. Indaga-se, no presente processo, em que é interessado o Capitão Abeguar Leite de Oliveira, sobre a perda de patente, por parte de oficiais reformados, nos termos do art. n. 182, § 2º, da Constituição.

2. A respeito do assunto, existem duas informações contrárias à perda da patente, naquela circunstância: a da D.R. e a do D.G.A.

3. A legislação vigente não nos permite concordar com esses altos órgãos da Administração.

4. Há, no art. 182 da Constituição Federal um sistema, em função do qual deve ser solucionado o presente caso.

Na verdade, as prerrogativas dos militares estão previstas no art. 182 e parágrafos da nossa Lei Magna: o artigo 182 garante aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, a plenitude da patente; mas um parágrafo do mesmo artigo prevê, sem exceção, a perda da mesma patente, em determinadas circunstâncias.

Não há, pois, como distinguir, nessa emergência, o oficial reformado do oficial da ativa ou da reserva. E isto porque, evidentemente, são todos militares, em que pese o fato de se encontrar o reformado definitivamente desobrigado dos deveres do ofício.

5. A finalidade precípua, na cassação da patente, é tirar ao condenado a pena superior a dois anos, ou declarado indigno para o oficialato, as prerrogativas da patente, patente que igualmente protege assim os da ativa, como os da reserva e os reformados.

6. Quanto à promoção, na concessão da Lei n. 616, de 2-II-949, entendendo não ter cabimento, eis que estando o oficial sub-judice, ao tempo daquela lei, não podia ser promovido; perda da patente, deixa de satisfazer a condição de oficial, para conseguí-la agora.

Não colhe o argumento de que sendo o oficial que perde a patente considerado falecido, seria o caso de promovê-lo, para efeitos do montepio. O suposto falecimento visa apenas conceder à família a herança militar formada pelo oficial, em razão do posto que legitimamente alcançou.

7. E' o meu parecer.

José Ricardo Gomes de Carvalho
Neto, Assistente Jurídico.

(Despacho de 22-III-950 — "Diário Oficial" de 27-III-950.)

* *

VENCIMENTOS DE MINISTRO APOSENTADO DO S.T.M.

Assunto: vencimentos.

Processo n. 6.683-49.

1. Estuda-se, no presente processo, a situação, quanto a vencimento, do Exmo. Sr. General de Divisão Raimundo Rodrigues Barbosa, que foi aposentado como Ministro do Supremo Tribunal Militar.

2. Segundo nos esclarece a instrução ao processo, foi aquele magistrado aposentado com os proventos anuais de Cr\$ 74.000,00.

Indaga-se sobre os aumentos que lhe são devidos, face às Leis n. 488, de 15-IX-948 e n. 499, de 28-IX-948.

3. A Lei n. 488, dispondo sobre o pagamento de vencimentos, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União, concedeu aumento àquele servidor, fazendo-o nos seguintes termos:

Art. 45 — Os dispositivos desta lei não se aplicam aos membros da magistratura do Ministério Público e pessoal dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos tribunais federais, salvo quanto aos dispositivos referentes aos proventos da inatividade ou disponibilidade.

4. Dias depois, a Lei n. 499, fixando os vencimentos da magistratura e do Ministério Público da União, fixou nova tabela de vencimentos, concedendo apreciável aumento ao pessoal em atividade, determinando no art. 18:

"Os magistrados aposentados, que atualmente percebem as vantagens da inatividade, pelos cofres da União,

terão, sem prejuízo dos proventos em cujo gozo se encontrarem, dois terços dos aumentos ora concedidos aos da mesma categoria em atividade.

Verifica-se, destarte, que o Excelentíssimo Senhor General Raimundo Rodrigues Barbosa, foi realmente beneficiado com dois aumentos consecutivos: o primeiro, decorrente do aumento das tabelas dos servidores em geral; o segundo, decorrente de um reajustamento no quadro dos magistrados e membros do Ministério Público, extensivo aos inativos.

6. Estamos em que à Administração cabe a execução das referidas leis, tendo em vista os termos claros da mesma.

Demosthenes Madureira de Pinho, Consultor Jurídico.

Despacho: — De acordo. Publique-se. — General Canrobert.

(Despacho n. 175, de 7-VII-949 — "Diário Oficial" de 27-III-950.)

* *

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado resolve, nos termos do artigo 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, criar, um Tiro de Guerra no Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, sob o n. 262.

(Portaria n. 44, de 22-III-950 — "Diário Oficial" de 27-III-950.)

AOS SENHORES MILITARES



Discos a prazo
V.S. ENCONTRARÁ
NA MAIS COMPLETA
DISCOTECA
DO RIO?

10 PRESTAÇÕES SEM ENTRADA SEM FIANÇA

CASA NENO
R. REPÚBLICA do LIBANO 14-B - NUNCIÓ

*

Apresentamos o nosso
vantajoso sistema de ven-
das a prazo com entrega
imediate dos artigos.

*

Facilitamos demonstrações nos locais de trabalho
ou nas residências

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRACA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0583

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação dêsses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

* *

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

* *

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

* *

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. João Theodureto Barbosa
Cel. J. B. Magalhães
Cel. Niso Montezuma
Cel. Renato Baptista Nunes
Ten.-Cel. Adalardo Fialho
Ten.-Cel. Aluizio de Miranda Mendes
Ten.-Cel. Antônio de Brito Junior
Ten.-Cel. Antônio Moreira Coimbra
Ten.-Cel. Ênio da Cunha Garcia
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Maj. Floriano Moura Brasil Mendes
Maj. João Baptista Peixoto
Maj. Napoleão Nobre
Cap. Germano Seidl Vidal
Cap. Henrique Oscar Wiederspahn
Cap. Ivan de Souza Mendes
Cap. Murilo Gomes Ferreira
Cap. Stoessel G. Alves



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1950